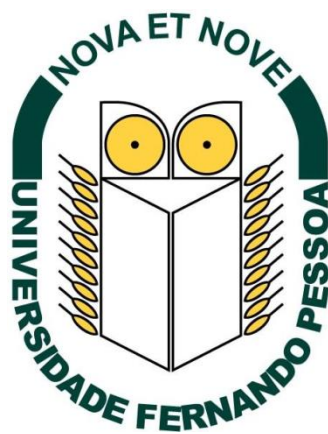


Heloisa Cristina Bona

**Avaliação dos impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável:
o caso do Parque das Serras do Porto**

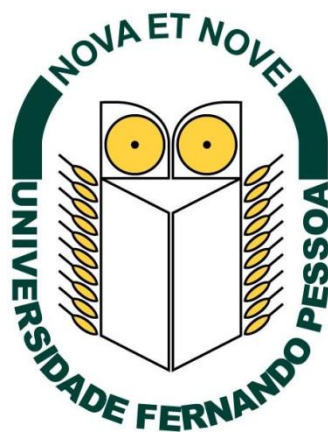


Universidade Fernando Pessoa

Porto 2023

Heloisa Cristina Bona

**Avaliação dos impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável:
o caso do Parque das Serras do Porto**



Universidade Fernando Pessoa

Porto 2023

Heloisa Cristina Bona

**Avaliação dos impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável:
o caso do Parque das Serras do Porto**

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Ciências Empresariais.

Resumo

O turismo é uma atividade económica fundamental para fomentar o crescimento e o desenvolvimento do território, além de suscitar a valorização das tradições e cultura local. Ressalta-se que o turismo, como qualquer outra atividade económica, também provoca impactos no território onde ocorre, pelo que cabe perceber e mensurar o alcance que estes possam representar na sustentabilidade.

O Parque das Serras do Porto abarca um vasto património natural, com suas serras, vales e rios que abrange, assumindo-se como um importante ativo da região, intitulado como o “Pulmão Verde do Porto”. O território é detentor de vastos recursos naturais, culturais e históricos, tendo potencialidades a nível do turismo, razão pela qual foi escolhido para avaliar os impactos do produto turístico Parque das Serras do Porto no desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo.

Em termos metodológicos, foi seguido um design exploratório através da realização de entrevistas em profundidade a uma amostra não probabilística por julgamento a entidades, e um design descritivo, através da aplicação de um questionário a uma amostra não probabilística por conveniência a habitantes da região.

As principais conclusões apontam para: a) os impactos culturais negativos e impactos ambientais positivos explicam 38,9% da importância no desenvolvimento sustentável da região; b) os impactos económicos são mais relevantes para as entidades do que para os habitantes; c) os impactos positivos ambientais e socioculturais apresentam uma importância superior para as entidades comparativamente com os habitantes e d) os impactos negativos ambientais e socioculturais são mais relevantes para os habitantes em comparação com as entidades.

Palavras-Chave: Impactos do Turismo, Parque das Serras do Porto, Desenvolvimento Sustentável

Dedicatória

*Trabalho dedicado a **Eloi Bona** (in memoriam),
meu exemplo de orgulho, honestidade, carácter e honradez.
Saudades mio babbo...*

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grata.

À professora Ana Salazar, pela sua orientação, confiança depositada na proposta da pesquisa, pelas opiniões e críticas, pela sua eficácia nas respostas e disponibilidade em solucionar as dúvidas que ocorreram durante o processo e pelo total incentivo.

A todos os professores do curso de mestrado em Ciências Empresariais da Universidade Fernando Pessoa pela excelência da qualidade técnica de cada um.

À Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, na pessoa da senhora Raquel Viterbo, que tão prontamente concedeu uma entrevista e forneceu informações e materiais pertinentes para o presente estudo.

Às empresas e entidades que disponibilizaram tempo para receberem-me nas suas sedes e responder as questões acerca do Parque das Serras do Porto.

Aos colaboradores dos equipamentos municipais de Gondomar (Museu da Filigrana), São Pedro da Cova (Museu da Mineração) e Valongo (Museu Municipal, Biblioteca Municipal e Arquivo Público) que tão prontamente prestaram informações acerca da história do território, disponibilizaram acesso e materiais adequados à pesquisa.

A todas as pessoas que responderam ao questionário e ajudaram na construção deste estudo. Especialmente, àquelas que tão carinhosamente abriram as portas das suas casas, ofereceram broa e vinho, enquanto contavam sobre as suas histórias e do território.

Enfim, a todos que colaboraram e transformaram este trabalho em algo brutalmente enriquecedor, devido aos constantes desafios encontrados e a riqueza de vivências partilhadas das pessoas que tive a honra de conhecer durante o processo da pesquisa.

Índice

Capítulo I. Introdução.....	1
1.1 Tema.....	1
1.2 Justificação da Escolha.....	1
1.3 O problema.....	3
1.4 Objetivos.....	3
1.5 Metodologia.....	4
1.6 Estrutura do Trabalho.....	5
Capítulo II. Impactos do Turismo e Desenvolvimento Sustentável.....	6
2.1 Introdução.....	6
2.2 Contextualização do Turismo.....	6
2.3 Produtos Turísticos.....	8
2.4 Tipos de Turismo.....	9
2.5 Sistema Turístico.....	11
2.6 Importância do Turismo.....	13
2.7 Planeamento e Política do Turismo.....	15
2.8 Impactos do Turismo.....	19
2.8.1 Impactos Económicos.....	21
2.8.2 Impactos Socioculturais.....	26
2.8.3 Impactos Ambientais.....	29
2.9 Desenvolvimento Sustentável.....	33
2.9.1 Política de Desenvolvimento Sustentável.....	34
2.9.2 Turismo Sustentável.....	36
2.10 Conclusão.....	39
Capítulo III. Metodologia.....	40
3.1 Introdução.....	40

3.2 Processo de Pesquisa	40
3.3 Problema de Investigação	41
3.4 Objetivos.....	42
3.5 <i>Design</i> da Pesquisa	43
3.6 Método de Recolha de Dados	44
3.7 Amostragem	47
3.8 Método de análise de dados.....	47
3.9 Conclusão	49
Capítulo IV. O Parque das Serras do Porto	50
4.1 Introdução.....	50
4.2 Parque das Serras do Porto	50
4.2.1 Associação de Municípios Parque das Serras do Porto.....	51
4.2.2 Criação e formação do Parque das Serras do Porto.....	53
4.2.3 Categorização do Património	55
4.2.3.1 Património Natural Geológico.....	55
4.2.3.2 Património Natural Arqueológico	56
4.2.3.3 Património Natural Biológico.....	59
4.2.3.4 Património Cultural Construído	60
4.2.3.5 Património Cultural Imaterial.....	63
4.2.4 Produtos Turísticos do Parque das Serras do Porto.....	64
4.2.4.1 Turismo ao ar livre, desportivo e radical no Parque das Serras do Porto.....	64
4.2.4.2 Turismo científico, histórico e cultural no Parque das Serras do Porto	67
4.2.5 Infraestruturas e Rede de Turismo da região.....	68
4.3 Análise dos Dados: Entidades e Empresas	70
4.3.1 Caracterização das Entidades e Empresas	70
4.3.2 Produtos oferecidos, atrações e potencialidades turísticas	71
4.3.3 Impactos do Turismo na ótica dos entrevistados.....	74

4.3.4 Papel e Participação das Entidades.....	76
4.3.5 Condicionantes da Sustentabilidade: Entidades e Empresas.....	78
4.4 Análise dos Dados: Habitantes.....	78
4.4.1 Caracterização dos Respondentes.....	79
4.4.2 Atrações Turísticas e Melhoria de Serviços.....	83
4.4.3 Fiabilidade da Escala.....	84
4.4.4 Impactos do Turismo.....	86
4.4.5 Papel da Administração Pública e Participação Popular.....	90
4.4.6 Condicionantes da Sustentabilidade.....	92
4.4.7 Dimensões dos Impactos.....	93
4.4.8 Influência dos Impactos ao Desenvolvimento Sustentável.....	95
4.4.9 Diferenças de Médias.....	96
4.5 Comparação de resultados entre entidades e habitantes.....	100
4.6 Conclusão.....	102
Capítulo V. Conclusão.....	103
Bibliografia.....	108
Anexos.....	116

Índice de Anexos

Anexo A: Guião de Entrevistas	116
Anexo B: Questionário com Stakeholders.....	118
Anexo C: Mapa de localização do Parque das Serras do Porto.....	120
Anexo D: Limite da Paisagem Protegida	121
Anexo E: Desdobrável da Grande Rota.....	122
Anexo F: Distribuição do Património Cultural.....	124
Anexo G: Distribuição dos Equipamentos de Apoio Turístico	125
Anexo H: Frequências - Entidades	126
Anexo I: Frequências - Habitantes	130
Anexo J: Estatísticas Descritivas dos Habitantes	135
Anexo K: Teste de KMO e Bartlett	136
Anexo L: Regressão Linear	139
Anexo M: Teste de Amostras Independentes - Habitantes.....	140
Anexo N: Teste de Amostras Independentes – Entidades e Empresas	142
Anexo O: Diferenças entre localidades	144
Anexo P: Impactos nas localidades - Habitantes.....	145
Anexo Q: Impactos nas Zonas do Parque.....	147
Anexo R: Impactos localidades – Entidades	148
Anexo S: Retrato dos Impactos: visita exploratória	150

Índice de Figuras

Figura 1: Sistema Turístico de Leiper	12
Figura 2: Modelo de Impactos do Turismo	20
Figura 3: Princípios do Turismo Sustentável	37
Figura 4: Logótipos - Parque das Serras do Porto.....	54
Figura 5: Rede de Turismo de Gondomar, Paredes e Valongo	69
Figura 6: Ações em prol do turismo sustentável	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Tempo de atividades no Parque	71
Gráfico 2: Atividades turísticas desenvolvidas no Parque	72
Gráfico 3: Potencialidade do Parque das Serras do Porto	73
Gráfico 4: Importância do turismo no desenvolvimento sustentável	74
Gráfico 5: Impactos Económicos do Turismo - Entidades.....	75
Gráfico 6: Impactos Socioculturais do Turismo - Entidades.....	75
Gráfico 7: Impactos Ambientais do Turismo - Entidades	76
Gráfico 8: Idade	79
Gráfico 9: Ocupação laboral.....	80
Gráfico 10: Localidades.....	81
Gráfico 11: Tipo de Ligação com o Parque.....	82
Gráfico 12: Melhoria de Serviços.....	84
Gráfico 13: Importância do turismo para o desenvolvimento sustentável da região.....	87
Gráfico 14: Impactos Económicos do Turismo - Habitantes	88
Gráfico 15: Impactos Socioculturais do Turismo - Habitantes	89
Gráfico 16: Impactos Ambientais do Turismo- Habitantes.....	90
Gráfico 17: Papel da Administração Pública.....	91
Gráfico 18: Produtos Turísticos e Sustentabilidade	92
Gráfico 19: Condicionantes da sustentabilidade	93
Gráfico 20: Impactos Económicos: comparação entre Entidades e Habitantes	100
Gráfico 21: Impactos Socioculturais: comparação entre Entidades e Habitantes	101
Gráfico 22: Impactos Ambientais: comparação entre Entidades e Habitantes.....	102

Índice de Ilustrações

Ilustração 1: Património Geológico	56
Ilustração 2: Património Arqueológico	58
Ilustração 3: Património Biológico	60
Ilustração 4: Património Cultural construído	62
Ilustração 5: Sinalética em percurso pedestre.....	65
Ilustração 6: Fragas para escalada	66

Índice de Tabelas

Tabela 1: Impactos Económicos.....	23
Tabela 2: Impactos Socioculturais.....	27
Tabela 3: Impactos Ambientais	30
Tabela 4: Melhorias dos serviços	73
Tabela 5: Tempo de ligação e Frequência de Uso.....	82
Tabela 6: Alfa de Cronbach.....	85
Tabela 7: Fatores e variância	94
Tabela 8: Resumo do Modelo.....	95
Tabela 9: Coeficientes	96
Tabela 10: Diferenças de Médias entre localidades	98

Capítulo I. Introdução

1.1 Tema

O turismo é um relevante setor de consumo de bens e serviços, que contribui para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental de um determinado território e até mesmo, de uma nação. No âmbito económico pode ajudar na geração de empregos, aumento de receita do Estado, assim como, especulação imobiliária e inflação. Enquanto no campo social e cultural, o turismo é um facilitador para a interação entre pessoas de diversos níveis sociais e culturais, possibilitando esta troca de experiências e vivências. Simultaneamente, na área ambiental, o turismo apresenta implicações entre a preservação da natureza e o desenvolvimento das atividades turísticas.

Deste modo, o presente trabalho tem como tema os impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável nas regiões, e mais especificamente a avaliação dos impactos do Parque das Serras do Porto nas regiões de Gondomar, Paredes e Valongo.

1.2 Justificação da Escolha

Essencialmente, o turismo é uma forma empírica de difundir a história de um território, a cultura de um povo, mostrar a beleza dos ambientes e movimentar a economia de um país, assim como, do território local. Afinal, o setor do turismo é responsável por contribuir, principalmente em termos económicos (geração de riquezas e emprego), aos países que exploram estes serviços de maneira mais acentuada (Batista, 2003).

Consoante os dados disponíveis em Turismo de Portugal (2022), o país registou uma taxa de crescimento médio anual de 7,2% nas dormidas, comparativamente, aos anos de 2010 do qual se totalizou 37 milhões de dormidas e 2019, com um total de 70 milhões de dormidas. Além disso, as receitas turísticas acompanharam este efeito e apresentaram uma taxa média de variação anual de 10,3%, neste mesmo período, do qual 2010 com 7,6 mil milhões de receitas e já em 2019, o quadro muda com um aumento para 18,4 mil milhões. Sabe-se que esta situação foi alterada, de maneira profunda, devido à pandemia

por COVID-19, embora em 2021 o setor do turismo recuperou em torno de 4% relativamente ao ano anterior. Ainda, conforme dados da Organização Mundial do Turismo, presentes na fonte citada anteriormente, mostram que o mundo do turismo, em 2020, recebeu menos mil milhões de chegadas internacionais em comparação a 2019, em consequência às restrições de viagens impostas pelos Estados.

De acordo com os dados de Turismo de Portugal (2022), o país apresentou uma ligeira recuperação na procura em 2021, com aumento de 45,2% em alojamento turístico face a 2020. No que tange as receitas, foi registado um acréscimo de 2,2 mil milhões de euro à economia portuguesa, sendo um aumento de 28,9% em comparação ao ano de 2020.

A partir deste cenário, nota-se que o setor de turismo português possui uma importância significativa para o desenvolvimento nacional e dos territórios específicos em que ocorre o fenómeno. Além disso, Portugal é considerado um destino por excelência aos praticantes e aficionados do Turismo de Natureza, dispondo de um riquíssimo património natural (ICNF, 2022). Com o pensamento focalizado neste tipo de turismo e consequentemente, na região do Porto, elegeu-se abordar o turismo no território do Parque das Serras do Porto, por estar inserido numa região com elevado potencial ambiental, paisagístico e cultural, integrada na Área Metropolitana do Porto.

Em consonância, o Parque das Serras do Porto constitui um vasto património natural, devido às suas serras (Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas), rios (Ferreira, Sousa e Douro) e vales que abrange, assumindo-se como um recurso turístico e importante ativo das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo (Serras do Porto, 2022c). Assim, diante do seu património, importância e proximidade com a cidade do Porto, elegeu-se este território para ser alvo do estudo, do qual são abordados os impactos que o turismo pode acarretar ao desenvolvimento sustentável deste território, numa perspetiva dos habitantes, entidades que realizam atividades no perímetro do Parque das Serras do Porto e demais *stakeholders*.

Consequentemente, a escolha pautou-se no reconhecimento do Parque das Serras do Porto, como Paisagem Protegida Regional, por ser considerado um refúgio de biodiversidade e prestadora de importantes serviços de ecossistemas à comunidade. Além

disso, é um importante território detentor de riquezas patrimoniais geológicas (Era Paleozoica), arqueológicas (maior complexo de mineração subterrânea de ouro do Império Romano), de *habitat* e espécies de flora e fauna com estatuto especial de conservação e das tradições rurais (ICNF, 2022). Desta forma, pretende-se com esta investigação, consolidar o conhecimento sobre o contexto turístico deste território e sobre os seus potenciais e impactos no desenvolvimento sustentável, numa visão que vai além da literatura e dos relatórios de gestão, mas sim, em conjunto à perspetiva dos *stakeholders* do território.

1.3 O problema

Diante dos objetivos traçados, o presente trabalho suscita o questionamento: quais os impactos dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto no desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?

Como casos semelhantes, pode-se apontar trabalhos de dissertação de mestrado de Rodrigues (2018), Espada (2011) e Gouveia (2021). Destaca-se que estes trabalhos reforçam a importância da avaliação dos impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável, embora, existem outros trabalhos similares, que também contribuíram para o desenvolvimento da ideia da dissertação.

1.4 Objetivos

O objetivo principal deste estudo, está pautado na avaliação dos impactos dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo, na perspetiva dos habitantes, empresas e organizações que operam no território e dos demais *stakeholders* presentes no Parque. Enquanto os objetivos específicos são os seguintes:

- Descrever o processo de organização e criação do Parque das Serras do Porto.

- Caracterizar as atrações turísticas e identificar os produtos turísticos no Parque das Serras do Porto.
- Caracterizar as potencialidades, os obstáculos e os principais desafios ao desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo.
- Identificar os impactos económicos, socioculturais e ambientais do turismo no Parque das Serras do Porto.
- Avaliar os impactos do turismo no desenvolvimento sustentável da região.
- Aferir a sustentabilidade do turismo no Parque das Serras do Porto e identificar as suas condicionantes.
- Investigar a existência de planeamento estratégico e meios de controlo na gestão dos impactos do turismo no desenvolvimento sustentável da região.
- Aferir o papel da Administração Pública no processo de gestão dos impactos do turismo no Parque.

1.5 Metodologia

O processo metodológico consistiu num estudo qualitativo com fundamentação teórica, a partir de revisão literária sobre os temas abordados, consubstanciado, aos dados primários, com recolha e seleção de informação de documentos oficiais e planos de gestão da Associação do Parque das Serras do Porto. Mediante estes conteúdos, foram realizadas pesquisa de carácter exploratório para obter uma maior confinidade ao objeto de estudo, e pesquisa descritiva, para mais dados acerca do assunto abordado. Para congregar as informações, a pesquisa é realizada com uma abordagem de investigação para explorar o contexto e caracterizar o território e a sua gente envolvida.

Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade numa amostragem não probabilística por julgamento, com os atores sociais do turismo, englobando as organizações que desempenham atividades turísticas no Parque, a Associação que faz a gestão deste e demais entidades. Além dessas, foram aplicados questionários junto dos demais habitantes e comerciantes, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência.

1.6 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, no qual o presente capítulo I: Introdução, descreve uma visão geral do estudo, através da descrição dos objetivos, estrutura do trabalho, escolha do tema, etapas do estudo e metodologia empregada. Em seguida, o capítulo II aborda a revisão bibliográfica, neste caso são abordados temas como: turismo (tipos, produtos, importância no cenário nacional e regional, sistema de turismo); planeamento e política do turismo, impactos dos produtos turísticos (socioculturais, ambientais e económicos) e desenvolvimento sustentável (política e turismo).

Logo em seguida, o capítulo III: Metodologia, apresenta as etapas necessárias para desenvolver o estudo, do qual contou com entrevistas em profundidade com representantes da Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, empresas e entidades que operam no território e também, questionários aos habitantes, comerciantes e demais *stakeholders* presentes no território.

A seguir, o capítulo IV, intitulado como O Parque das Serras do Porto, traz uma breve descrição da estrutura de oferta turística das regiões onde o Parque está inserido. Depois, são categorizados e identificados os recursos presentes no Parque (património: arqueológico, geológico, construído, biológico e imaterial). Neste sentido, percorre-se na descrição do processo de organização e criação do Parque das Serras do Porto, através da fundação da Associação de Municípios. Continuamente, são apresentados os dados recolhidos, começando pela apresentação do perfil dos respondentes, assim como, as suas avaliações quanto os impactos do turismo, as atrações turísticas, melhorias e condicionantes à sustentabilidade. Consequentemente, é realizada uma análise dos dados logrados com as técnicas de pesquisa, para então, aliados à revisão bibliográfica, conseguir corroborar e validar os conhecimentos através das ferramentas estatísticas disponíveis.

Por último, o capítulo V: Conclusão, apresenta os pontos importantes identificados, a análise das informações e a avaliação do alcance dos objetivos propostos inicialmente, além de recomendações à gestão do Parque das Serras do Porto, as limitações do estudo e sugestões de pesquisas futuras.

Capítulo II. Impactos do Turismo e Desenvolvimento Sustentável

2.1 Introdução

Neste capítulo são abordados os conceitos basilares do turismo, produtos e sistema turístico, tipos, importância e impactos do turismo, assim como o planeamento e política desta área. Complementarmente, os conceitos de desenvolvimento sustentável e suas políticas e turismo sustentável, extraídos e fundamentados por fontes teórico-científicas com o intuito da fundamentação deste estudo.

2.2 Contextualização do Turismo

Consoante à História, pode-se verificar que a conceituação do termo turismo está atrelado aos movimentos de pessoas desde a Idade Média. Contudo, foi a partir do advento da Revolução Industrial, que o turismo apresenta um progresso económico e social, no que tange ao acesso às viagens, com a consequente implantação e desenvolvimento de uma vasta rede de equipamentos destinados a produzir os bens e serviços para satisfação das necessidades decorrentes destas viagens. Aliados ao anseio de viajar, conhecer novas culturas e estabelecer relações com outros povos foi algo constante na história da humanidade. (Cunha, 2013). Caracteriza-se como uma prática rotineira da sociedade atual, em especial, voltado para atividades de lazer, mas também para fins religiosos, comerciais, desportivos, entre outras motivações.

Nomeadamente ao turismo, a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) formulou um conceito que compreende o turismo como as atividades que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros. Complementa o conceito como sendo um fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas, que saem do seu local de residência habitual para outro, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural.

Contudo, as questões que permeiam o turismo, abarcam não somente a viagem em si, da qual os turistas precisam deslocar-se do seu lugar de residência à estada no destino, mas sim, todas as atividades realizadas no destino visitado, sendo estes serviços e produtos criados exclusivamente para a satisfação do turista (Quevedo, 2007). Afinal, o turismo é percebido como a deslocação temporária de uma pessoa, para lugares distintos fora do seu ambiente habitual, ou seja, o turista é classificado como o indivíduo que realiza um deslocamento voluntário por um determinado período. No que lhe concerne, o turismo envolve todas as deslocações de pessoas, independentemente das suas motivações, que obriguem ao pagamento de prestações e serviços durante a sua viagem e permanência temporária fora da sua residência habitual superior ao rendimento que, eventualmente, auferem nos locais visitados (Cunha, 2013).

Conforme Andrade (1999), o turismo pode ser visto como um conjunto de serviços com objetivo de planear, promover e efetivar as viagens, aliados aos serviços de receção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora da sua residência habitual. Embora Cunha (2013), enfatiza que os conceitos e estudos acerca do turismo foram tardiamente incluídos no meio académico, mas esta condição não impediu que o setor desenvolvesse fortemente, transformando-se num dos maiores setores económicos mundiais com perspectivas futuras de expansão.

Dentro destes conceitos, surgem as figuras do visitante, turista e excursionista, que se diferenciam conceitualmente devido ao seu tempo de estada no local visitado, assim de acordo com INE (2022), o visitante é tido como a pessoa que se desloca fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de alguma atividade remunerada no local visitado. Neste âmbito, o visitante pode ser turista, quando permanece, pelo menos, uma noite num alojamento no lugar visitado ou, excursionista, quando não pernoita no lugar visitado.

O turismo é um dos fenómenos mais marcantes e impressionantes da nossa época e nenhuma das realizações do século XX terá influenciado tão profunda e extensamente a vida humana como esta atividade. Como fenómeno económico e social reflete os avanços e as conquistas da humanidade, mas como ato voluntário do homem, determina e caracteriza o modo de vida das sociedades modernas (Cunha, 2013).

2.3 Produtos Turísticos

Atualmente, o turismo é considerado um dos fenómenos que melhor descreve o modo de viver das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios do lazer, da cultura, da religião, da atividade profissional e do conhecimento de outras terras e outros povos (Costa *cit. in* Vieira, 2022). Neste contexto, os produtos turísticos aparecem como um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis que oferecem benefícios ao cliente como resposta a determinadas expectativas e motivações que levaram o indivíduo a escolher determinado destino (Vera *et alii*, 1997). Assim, os produtos turísticos são compreendidos como as atrações atuais e potenciais de um destino, as facilidades, a acessibilidade ao destino, dos quais o turista compra uma combinação de atividades e arranjos (Cunha, 2013).

Afinal, o turismo não está limitado apenas à viagem, mas sim, envolve uma combinação de serviços que possibilitam um amplo contacto entre pessoas, sendo essas interações que vão estimular e enriquecer, essencialmente, a experiência do turista naquele sítio (Clarke & Middleton *cit. in* Vieira, 2022). A partir desta perspetiva, a criação e a promoção de produtos turísticos corresponde ao reconhecimento da existência de grupos de pessoas com motivações próprias, que se deslocam por razões idênticas e possuem idênticas necessidades, ou seja, da existência de segmentos de mercados diferenciados (Cunha, 2013).

Os produtos turísticos são criados e desenvolvidos a partir dos recursos existentes em cada destino, como, por exemplo: praia, montanhas, monumentos, igrejas, etc., dos quais podem surgir os bens tangíveis e intangíveis, infraestruturas e outras condições que proporcionarão experiências aos turistas. Assim, conforme Firmino (2007), afirma que cada destino terá de apostar naquilo que possui de único no mundo, nos domínios do turismo, fatores que envolvam a natureza, a cultura, o desporto, a religião, entre outras possibilidades. Ainda, aponta que existe uma evolução da venda de produtos e serviços tangíveis para um universo cada vez mais intangível, que entra no domínio do simbólico, por histórias, lendas, heróis desaparecidos, etc.

Na opinião de Ignara (2013), o conceito de produto turístico extrapola a ideia de ser apenas um produto da economia, mas sim, é constituído por um conjunto de serviços que só existem em razão de um atrativo. Sendo considerado, o somatório do atrativo turístico em si, dos serviços atrelados, da infraestrutura disponibilizada e outras facilidades que servem de apoio ao turismo.

2.4 Tipos de Turismo

A identificação dos tipos de turismo resulta das motivações e das intenções dos viajantes, podendo seleccionar-se uma envolvente variedade, dada a grande diversidade dos motivos que levam as pessoas a viajar. A diversidade de motivações turísticas traduz-se por uma diversidade de tipos de turismo (Cunha, 2013), por isso, seguem os tipos de turismo presentes no território estudado:

- **Turismo Cultural e Educativo:** provocado pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos de outras populações, de conhecer civilizações e culturas diferentes, de participar em manifestações artísticas, ou, ainda, por motivos religiosos (Cunha, 2013). Abrange as viagens cujas motivações vão corresponder a oferta variada de recursos e dependente dos valores culturais existentes no território, como no caso são os sítios arqueológicos e geológicos. Ainda, o turismo cultural possui conotação exclusivamente às atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos ao encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e de informação nos diversos ramos existentes (Andrade, 1999).
- **Turismo de Aventura:** é praticado pelas pessoas que viajam para “mudar de ares”, por curiosidade, ver coisas novas, desfrutar de belas paisagens e das distrações que oferecem as grandes cidades ou os grandes centros turísticos (Cunha, 2013). O turismo de aventura é focalizado em áreas naturais, envolve desafio físico e pode ter categorias diferentes, como o turismo orientado para o desporto (escalada, rapel, rafting, etc.) e o ecoturismo (observação da natureza, pássaros, etc.).

- **Turismo Desportivo:** envolve as atividades específicas de viagens com vistas ao acompanhamento, desempenho e participação exercidos em eventos desportivos (Andrade, 1999). Nomeadamente, a este tipo de turismo, Cunha (2013) considera como um produto complexo e multifacetado, devido a sua variada gama de práticas desportivas que exigem uma estruturação de espaços apropriados dotados de equipamento complexos (esqui, desportos náuticos), mas outras vezes, limitam a sua exigência a uma organização (ciclismo, pedestrianismo, etc.). Ainda, são os turistas que viajam com o intuito de praticar os seus desportos em cidades, regiões ou países em que não possuem residência habitual. No caso do Parque das Serras do Porto, existe uma demanda de atletas que fazem os seus treinos em meios às Serras e também, existem eventos que atraem vários atletas do país para cumprir provas neste território, no caso de *BTT Trail* (percursos com bicicleta) e *Trail Running* (percursos com corridas em-todo-o-terreno).
- **Turismo de Natureza / Ecoturismo:** são as viagens e visitas, ambientalmente responsável, a áreas relativamente não perturbadas para gozar e apreciar a natureza e os aspetos culturais existentes que promova a conservação, tenha reduzido impactos negativos provocados pelos visitantes ativos benefícios socioeconómicos às populações locais (Cunha, 2013). A atividade de ecoturismo é definida como uma viagem responsável para áreas naturais que conserva o meio ambiente e sustenta o bem-estar da população local (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000).
- **Turismo Montanhês:** este tipo de turismo sofre com a sazonalidade das procuras turísticas, embora, as montanhas permanecem como os atrativos maiores para quem deseja fugir ao calor, ou para quem pretende experimentar os rigores do frio (Andrade, 1999). As práticas de atividades nas montanhas ou serras são consideradas as modernas tendências da procura, em que a preferência pelas férias ativas assume uma importância crescente, obrigam a que o desenvolvimento de qualquer centro turístico deve ser equipado com os meios mais apropriados à prática dos desportos tendo em consideração, as possibilidades de cada local (Cunha, 2013). Nas palavras de Vieira (2007), aborda que as montanhas, os vales e as aldeias são recursos turísticos importantes que podem atrair grandes fluxos turísticos, sobretudo no inverno e que se caracterizam pela fragilidade do ecossistema, pela biodiversidade e pela beleza

paisagística, proporcionando uma grande diversidade cultural e geofísica com o restante território, satisfazendo o espírito da aventura e recolhimento. Embora, no caso do Parque das Serras do Porto, existe um fluxo constante de pessoas que percorrem os trilhos, acessos e outros recursos presentes durante o ano todo.

2.5 Sistema Turístico

O sistema é compreendido como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo (Beni, 2019).

Existem vários modelos concebidos a partir de estudos com base na teoria sistémica do turismo que podem ser considerados um marco fundamental para a compreensão dessa área. O estudo do turismo por meio da teoria geral de sistemas apresenta vantagens como a obtenção de uma visão do turismo na totalidade, possibilitando segmentar o sistema em partes e estudá-las separadamente e ainda, possibilita o estudo interdisciplinar do turismo, podendo-se separar o sistema turístico de outros setores. Contrariamente, este estudo apresenta como desvantagens, a possibilidade de ocorrer uma visão fragmentada do objeto de estudo ou ainda, ao segmentar o turismo num sistema, corre-se o risco de limitar a análise da atividade, restringindo uma visão holística do turismo (Panosso Netto, 2013).

Embora, o turismo tido como um sistema aberto, permite a identificação das suas características básicas definidas no âmbito dos seus elementos, componentes ou subsistemas. Estes, no que lhe concerne, são dinâmicos, sujeitos a influências internas e externas, estabelecem relações interdependentes entre si, conectados pela existência de canais e fluxos (Beni, 2012).

Optou-se pelo sistema turístico desenvolvido por Leiper, do qual é composto por elementos com enfoques geográficos (deslocamento e ao fluxo das viagens turísticas), além de contemplar uma análise das regiões de origem, os corredores de trânsito e o destino dos viajantes. O modelo ainda discorre sobre a questão sociocultural embutida no

fenómeno, por meio de análises relacionadas ao turista. Por fim, abre a discussão em relação à prática e à utilização de bens e serviços disponibilizados para o consumo, identificando todos os componentes que atendem o sujeito nas viagens turísticas: transportes, alojamento, alimentação, entretenimento, entre outros (Beni, 2012).

Pode-se verificar na Figura 1, que o modelo proposto por Leiper em 1979, é constituído por cinco elementos: regiões geradoras de turismo, viajantes/turistas, regiões de trânsito, regiões de destino turístico e a localização da indústria turística. Estes elementos estão inter-relacionados entre si, por caminhos que ligam as regiões geradoras com a região de destino turístico e as viagens dos turistas, como rotas de trânsito, cada um dos elementos do sistema turístico interage nos diferentes contextos onde ocorre o turismo e assim como, compõem os ambientes físicos, tecnológicos, social, cultural, económicos, políticos, jurídico. (Dalonso, 2015).

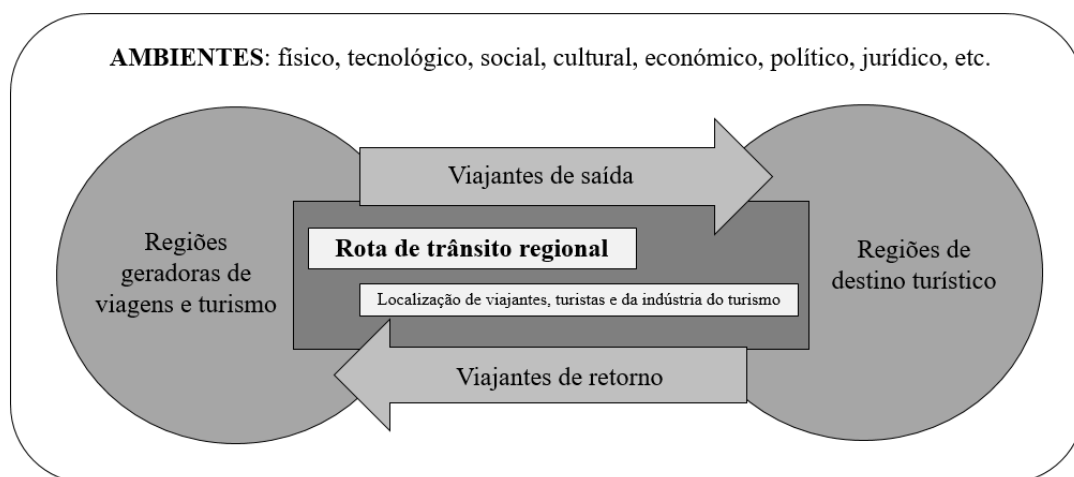


Figura 1: Sistema Turístico de Leiper

Fonte: elaborado a partir de Leiper (*cit in.* Dalonso, 2015)

O modelo desenvolvido por Leiper, congrega a componente industrial, como um conjunto de empresas e serviços visando atender o turista, por ações de *marketing* turístico, transportes, acomodações, atrações (pontos turísticos, eventos, etc.), diversos serviços (restauração, lojas, seguros, etc.) e a regulação turística (governos, associações de empresas, sindicatos, etc.). Além disso, todos os componentes do sistema fazem parte de uma cadeia interligada que abrange as regiões geradora e de destino, a rota de trânsito

entre estas, pois cuja conexão permite o fornecimento de produtos e serviços aos turistas (Panosso Neto, 2013).

Evidenciam-se nessas composições retratadas pelo modelo de Leiper elementos importantes na região geradora de turistas, com a presença de empresas de marketing no *mix* promocional do processo de comercialização e os serviços emissivos de viagens (Beni, 2012). Nesse aspeto, destaca-se que esta inter-relação entre as regiões é tida como imprescindível para a concretização do turismo, devido à aplicabilidade e adaptação de novas realidades, com destaque aos canais de distribuição, fundamentais para uma correta inserção do produto no mercado turístico. Seguindo esse padrão, Adornato (2016), afirma que as “boas práticas” para a implantação de um sistema de turismo estão pautadas em práticas de *marketing* e em particular, as denominadas 4 P’s (preço, posicionamento, ponto de venda e produto) que define as áreas de intervenção para uma correta política comercial e desenvolvimento do sistema.

2.6 Importância do Turismo

Nomeadamente, o turismo é tido como a “indústria sem chaminés”, pois se situa no setor terciário da economia (prestações de serviços ou produção de bens intangíveis) e se caracteriza como responsável pela organização e viabilização de viagens, alojamento, alimentação, lazer e todo o conjunto de atividades que abarcam os serviços prestados às pessoas que se deslocam das suas residências para atendimento de seus objetivos diversos (Andrade, 1999), embora este conjunto de atividades impactam no local onde é desenvolvido.

Presentemente, o turismo é um dos setores mais globalizados da economia mundial e, aperfeiçoou-se intensamente no último século, devido às facilidades de viajar são inúmeras e crescentes (serviços turísticos, agência de viagens, guias, transporte, etc.). Todas essas ações são possíveis, entre outros fatores, devido à globalização, que influencia a relativa abertura das fronteiras nacionais, desenvolvimento de tecnologias, valorização do consumo de bens e serviços, integração empresarial, crescimento da população mundial com dinheiro para consumir e aperfeiçoamento das empresas

(Panosso Netto, 2013). Assim, o processo de estruturação do turismo exige, assim, numa maior diversificação pela transformação dos recursos e condições existentes em cada região em produtos turísticos suscetíveis de responder às condições da procura de cada época (Cunha, 2013).

Além disso, o setor do turismo envolve um conjunto de atividades produtivas interdependentes, como, por exemplo: comércio, artesanato, serviços públicos, indústria transformadora, setor primário, etc., que estarão interligadas através das atividades turísticas (Carbugueira, 2005). Afinal, a correta inserção do turismo neste contexto de fatores económicos, sociais, culturais e ambientais vai determinar e condicionar o desenvolvimento nacional e regional (Baptista, 2003).

No caso da Europa, o continente representa um grande mercado, com forte influência na estruturação da oferta turística e com um assinalável contributo para a definição do perfil de novos turistas (Firmino, 2007). A Europa é considerada um centro turístico relevante, apesar das crescentes mobilidades para a Índia e China, o velho continente abarca recursos e atrativos suficientes para preparar-se à estas novas conjunturas e rumos turísticos. Assim, o continente europeu continua com uma posição de referência para os turistas que procuraram por modelos turísticos alternativos, históricos, culturais, religiosos ou o clássico turismo balnear (Fernandes, 2007).

Na opinião de Cunha (2013), Portugal descobriu cedo o interesse e a importância do turismo, embora só tenha legitimado a sua promoção após verificar o desenvolvimento desta atividade nos outros países europeus. Embora, o país seja detentor de condições naturais e climatéricas favoráveis, elevado grau de competitividade de preços, sentido de hospitalidade do seu povo, peculiaridades culturais e históricas e outras características que favorecem o desenvolvimento do turismo. No entanto, devido a fatores políticos que foram pouco propensos às mudanças, atraso em infraestruturas (comunicação, transporte, estradas, etc.) e a inexistência de uma iniciativa privada estruturada, acabaram por impossibilitar o desenvolvimento do turismo na época.

Apesar do atraso com que se iniciou o seu processo de desenvolvimento, o turismo alcançou rapidamente um lugar de relevo no conjunto das atividades económicas, não só pelo volume das receitas externas que proporciona, mas também, pelo emprego criado e pelo impacto produzido a nível regional. Do ponto de vista de Ribeiro (2001), Portugal ocupa um lugar destacado no *ranking* dos principais destinos turísticos mundiais, face aos resultados de crescimento do setor. Diante disso, fica evidente a importância estratégica que o turismo possui no contexto da economia portuguesa, fator influenciador dos níveis das receitas, de emprego e das contas externas do país.

Em comunicação oficial, Portugal (2022) afirma que as receitas do turismo continuam a crescer, em 2019 (+11% em julho), este resultado vem para confirmar as previsões do Banco de Portugal nesta matéria. Neste contexto, o setor de turismo é um dos maiores do mundo em termos de movimentação económica e de impacto social (Panosso Netto, 2013), mas também, conforme o tipo, os recursos, a quantidade de turistas e outros fatores, podem apresentar diversos tipos e intensidade de impactos. Por isso, independentemente do sistema político ou das mudanças políticas em relação à orientação do mercado, a função do Estado é indispensável para o desenvolvimento bem-sucedido do turismo (Lickorish e Jenkins, 2000), pois este tem um papel fundamental no planeamento participativo e como regulador da política do turismo, conforme se verifica na sequência.

2.7 Planeamento e Política do Turismo

Numa visão ampla, os impactos das principais políticas da União Europeia no turismo são notáveis, como, por exemplo, as regulamentações trabalhistas, sociais e ambientais, com isso, a Comunidade estabeleceu em 1986, uma Comissão voltada ao turismo para facilitar e promover o setor, fazer melhor uso dos instrumentos financeiros, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (ERDF), fornecer informações mais completas do turismo, entre outros (Lickorish e Jenkins, 2000). Acompanha-se nesta mesma ótica, a Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO) que desde 2003, é a principal organização internacional de âmbito turístico, do qual possui em sua agenda política temas como a competitividade, sustentabilidade, redução da pobreza, capacitação, cooperação e orientação para um turismo responsável e sustentável. Portugal aderiu à

OMT em 1976, onde ocupa um lugar no Conselho Executivo desta organização (Turismo de Portugal, 2022). Embora, a Organização Mundial do Turismo é uma entidade intergovernamental reconhecida pelas Nações Unidas com *status* consultivo, devido o importante trabalho no desenvolvimento de programas técnicos sobre estatísticas, pesquisas e troca de ideias e experiências entre os países que fazem parte desta entidade (Lickorish e Jenkins, 2000).

O turismo é considerado um dos mais importantes agentes de mudança em qualquer sociedade e por isso não se pode deixar evoluir sem planeamento. Afinal, o planeamento do desenvolvimento turístico, normalmente fica a cargo do Estado, por inúmeras razões tais como dinamizar a iniciativa privada e permitir uma mais eficiente utilização dos recursos (Vieira, 2007). Este planeamento turístico requer um processo de tomada de decisões, pois implica numa reflexão sobre as condições e repercussões económicas, sociais, culturais, políticas e ambientais de um território, e, simultaneamente, deve-se pensar nas ações futuras na esfera do turismo com propósito de estabelecer critérios, normas e programas de desenvolvimento (Mariani e Gonçalves, 2001). Além disso, o desenvolvimento do turismo é considerado um processo de longo prazo que requer um investimento considerável e de forma contínua, em infraestrutura, equipamentos e instalações relacionadas com as atividades turísticas (Lickorish e Jenkins, 2000).

No campo da política de turismo, esta é composta por um conjunto de regulamentos, regras, orientações, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção, que fornecem uma estrutura na qual as decisões coletivas e individuais afetam diretamente o desenvolvimento do turismo a longo prazo e as atividades que se desenrolam diariamente num destino (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000).

Neste contexto, o fundamental para a imagem da oferta turística é a disponibilização de uma adequada infraestrutura, associada aos atrativos turísticos e aos serviços oferecidos aos turistas (Carvalho, 2016). Por isso, compete ao setor público local definir opções de política e criar as condições para que cada um dos produtos turísticos possa concretizar (por exemplo: construção de vias de acesso, proteção e valorização do património cultural, definição de sistemas de financiamento, formação profissional, construção de equipamentos coletivos, etc.), mas é à iniciativa privada que ficarão reservados não só os

investimentos necessários à concretização do produto turístico, mas também garantir a sua exploração em termos de viabilidade económica e financeira (Cunha, 2013).

O turismo precisa aderir ao novo conceito de ordenamento das cidades, com serviços municipalizados, mas, sobretudo, com a certeza de que a atratividade diminuirá sensivelmente os problemas sociais e será uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, através da geração de empregos (Boiteux e Werner, 2002). Assim, a população tem o direito de favorecer-se de todos os benefícios e vantagens proporcionados pelo turismo. Por isso, o Estado deve cumprir uma série de obrigações a favor de um desenvolvimento ordenado dessa atividade, para evitar ou amenizar os seus impactos negativos nas comunidades e no meio natural (Ruschmann, 2008).

Acrescenta-se as palavras de Rabahy (2003), o qual afirma que a importância do turismo numa economia depende, das pré-condições naturais e económicas existentes, por exemplo, atrativos turísticos, infraestruturas de acesso, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor, além das características locais em função das suas alternativas e do papel reservado ao setor turístico nas estratégias de desenvolvimento económico do Estado. É importante ressaltar, que a instalação destas infraestruturas ou de equipamentos de consumo coletivo, quando destinada às necessidades da população local, não é considerada investimento público, mas “despesa”. Essa “despesa”, afirma-se com frequência, onera os cofres públicos, pois aparentemente não tem retorno contábil - o que demonstra que o que conta para o chamado “desenvolvimento” é o que pode ser contado. No caso da empresa privada, os recursos utilizados com os empreendimentos serão amortizados e renderão lucros à medida que houver uso pago desses lugares pelos turistas. Em outros termos, trata-se de um investimento de capital para um empreendimento que deverá gerar lucros (Rodrigues, 2000).

Além disso, para o êxito de projetos de desenvolvimento sustentável local é preciso haver uma articulação e mobilização com os atores envolvidos localmente (residentes, comerciantes, empresas, etc.), aliando as suas capacidades de pensar de forma integrada para que os seus recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas (Loiola, 1999). Portanto, cabe ao setor público a tarefa de mobilizar a população para a sua importância e, com o apoio da iniciativa privada, planejar e regular

a forma do seu uso, considerando os seus custos e benefícios sociais, bem-estar da população residente, que tem contribuído para a sua inclusão nas políticas e estratégias de desenvolvimento (Rabahy, 2003).

De acordo com Ruschmann (2008), vem corroborar com esta postura de informar à população local acerca do plano turístico, mas acrescenta que é preciso aprovação e apoio da população dos territórios, através do esclarecimento sobre os benefícios do turismo para a coletividade nos aspetos socioeconómicos, com a garantia de que os impactos sobre a qualidade e o seu nível de vida serão favoráveis. Trata-se de um ponto delicado na intervenção, pois, muitas vezes as comunidades não são consultadas e os impactos sobre as suas condições de vida são favoráveis economicamente, mas, torna-se um impacto negativo os possíveis danos na ordem cultural e do meio ambiente natural.

O planeamento participativo recupera a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das estratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, à medida que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se (Beni, 2019). A gestão participativa visa, essencialmente, democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil, permitir a expressão criativa dos movimentos sociais, identificar os problemas locais como um todo, interpretar os interesses específicos das comunidades e discutir soluções. É importante que o desenvolvimento local seja discutido, analisado e realizado no âmbito da sociedade local, através da participação direta dos cidadãos. Trata-se de valorizar o conceito de cidadania como força propulsora do desenvolvimento sustentável (Sant'Anna, Oliveira e Berenstein, 2001).

Consequentemente, o turismo pode resultar num conjunto de benefícios à uma sociedade (melhoria do nível de emprego, distribuição regional de renda, geração de divisas, etc.), assim como pode acarretar graves custos sociais, económicos e ambientais, quando não devidamente planeado (Rabahy, 2003). Diante disso, os impactos do turismo são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas e as comunidades receptoras. Embora, tipos similares de turismo podem originar impactos diferentes, pois depende de fatores e da natureza das sociedades em que ocorrem (Rushmann, 2000).

2.8 Impactos do Turismo

O crescimento da demanda e, conseqüentemente, da oferta turística, associado as facilidades para as viagens, tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais consideráveis (Ruschmann, 2008). Fator que transformou o turismo num agente indutor do desenvolvimento transversal e da evolução da sociedade, do qual permite que as populações conheçam a sua história, as suas origens e que possam se reinventar e transcender em termos de desenvolvimento e ideias inovadoras (Ramos e Costa, 2017).

Na visão de Vieira (2007), o desenvolvimento turístico apresenta causas e efeitos, pois utiliza meios bem determinados e específicos, processando-se em diferentes dimensões que vão desde a sociológica e antropológica, até à dimensão económica e física na qual se integra o ambiente e o território visitado. Neste contexto, Mathieson e Wall desenvolveram, em 1982, um modelo estrutural dos impactos provenientes das atividades turísticas, onde salientaram que o turismo deve ser entendido com uma interface entre a oferta e a procura e dos efeitos que tal interação gera ao nível das áreas destino (Fanha, 2014).

A Estrutura Conceitual do Turismo, ilustrada na Figura 2, apresenta elementos que possibilitam a mensuração das relações entre os turistas e os processos gerados nos destinos turísticos, tendo em consideração, a geração de pressões, a capacidade de carga do destino e a necessidade de controlo de impactos económicos, ambientais e sociais. Nesse âmbito, enfatiza-se que o modelo, além de avaliar o impacto económico (emprego e renda), também possui uma visão holística e sistémica para mensurar as influências positiva e/ou negativa do turismo no território e na sua população, nos campos socioculturais e ambientais (Alvares, Dalonso e Lourenço, 2019).

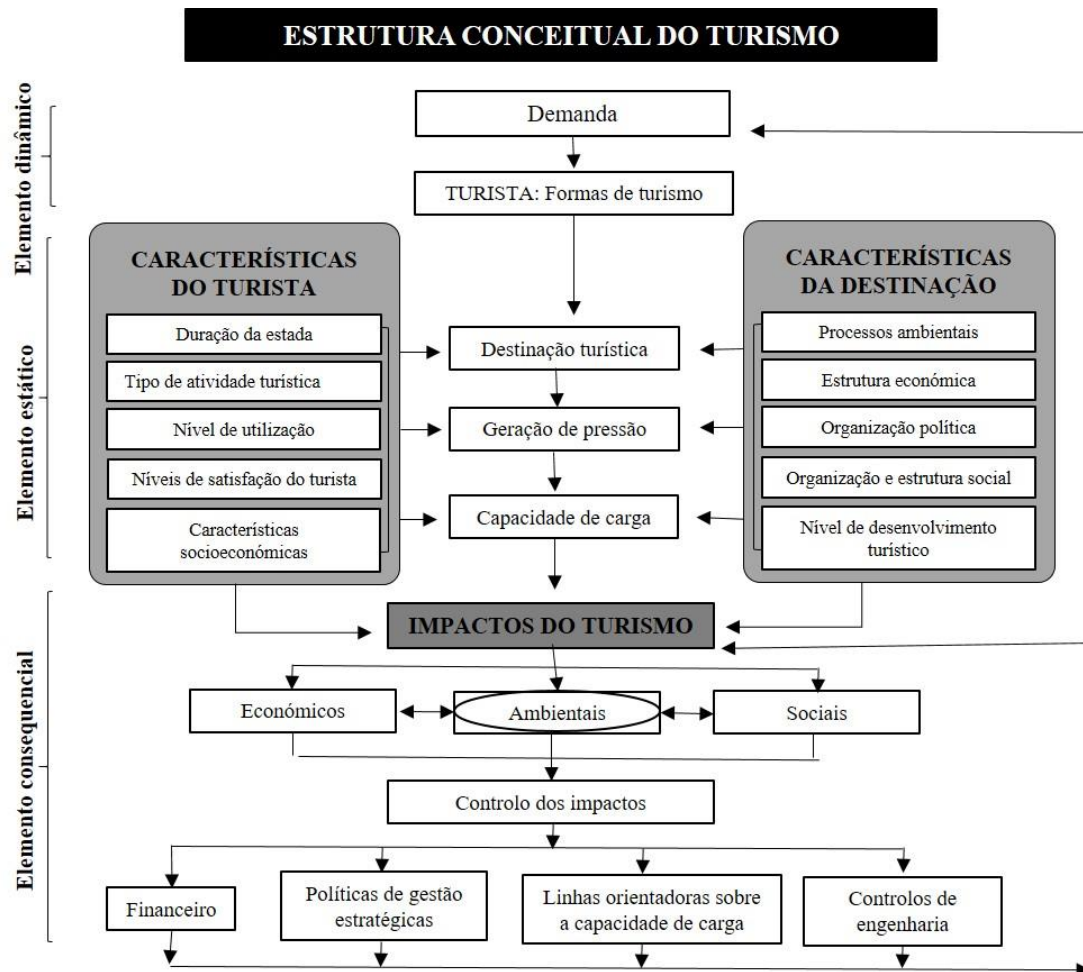


Figura 2: Modelo de Impactos do Turismo

Fonte: elaborado a partir de Mathieson e Wall (*cit in*. Alvares, Dalonso e Lourenço, 2019)

Relativamente ao destino turístico, os elementos centrais e permanentes do turismo, acabam por pautarem-se nas características intrínsecas do território e do turista. Estes fatores acabam por condicionar a procura, criando-se um processo ativo com várias formas e atividades, que inevitavelmente irão criar pressões sobre o destino turístico, repercutindo aos níveis económico, social, cultural e ambiental. Consequentemente, a partir do conhecimento da capacidade de carga do destino e intervindo com controlos de impactos resultantes da atividade turística é possível continuar a alimentar a procura pelo destino (Fanha, 2014).

Conforme Flores (2006), aborda que os impactos não são sempre iguais, pois cada um possui as suas particularidades, magnitude, intensidade e duração, que dependem da vulnerabilidade e fragilidade do meio ambiente, o tipo de práticas e atividades praticadas e os tipos de medidas e estratégias implementadas para atenuar ou evitar os impactos que

o turismo. Ainda, o autor aborda que as motivações de um campista, um cientista ou um alpinista não são as mesmas, e portando os comportamentos e influências sobre o território também serão diferentes.

A medida que a mentalidade voltada ao turismo, vai a desenvolver, vai-se a tornar numa atividade que responde à satisfação de necessidades múltiplas de ordem intelectual, física, psicológica, cultural, social e profissional, mediante o desenvolvimento de novas atividades e a renovação das existentes e, por isso, poucas atividades humanas se encontram em tão estreita ligação com o processo de transformação e desenvolvimento das sociedades modernas como o turismo (Cunha, 2013). Embora, a atividade turística pode provocar alguns impactos, dos quais serão explicitados na sequência.

2.8.1 Impactos Económicos

No campo económico, o turismo é um dos setores que mais cresce a nível mundial e que mais oportunidades oferece de investimentos de sucesso, pois é considerado como um “motor” das economias, agregando princípios base de genuinidade, tradição, cultura e de novas estratégias de gestão e organização do setor (Ramos e Costa, 2017). Conjuntamente, Cunha (20013), corrobora com esta ideia e acrescenta, que o turismo atua como propulsor do processo de crescimento e de progresso económico.

O setor do turismo pode aparecer ligado ao desenvolvimento através do âmbito económico, enquanto indicador de desenvolvimento quando, num ponto de vista do consumidor, se avalia o maior ou menor grau em que uma dada sociedade utiliza ou usufrui de infraestruturas e serviços turísticos, sendo certo que as coletividades mais desenvolvidas são as que apresentam maiores índices destes tipos de consumos (Santos e Terrâseca, 1998). Consequentemente, o turismo trata-se de uma atividade económica integradora de múltiplos setores, com relações praticamente com todos os organismos produtivos da economia. (Cunha, 2013).

A contribuição do turismo para o desenvolvimento económico faz-se através da potencialização dos fatores de competitividade, o aumento da dimensão do desempenho

da economia interna ou doméstica e do seu grau de internacionalização (Vieira, 2007). Enquanto fator de desenvolvimento, a partir de um ponto de vista da atividade produtiva e, considerar da sua especial interação com os outros setores, se avalia os respetivos efeitos, a nível macro, por exemplo, em termos de contributos para o produto nacional, para o emprego ou para as receitas cambiais (Santos e Terrasêca, 1998). A importância do turismo nas economias nacionais é refletida em vários campos de atividade, destacando-se os seus efeitos na produção, no emprego, no balanço de pagamentos, no setor público, no desenvolvimento regional, na distribuição de renda, nos preços, no câmbio, na moeda e até nos termos de relação de troca de outros países (Rabahy, 2003).

Consequentemente, os principais impactos económicos do turismo se relacionam aos ganhos de câmbio exterior, às contribuições feitas às receitas do governo, à geração de emprego e renda e ao estímulo no desenvolvimento regional. Os dois primeiros efeitos se dão ao nível macro, enquanto os outros três ocorrem em níveis subnacionais (Lickorish e Jenkins, 2000). Além disso, o impacto do turismo no mercado de trabalho em termos de geração de empregos diretos e indiretos, há os benefícios de seus ganhos de produtividade, com as repercussões favoráveis para o sistema económico como um todo. O turismo provoca no mercado profissional uma série de melhorias das quais ressaltam-se a qualidade, a produtividade e a remuneração (Rabahy, 2003).

Por seu turno, os impactos económicos incluem o chamado efeito multiplicador, que consiste na relação entre o dinheiro que entra por conceito de turismo e sua repercussão final no Produto Interno Bruto, sendo mensurado por meio de um coeficiente que mede a quantidade de ingresso gerado por cada unidade de despesa turística. Visto que este, é produzido pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista (alojamento, alimentação, guias turísticos, etc.) e que beneficia os setores ligados diretamente e os ligados indiretamente ao fenómeno turístico (bancos, clínicas, transportes públicos, etc.). A unidade monetária recebida passa por diversas transações geradas neste sistema, cujo número depende do círculo consumo-renda de cada país ou região (Barreto, 2014). Destaca-se ainda, o turismo doméstico, que envolve os residentes do país que viajam dentro dos limites do território nacional para conhecê-lo, este tipo de turismo pode ainda ter um significado considerável na relação com a economia nacional, pois representa a

transferência de poder de compra dentro de uma economia, dado pelo deslocamento e estadias destes turistas (Lickorish e Jenkins, 2000).

Nas palavras de Andrade (1999), o setor turístico oferece oportunidades de alternativas aos empresários que nele investem ou desejam investir, desde que planeiem com critério e se estabeleçam locais convenientes, tanto pela qualidade da oferta e suas especificidades quanto pelo volume da demanda. No entanto, o sucesso depende muito da qualificação de potencial do destino, dos equipamentos presentes e dos serviços oferecidos ou à disposição do público. Considera-se que o impacto do turismo nas condições económicas e sociais dos países se manifesta de forma diferenciada, segunda as características e tipicidade de cada localidade (Rabahy, 2003), afinal cada localidade possui suas idiossincrasias. Identificam-se na Tabela 1 os possíveis impactos económicos.

Tabela 1: Impactos Económicos

IMPACTOS ECONÓMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de empregos diretos e indiretos ▪ Incremento na produção de bens e serviços ▪ Incentivo aos investimentos ▪ Aumento do consumo de produtos locais ▪ Aumento da coleta de impostos ▪ Construção de equipamentos ▪ Aumento dos níveis culturais e profissionais da população ▪ Utilização de mão-de-obra local ▪ Incentivo à formação profissional ▪ Abertura de novos mercados para os produtos locais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sazonalidade turística ▪ Inflação ▪ Mão-de-obra desqualificada na área ▪ Transformação da estrutura do trabalho ▪ Destinação de recursos públicos para repor património local ▪ Dependência de capital investidor externo ▪ Desarticulação das atividades tradicionais

Fonte: Ruschmann (2000); Beni (2012); Flores (2006); Vieira (2007).

No contexto do emprego, o setor do turismo, utiliza-se da prestação de serviços, para isso necessita intensivamente de mão-de-obra, com a vantagem de requerer pessoal de um amplo espectro de qualificações, inclusive aquele de menor nível de escolaridade (Rabahy, 2003), por sua vez, o turismo pode ser um incentivador à formação de profissionais e também, utilizar o trabalho as pessoas disponíveis no local para suprir lacunas de mão-de-obra. Com isso, a atividade formadora pode provocar o aumento dos níveis culturais e profissionais da população, devido o fato de suscitar nas pessoas o interesse pela área turística, pela história e pela cultura local.

Por sua vez, o Estado procura estimular o desenvolvimento económico, combatendo a pobreza, o desemprego, a fraca densidade populacional, declínio industrial e fomentando a diversificação das atividades económicas regional e incentivando o incremento de bens e serviços através das atividades turísticas (Firmino, 2007). Ainda, o papel do Estado está no intervir, igualmente na atração de investidores, nacionais e estrangeiros, na construção e reparação de infraestruturas, nos incentivos à formação profissional e à educação de nível superior e na preservação dos recursos naturais, históricos e culturais (Hall, 2000).

Evidentemente, os empreendedores precisam inovar para garantir o lucro, por meio de novas opções ou à renovação das ofertas de produtos já existentes. Contudo, compete ao Estado estabelecer alianças com estes, para promover as atrações turísticas e criar as condições para garantir o sucesso em virtude das exigências próprias do turismo, por meio da execução de infraestruturas, equipamentos e outros fatores indispensáveis ao seu desenvolvimento, cujo lançamento se inscreve no domínio de competências públicas (Cunha, 1997). Com o intuito de viabilizar a comercialização, da qual seja consistente com uma estratégia de desenvolvimento do território, o Estado tem ao seu dispor, várias políticas para definir se ele próprio será o agente ofertante de produtos turísticos ou não. Ainda, qua a opção seja pela não produção direta, o Estado tem à sua mercê um importante papel regulador e incentivador, o qual pode ser desempenhado com recursos aos vários instrumentos, nomeadamente, de âmbito fiscal e comercial, através da cobrança de impostos e/ou a concessão de subsídios ao setor (Matias, 2007).

Na opinião de Goeldner e Ritchie (2000), as limitações de dados de natureza qualitativa e quantitativa acerca do turismo, tendem a ser superadas à medida que há uma maior consciência da utilidade do setor para a economia e para o desenvolvimento regional. Além disso, o turismo é uma atividade de comportamento sazonal, cujo consumo se intensifica nos períodos de férias e em função das estações do ano, sendo comum as referências ao turismo de inverno, etc. Essa característica apresenta inconvenientes de custo e até de conforto, pela excessiva concentração de demanda relativamente a uma oferta fixa de equipamentos e serviços, a curto prazo (Rabahy, 2003).

Igualmente, esta sazonalidade da procura turística pode causar inflação no destino, pois quanto maior for a procura, maiores serão os níveis de esgotamento da capacidade

máxima da oferta, o que conseqüentemente provocará o aumento dos preços (Wahab, 1991). Assim, em uma determinada época, os turistas adquirem bens e serviços que geraram o aumento de investimentos das empresas no abastecimento e atendimento, e quando os turistas deixam a localidade, conseqüentemente, a economia local sofre os efeitos negativos decorrentes da sazonalidade, como: o desemprego, encerramento de empresas, queda no facturamento de empreendimentos turísticos, a alteração da política promocional do produto turístico e do preço, entre outros aspetos (Dias, 2003).

Relativamente, a transformação na estrutura do trabalho, está associada aos empregos sazonais, que ocorrem somente no período da chamada alta temporada, e o deslocamento de trabalhadores de outras empresas para o turismo, em detrimento aos outros setores da economia. Da mesma maneira, o turismo oferece variados postos de trabalhos, e muitas vezes, a população local não possui os requisitos básicos para o preenchimento dessas vagas, por falta de treinamento ou inexistência de habilidades, o que limita as oportunidades de empregos (Beni, 2012).

Nomeadamente, a desarticulação das atividades tradicionais é um impacto negativo, visto que o que atrai o turista a visitar uma determinada localidade são as peculiaridades da cultura local, entre as quais se encontram as atividades económicas tradicionais, como a pesca, o artesanato, a agricultura, etc., que quando não são bem dimensionados seus papéis sociais e culturais, acarretam uma subvalorização dessas atividades, devido ao único objetivo, ser apenas económico (Dias, 2003).

De acordo com Wanhill (1997), o setor do turismo envolve diversos setores da economia e impacta diretamente no modo de vida da comunidade anfitriã, consoante a atitude do governo local, quanto ao investimento em turismo, tanto pelo rumo da ênfase dada pelo governo e pelo papel por ele atribuído ao setor privado. Na maioria dos casos, a economia está na base dos planos de desenvolvimento, o que torna necessária uma compreensão dos aspetos económicos envolvidos no planeamento turístico e das destinações dos recursos públicos para o desenvolvimento do património local. Em síntese, os impactos negativos promovidos pelo turismo refletem o modelo de desenvolvimento turístico adotado, ou até mesmo a ausência deste, pois a falta de um planeamento e de estratégia acaba por inibir as possibilidades de desenvolvimento e impedem que as localidades

desenvolvam as especialidades capazes de superar as mudanças inevitavelmente promovidas por esta atividade, sendo necessário haver uma articulação de projetos políticos para uma nova realidade social (Dias, 2003).

De facto, o turismo enquanto atividade económica, tem como um dos seus principais objetivos o desenvolvimento sustentável da comunidade de acolhimento salvaguardando a satisfação dos turistas que a visitam (Vieira, 2007). Especialmente, o impacto económico só pode ser positivo para o desenvolvimento sustentável, quando houver o planeamento e ordenação de todos os agentes turísticos para alcançar um balanço positivo global (Flores, 2006), com os objetivos alinhados entre os interesses económicos do setor e do território onde acontece o fenómeno turístico.

2.8.2 Impactos Socioculturais

O desenvolvimento integrado do turismo traz obviamente vantagens, pois o turista pode conviver com interesse e respeito com as pessoas do lugar, e optar em caminhar fora de circuitos turísticos, olhar com atenção para o meio circundante, aprender com isso, conhecer os costumes locais através de um contato mais pessoal (Mendonça, 2001). Apesar das vantagens económicas da atividade turística, como ora visto, há uma crescente preocupação do turismo ser um intercâmbio internacional de pessoas, e estas trazem consigo preferências, pré-conceitos e preconceitos sociais, de onde podem surgir conflitos interculturais (Lickorish e Jenkins, 2000).

Desta maneira, surge o impacto do turismo sobre a vida local com várias facetas, das quais, a dimensão sociocultural faz referência a como incide a presença dos visitantes na qualidade de vida dos residentes. Esta juntamente com a capacidade de carga socioeconómica, constitui um componente fundamental para os efeitos de estabelecer a capacidade de observação turística em termos sociais e económicos da cidade (Atlante, 2005). Ainda assim, é impossível desconsiderar a cultura como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Entretanto, o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência

do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes, sendo um dos impactos negativos. (Ruschmann, 2008).

Por sua vez, os impactos económicos do turismo são frequentemente observados a curto prazo, ou até mesmo imediatamente, como por exemplo: chegadas ao aeroporto. No que concerne aos impactos socioculturais, estes levam muito mais tempo para emergir e, como mudanças qualitativas na sociedade podem ser sutis e impercetíveis, mas cumulativas em seus efeitos e intensidade (Lickorish e Jenkins, 2000). Nesta perspetiva, os impactos socioculturais positivos e negativos estão sumariados na Tabela 2.

Tabela 2: Impactos Socioculturais

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none">▪ Orgulho étnico▪ Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestruturas)▪ Experiências com visitantes (intercâmbio cultural)▪ Aumento das atividades e serviços culturais▪ Participação da população no processo (integração comunitária)▪ Maior oportunidade para formação de profissionais▪ Preservação e reabilitação de monumentos, edifícios e locais históricos▪ Valorização da herança cultural e histórica▪ Aumento dos níveis culturais e profissionais da população	<ul style="list-style-type: none">▪ Alienação da comunidade local▪ Marginalidade▪ Vandalismo▪ Diferenças sociais entre visitantes e moradores▪ Descaracterização da cultural local▪ Perda da originalidade e autenticidade▪ Banalização

Fonte: Ruschmann (2000); Beni (2012); Flores (2006); Vieira (2007).

Salienta-se as palavras de Lickorish e Jenkins (2000), quando afirmam que o turismo é essencialmente, uma atividade humana, por isso, é desejável evitar o conflito entre os visitantes e a comunidade local. A aceitação do turismo pela comunidade local está sujeita a diversos parâmetros de natureza qualitativa, dos quais abarcam a estrutura socioprofissional da população; ao nível de educação e conhecimento da matéria; aos padrões de vida; e a força de culturas e instituições existentes. Certamente, é preciso haver o reconhecimento de que a população residente é parte da herança cultural e, portanto, merece proteção. Pois, as transformações impostas pelo turismo, devem ser conciliados com a preservação e valorização de sua herança e património sociocultural. Essas

condições são essenciais na manutenção e crescimento dos fluxos de visitantes, pois em alguns casos se constituem no principal atrativo turístico (Rabahy, 2003).

Neste contexto, o Estado tem a função de prover um enquadramento para melhorar a qualidade de vida dos residentes, através do desenvolvimento de infraestruturas e estruturas recreativas para residentes e visitantes. Consoante o nível de desenvolvimento da comunidade, as infraestruturas podem envolver abastecimento de água, saneamento, eletricidade, sistemas de comunicação, estradas, serviços de transportes, etc., além de estruturas como hotéis, restaurantes, museus, locais de entretenimento, etc., no caso do setor privado (Baptista, 2003). Logo, a população local tem um importante papel no processo de promoção da integração comunitária e territorial, com vistas no orgulho étnico, valorização da herança cultural e histórica, sem perda dos valores locais.

Indubitavelmente, o turismo pode gerar custos sociais difíceis de estimar, mas nem por isso são menos importantes. Um exemplo, é a ameaça aos hábitos tradicionais de cada país e, muitas vezes, de regiões específicas. Entretanto, o turismo pode se tornar o elemento que irá garantir a manutenção de certas tradições originais que atraem os turistas (Lickorish e Jenkins, 2000). Face a importância da participação popular no processo de planeamento, pois conforme Baptista (2003) salienta, sem adequada perceção cultural do ambiente, este não pode ser defendido e preservado, por sua vez, sem ambiente preservado e atrativo, o turismo só pode existir como fenómeno ocasional e sem futuro, assim, sem a relevância cultural do património e das manifestações de raiz humana inspiradas nas tradições e na autenticidade, não será possível criar e manter uma imagem que vá ao encontro das evolutivas motivações para atrair os turistas.

Em contraposição, o turismo pode arruinar, gradativamente, os padrões sociais e culturais da comunidade, por meio da mercantilização da cultura, ou seja, podem ocorrer mudanças nos padrões artísticos locais quando o artesanato é reproduzido em massa para o consumo dos turistas, acabando por perder a autenticidade (Chon e Sparrowe, 2014). Além disso, o acesso de turistas pode comprometer as estruturas de bens históricos consideráveis, em virtude da circulação excessiva de veículos e das ações depredatórias dos próprios turistas, nem sempre controláveis (Ruschmann, 2008).

Conforme Mendonça (2001) aponta, para o turista ter uma relação mais intensa com um lugar é preciso vivenciá-lo, através de um contato mais íntimo e informações completas. Por isso, é necessário o planeamento do turismo com o intuito de proporcionar a existência de infraestruturas sociais e coletivas para alavancar mais o desenvolvimento sustentável do turismo, do que o seu crescimento, para então, gerar mais conhecimento pela interculturalidade e mais oportunidades para o empreendedorismo num quadro de grande exigência quanto à qualidade territorial (Vieira, 2007).

Diante disso, o turismo é considerado uma excelente oportunidade para o encontro entre os povos, embora não tem sido aproveitado de forma ideal para esse fim. Em vez de promover a compreensão e os relacionamentos humanos, acaba por limitar-se apenas às relações económicas, que revertem em contatos superficiais e precários, juntamente à dependência excessiva da atividade por parte da população das destinações (Ruschmann, 2008). Nomeadamente, a fragilidade do ambiente como um todo, a contar os recursos naturais, paisagísticos e histórico-culturais, Ribeiro (2001) afirma, se não for acautelada por um planeamento adequado e uma gestão controlada da sua exploração turística, mesmo a curto prazo, pode acabar com o próprio turismo da região. Ainda destaca, que o turismo requer abordagens que contemplem a integração, a articulação e a coordenação de medidas e ações do Estado e da população para dinamizar, promover e valorizar os recursos históricos, culturais e ambientais próprios de cada região.

2.8.3 Impactos Ambientais

A atividade turística facilita o uso fugaz e intenso do território, como parte integrante do ideal de modernidade, quando considera o desenvolvimento como uma meta a ser atingida. O turismo não é exceção, também é uma atividade que sacraliza a natureza e, ao mesmo tempo, submete-a ao mundo da mercadoria, pois paga-se para desfrutar da natureza, da paisagem natural ou do ambiente natural ou construído (Rodrigues, 2000). Para amenizar esta situação, Mariani e Gonçalves (2001), enfatizam que o turismo pode e deve contribuir de forma decisiva para proteção e melhoramento do meio ambiente no qual está inserido. Consequentemente, é necessário que o turismo e o meio ambiente

encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação

Afinal, o turismo é considerado uma indústria e, assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação, exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria, a utilização não-sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferência para outros locais de exploração (Mendonça, 2001). Neste contexto, o Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento, contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas (Ruschmann, 2008).

Considerando que o turismo é uma atividade dinâmica e que os seus impactos e suas consequências mudam constantemente, fruto das modificações dos objetivos, tanto dos turistas como das comunidades receptoras, das flutuações nos processos relacionados com a economia, o meio ambiente e com as mudanças tecnológicas, por isso, o seu monitoramento periódico torna-se uma necessidade imprescindível (Ruschmann, 2008). Conforme pode-se verificar na Tabela 3, os principais impactos ambientais positivos e negativos que o desenvolvimento de atividades turísticas pode acarretar.

Tabela 3: Impactos Ambientais

IMPACTOS AMBIENTAIS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none">▪ Revalorização do meio natural (conservação e melhoria da qualidade ambiental)▪ Preservação do meio ambiente▪ Maior envolvimento da administração pública (planeamento ambiental)▪ Maior envolvimento da população (conscientização ambiental)▪ Promoção da educação ambiental▪ Investimentos económicos às áreas naturais▪ Preservação de locais históricos	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da poluição e resíduos (ruído, ar, água e solo)▪ Rivalidade na utilização de recursos naturais (turismo vs outras atividades)▪ Destruição da fauna e flora▪ Degradação da paisagem natural, de sítios históricos e de monumentos▪ Erosão do solo▪ Esgotamento dos recursos naturais▪ Recolha de minerais, fósseis e outros recursos como lembrança

Fonte: Ruschmann (2000); Beni (2012); Flores (2006); Vieira (2007).

Os efeitos do turismo no meio ambiente podem ser desastrosos, caso não sejam adequadamente dimensionados, afinal, os recursos naturais são limitados e a atratividade turística se localiza logicamente nestas áreas. Dado o risco que o uso massivo e desordenado pode acarretar, o turismo precisa ser promovido com responsabilidade e com vistas à proteção ambiental (Rabahy, 2003). Consequentemente, a atividade turística pode suscitar uma maior participação da administração pública e da população, através da revalorização do meio natural com o objetivo de preservar o meio ambiente e os locais históricos. Afinal, com o gerenciamento adequado, o turismo pode garantir a conservação, a longo prazo, de áreas de beleza natural que possuem valores estéticos, culturais e históricos (Lickorish e Jenkins, 2000).

Acrescenta-se a ideia de Carvalho (2016), sobre os principais desafios do setor do turismo, que está em zelar para manter as belezas naturais dos destinos e consequentemente, continuar a atrair os turistas, sendo esta uma obrigação conjunta dos órgãos públicos competentes, da comunidade, dos visitantes e dos empreendedores que, de uma forma ou de outra, desenvolvem as suas atividades nesse segmento de negócio. Cabe ressaltar, que a degradação dos atrativos turísticos naturais compromete a sustentabilidade do próprio negócio. Igualmente, é uma necessidade imperativa haver um equilíbrio entre a proteção ambiental e o planeamento turístico, pois o fato de existirem maiores impactos negativos não pode ser ignorado, pois alguns danos são irreversíveis e comprometem a característica natural desses meios (Ruschmann, 1997).

Porquanto o turismo em espaços naturais pode constituir o principal fator à degradação da natureza, pois assume-se como uma das áreas prioritárias de implementação de ferramentas de gestão ambiental. Por sua vez, uma gestão eficaz promove a melhoria contínua do desempenho ambiental das atividades turísticas, tendo com o objetivo fundamental a promoção de condições de sustentabilidade (Ferreira e Lopes, 2003). Neste contexto, o turismo de natureza torna-se complexo, devido a fragilidade presente no território, sendo fundamental o controlo exigente da qualidade ambiental, o planeamento das acessibilidades e da circulação interna, a gestão de conflitos gerados pelas diferentes motivações dos turistas, o estabelecimento de formas de cooperação entre a administração pública e a população residente e circunvizinha, em um correto ordenamento do território

que delimite estes destinos e defina os usos de cada uma das zonas em que eles se dividem e organizam (Vieira, 1997).

Além dos supramencionados, cabe ainda elencar outros impactos negativos como a erosão do solo, aumento da poluição (ruído, ar, água e solo), recolha pelos turistas de minerais, fósseis, flora, fauna e outros recursos naturais como lembrança do passeio e outros efeitos causados pela atividade. Por esta razão, é necessário alcançar uma abordagem sustentável ao nível da gestão do turismo, baseado num conjunto de critérios e indicadores que permitam avaliar estes impactos e verificar a situação pré-existente ou mesmo a sua melhoria. Para então, definir uma estratégia efetiva de gestão com vistas à maximização dos benefícios e minimização dos custos ambientais (Ferreira, 20003).

Embora, estes últimos impactos citados dependem da educação ambiental das pessoas, pois esta capacidade de mentalidade desempenha um papel fundamental na construção de um futuro, onde os cidadãos participam ativamente na promoção do desenvolvimento sustentável e com consciência da importância da preservação do meio ambiente (Alho, 2011). O elemento fundamental para a mudança comportamental, segundo Ruschmann (2002), está na disseminação de novos conhecimentos e ideias por meio da educação com enfoque na sensibilização para com o meio ambiente, resultando numa utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

No campo da prevenção dos impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é perentório concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do património natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos (Ruschmann, 2008). Congregando, todos estes impactos fazem-se necessário existir um planeamento voltado para o desenvolvimento sustentável do local turístico, voltado para amenizá-los ou até mesmo, eliminá-los.

Neste sentido, é preciso estabelecer os princípios orientadores a ter em conta para a implantação e o sistema de gestão de desenvolvimento das atividades a exercer no território, não apenas relacionados com a conservação do ambiente natural, como também

das tradições locais e do património construído, de salientar ainda as preocupações com a educação, a sensibilização dos residentes e o respeito pelos seus direitos e interesses, mas também pela sua participação nas decisões e pelas suas responsabilidades na preservação da natureza, da história e da cultura (Baptista, 2003).

Complementarmente, é necessário perceber o turismo como uma oportunidade e não como uma ameaça. Dentro das oportunidades apresentadas por este fenómeno, há que compreendê-lo como um gerador de emprego, de rendimentos e de riqueza em geral, mas também como um apoio, proteção, recuperação e fomento do património e da cultura do território, assim como, o bem-estar dos seus habitantes, tanto no que se refere a assistência de infraestruturas e serviços como à sua capacidade de assimilação intercultural e aumento das relações com o resto do mundo (Atlante, 2005). Assim também, o planeamento e desenvolvimento do turismo são componentes relevantes ao desenvolvimento sustentável, pelo que as decisões devem ser integradas numa visão global da comunidade, cingindo as esferas económica, social, cultural e ambiental.

2.9 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável significa um processo de mudança social, que leva em consideração a sobrevivência adequada das gerações futuras e pressupõe uma coexistência simultânea e harmónica entre crescimento económico, conservação ambiental, qualidade de vida e justiça social (Sant'Anna, Oliveira e Berenstein, 2001). Complementarmente, o conceito apresentado por Essex e Hobson (2001), mostra que para o desenvolvimento ser sustentável é preciso que vá ao encontro das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades.

Essencialmente, o conceito de desenvolvimento sustentável alcançou proeminência e aceitação nos últimos anos, devido a sua popularidade na abordagem da manutenção de um padrão de vida um tanto semelhante ao atual, mas ao mesmo tempo, reconhece que não se pode continuar a explorar o meio ambiente global como feito no passado (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000). Assim, o desenvolvimento sustentável é um

processo de mudança que tem em conta, de forma harmónica, a exploração dos recursos, as orientações dos investimentos, a aplicação de técnicas, as evoluções das instituições e empresas, com o fim de reforçar um potencial socioeconómico apto a responder às necessidades e aspirações da humanidade (Atlante, 2005).

Parafraseando Alho (2011), onde assevera que o desafio do desenvolvimento sustentável está em articular as ações nas perspetivas ambiental, social e económica, das quais integrem questões como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de água potável, as doenças infectocontagiosas, a iliteracia, a exclusão social, a pobreza e a insegurança no mundo, entre tantos outros temas que põem em causa a qualidade de vida e a sobrevivência do planeta. Ainda destaca, que a educação está nos alicerces de qualquer mudança, sendo fundamental a reflexão e ações de envolvimento de todos os agentes numa afirmação de cidadania à escala global.

2.9.1 Política de Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade precisa ser construída socialmente, afinal, o principal desafio está em construir a utopia da sociedade sustentável e desenvolver em contínua progressão, a capacidade das pessoas em pensar neste sentido. Na construção desta sociedade sustentável, os investimentos mais produtivos estariam relacionados não apenas às atividades produtivas, mas a todas as atividades que possibilitam ou permitem o pleno desenvolvimento da capacidade de pensar (Rodrigues, 2000). Complementarmente, o desenvolvimento sustentável possibilita considerar os elementos ambientais através do conhecimento e respeito do meio natural, da participação ativa das populações nativas, tanto no planeamento como na implantação da atividade, e também, da possibilidade de um maior desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos, a partir de suas viagens (Mendonça, 2001).

Em seguida, as principais iniciativas frente ao desenvolvimento sustentável com repercussão e importância mundial, embora existem outras políticas, programas e acordos de cunho sustentável, mas enfatizam-se a Agenda 21, Agenda 2030 e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que visam o controlo e avaliação dos impactos produzidos

por qualquer atividade em geral, mas no caso do turismo, reside na planificação e nas políticas de gestão. Neste sentido, as Agendas 21 locais constituem uma importante ferramenta de planeamento e gestão sustentável, por seus critérios de e diretrizes de atração municipal sustentável (Atlante, 2005).

Ainda conforme o texto da Agenda 21 presente em *United Nations Sustainable Development* (1992), enfatiza que com o nível de governança mais próximo da comunidade, a própria administração local desempenha um papel vital na educação, mobilização e preparação dos cidadãos como promotores do desenvolvimento sustentável. Este programa tem vindo a revelar-se um importante instrumento de mudança, nomeadamente, ao encorajar as administrações locais a adotar formas mais integradas e sustentáveis de desenvolvimento. Nesta perspetiva, a vontade e determinação política das administrações locais, em especial dos líderes eleitos dos municípios é crucial para o sucesso de inúmeros projetos de sustentabilidade local que, um pouco por todo o mundo, se têm vindo a lançar e desenvolver à luz desta proposta (Schimidt, Nave e Guerra, 2005).

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, sendo um plano de ação em favor do planeta, das pessoas e da prosperidade, com a intenção de fortalecer a paz universal e o acesso à justiça. Desta maneira, os Estados-membros estabeleceram um plano com principais objetivos: pôr fim a pobreza e a fome em todo o mundo até 2030, por meio do combate as desigualdades sociais, construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, que protejam os direitos humanos e promovam a igualdade entre os géneros e o empoderamento das mulheres, e incluindo, a garantia da proteção a longo prazo do planeta e seus recursos naturais. Por tudo isso, a Agenda 2030 traz os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas de carácter integrado e indivisível que abarcam as esferas económicas, social e ambiental. Os ODS são mensurados por meio de um informe anual onde são analisados os progressos dos mesmos e examinados os logros alcançados na celebração das reuniões anuais (Escamilla, 2020).

Fundamentalmente, o desenvolvimento sustentável tenta conciliar as interações de três sistemas complexos: a economia mundial com um Produto Mundial Bruto de 90 bilhões

de dólares, a sociedade global com cerca de 7,2 mil milhões de pessoas e o ambiente físico da Terra. A partir de uma conceção normativa do mundo, os ODS ajudam na orientação para o futuro do desenvolvimento económico e social no planeta, alicerçado em um progresso económico generalizado, do qual a pobreza extrema seja eliminada, a confiança social encorajada através de políticas que fortaleçam a comunidade e o ambiente protegido da degradação provocada pelo próprio ser humano (Sachs, 2015).

Resumidamente, as abordagens da Agenda 21, Agenda 2030 e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável implicam uma proposta com vistas ao crescimento económico socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. Neste campo, surge o turismo sustentável como um meio de utilizar os recursos existentes, explorar as potencialidades endógenas de uma região, sempre de modo integrado, através da conjugação das diferentes dimensões de sustentabilidade, ou seja, garantindo a integração das áreas ambientais, sociais e económicas (Partidário, 2003).

Enfim, esta nova faceta do turismo, com vistas à sustentabilidade, como verifica-se a seguir, tem a base no uso adequado dos recursos ambientais, no respeito à autenticidade sociocultural das comunidades e no desenvolvimento de atividades económicas viáveis no longo prazo, além de fomentar a participação dos *stakeholders*, a monitorização constante dos seus impactos e a manutenção dos níveis elevados de satisfação dos turistas.

2.9.2 Turismo Sustentável

O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento que tenta adequar as práticas turísticas às características dinâmicas do sistema recetor. Partidário (2003), elenca os objetivos da sustentabilidade do turismo como: assegurar a eficiência económica e a eficácia do investimento; possibilitar experiências positivas ao visitante; assegurar a integridade do capital de recursos físicos, naturais, culturais; consagrar as necessidades e a integração da comunidade. O turismo é uma atividade económica que acontece nalgum local e consome recursos, por isso vários são os acordos e documentos assinados em conferências pelos representantes das nações. Um exemplo disso, está na Agenda 21, onde foram definidos os princípios necessários para concretizar o turismo sustentável,

num modelo de integração entre a utilização sustentável dos recursos, por meio de planeamento, investigação e participação da comunidade local.

Afinal, a integração do turismo no processo de desenvolvimento económico não pode esquecer o homem, a sua cultura, a sua inserção social, o meio ambiente em que vive e os fatores naturais e patrimoniais. Tem de garantir que o meio local se prepare para o desenvolvimento sem destruição dos fatores que justificam o lançamento deste, que seja assegurada a adequação entre as necessidades dos turistas e das populações (Cunha, 2013). Complementarmente, para o turismo ser sustentável precisa estar balizado em princípios, como representado na Figura 3, além da necessidade de dispor de uma rede de colaboração para dar suporte às ações concernentes ao objetivo da sustentabilidade.

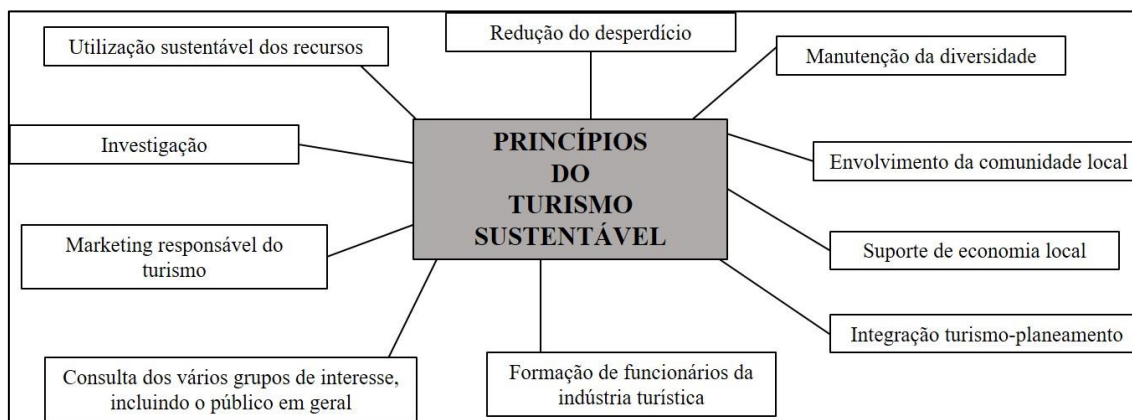


Figura 3: Princípios do Turismo Sustentável

Fonte: elaborado a partir de Partidário (2003).

Neste sentido, Vieira (2007) complementa com a ideia da utilização do planeamento turístico com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população de acolhimento, proporcionando uma difusão dos efeitos sociais, económicos e culturais do turismo. Para então garantir o desenvolvimento económico sustentável dos recursos naturais e construídos existentes nas comunidades de destino.

Segundo Simões, Cristóvão e Burney (2003), os agentes de desenvolvimento precisam voltar o pensamento para o turismo, como promotor dos recursos naturais e culturais, para então definir novas sinergias entre o tradicional e moderno, por meio de inovações compatíveis com a conservação da biodiversidade. A partir desta visão, a abordagem do

turismo requer um acompanhamento e uma monitorização sistematizada, a participação das populações residentes, e uma contínua formação e capacitação dos agentes económicos e das populações locais para acompanharem este modelo.

Os conceitos e a prática da estratégia e de planeamento do turismo sustentável implicam, pois, tanto os níveis nacional e regional, como na ótica de enquadramento e orientação da estratégia e de planeamento das empresas, a necessidade de uma política turística, com destaque para a articulação com as políticas da cultura, de meio ambiente e de outras formas de utilização dos recursos e espaços naturais (Baptista, 2003). A sustentabilidade do turismo é uma oportunidade da região, nas esferas económica, social e ambiental, mas é imprescindível assegurar o ordenamento do território, a execução de programas estratégicos de sustentabilidade do turismo, a valorização ambiental e a implementação de sistemas de gestão da qualidade. Particularmente, o desenvolvimento do turismo sustentável será intrinsecamente ligado à melhoria da qualidade de vida da comunidade anfitriã, na experiência de qualidade elevada ao visitante e na manutenção da qualidade do ambiente da qual ambos dependem (Partidário, 2003).

O fato de o turismo ser um fenómeno de profunda transversalidade, permeável a todos os fenómenos urbanos, leva à compreensão do porquê, destes parâmetros de sustentabilidade, é necessário integrá-lo e geri-lo a partir de uma estratégia geral urbana (Atlante, 2005). A atividade turística é, em sua própria essência, incompatível com uma ideia de desenvolvimento sustentável. O turismo não é compatível com a noção de desenvolvimento autossustentado, porque dirige o consumo de lugares “exóticos”, transformando-os para serem modernos (Rodrigues, 2000).

A questão do desenvolvimento sustentável está atrelada à gestão ambiental concebida como algo associado e relacionado com a gestão de desenvolvimento económico e social, direcionada para as áreas de maior potencial turístico. Nessa conceção se encaixa o espaço municipal como um dos grandes responsáveis pela qualidade do que vai ser inserida na paisagem, devido a sua soberania no uso e ocupação do solo (Rodrigues, 1996). No campo da sustentabilidade, verifica-se em Atlante (2005), que o turismo manifesta a necessidade de atribuir respostas às realidades locais, pois a própria consolidação da sustentabilidade

propõe estratégias diversificadas que permitem melhorar a realidade social, política, económica e ambiental do território.

Consequentemente, o intitulado binómio da competitividade/sustentabilidade deve compreender as vertentes micro e macroeconómicas, com preocupações ambientais, tendo o Estado um papel orientador e não de mero observador (Essex e Hobson, 2001). Não se pode deslocar a análise da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta o fato de que se trata de uma atividade económica, que produz (e consome), mesmo se seu pressuposto é “consumir” paisagens, territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequenos grupos. É preciso considerá-la em articulação com os elementos gerais da população e do consumo (Rodrigues, 2000).

2.10 Conclusão

Neste capítulo foram apresentados e explicados os conceitos de turismo, os tipos de turismo, os diferentes impactos da atividade turística, o desenvolvimento sustentável e turismo sustentável.

No próximo capítulo é apresentada a metodologia seguida nesta investigação, ou seja, o processo metodológico e as etapas metodológicas aplicadas para a realização deste estudo.

Capítulo III. Metodologia

3.1 Introdução

Neste capítulo será apresentado o percurso do processo metodológico seguido nesta dissertação, através da visão geral do trabalho, as etapas seguidas, o problema de investigação, os objetivos traçados, *design* da pesquisa, método de recolha e análise de dados, processos de amostragem e conclusão.

3.2 Processo de Pesquisa

Os procedimentos metodológicos abarcam as técnicas de pesquisa e os métodos para a elaboração de um trabalho científico, ou seja, é a maneira do investigador proceder concretamente e recorrer a técnicas para aprofundar os temas e encontrar respostas aos seus questionamentos. Neste sentido, a pesquisa é reconhecida como um processo formal e sistemático para o desenvolvimento do método científico, cujo objetivo principal é descobrir explicações para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (Gil, 2008). Afinal, no momento da abordagem do problema, o investigador observa a realidade, e conseqüentemente, empregar métodos de pesquisa que são concretizados através de uma coerente sequência lógica de procedimentos, ações, instrumentos e tarefas para cumprir os objetivos propostos (Oliveira e Ferreira, 2014).

Neste sentido, a pesquisa origina-se no momento da identificação de um problema, ou um questionamento, ou numa situação em que não se tem uma resposta imediata adequada, para isso são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas no decorrer do processo de investigação. Portanto, toda pesquisa se baseia numa teoria, que tem como ponto de partida a investigação, que faz o pesquisador consultar meios bibliográficos, verificar documentos, conversar com pessoas e perguntar para obter respostas, entre outras fontes de dados, são algumas maneiras de pesquisa, considerada sinónimo de busca, de investigação e indagação (Souza, Santos e Dias, 2013). Assim, a pesquisa deve passar por etapas organizadas, que precisam ser cumpridas para chegar aos possíveis resultados. Neste caminho, o pesquisador deve elencar as categorias de pesquisas que melhor se adequem para conseguir alcançar as informações granjeadas.

Em conformidade ao exposto, nota-se que para chegar à proposta deste trabalho, que consiste na avaliação dos impactos do turismo do Parque das Serras do Porto no desenvolvimento sustentável nas regiões de Gondomar, Paredes e Valongo, foi necessário estruturar o estudo em etapas que permitiram, no decorrer do processo de investigação, aumentar o conhecimento acerca do tema abordado.

O processo de pesquisa está estruturado e organizado, com início pelo delineamento da proposição da pesquisa, ou seja, a identificação do problema para o estudo, por uma revisão de literatura de obras que contemplam as temáticas abordadas. Após esta compreensão mais aprofundada do assunto, reuniram-se meios para clarificar os conceitos, identificar as variáveis a serem estudadas, neste caso, os impactos do turismo para o desenvolvimento sustentável, e ainda, elencar questões de pesquisa para serem considerados no estudo.

3.3 Problema de Investigação

O problema de investigação compreende-se numa dificuldade teórica e/ou prática, do qual o investigador pretende buscar solução, ou seja, corresponde numa questão não resolvida em qualquer área do conhecimento científico (Oliveira, 2018).

Essencialmente, a presente dissertação apresenta como questão principal: Quais os impactos do produto turístico Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?

Com este questionamento, pretende-se elencar os principais impactos que a atividade turística pode trazer para o desenvolvimento sustentável nos territórios onde está presente. Consequentemente, foi realizada uma revisão de conteúdos, através da consulta de fontes de cunho científico para fundamentar o presente estudo, e ainda, como forma de corroborar, foram diligenciados alguns estudos já concretizados nesta área de conhecimento.

3.4 Objetivos

No intuito de encontrar argumentações para suprir a problemática, traçou-se como objetivo principal a avaliação dos impactos dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo, na perspetiva das empresas e entidade que operam no território e dos demais *stakeholders* presentes no Parque. Assim, como forma de alcançar o escopo essencial, é necessário escalar degraus, que nomeadamente, são os objetivos específicos, dos quais foram traçados como:

- Descrever o processo de organização e criação do Parque das Serras do Porto.
- Caracterizar as atrações turísticas e identificar os produtos turísticos no Parque das Serras do Porto.
- Caracterizar as potencialidades, os obstáculos e os principais desafios ao desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo.
- Identificar os impactos económicos, socioculturais e ambientais do turismo no Parque das Serras do Porto.
- Avaliar os impactos do turismo no desenvolvimento sustentável da região.
- Aferir a sustentabilidade do turismo no Parque das Serras do Porto e identificar as suas condicionantes.
- Investigar a existência de planeamento estratégico e meios de controlo na gestão dos impactos do turismo no desenvolvimento sustentável da região.
- Aferir o papel da Administração Pública no processo de gestão dos impactos do turismo no Parque.

Consequentemente, para operacionalizar os objetivos citados, efetua-se uma revisão de literatura (livros, artigos, dissertações, documentos técnicos, leis, entre outros documentos de cunho científico) para os objetivos que requerem contextualização, análise, descrição e identificação na fundamentação do estudo. No caso do objetivo que necessita de análise de caso, são realizadas por meio de entrevistas em profundidade com

os agentes, entidades e associações que realizam atividades turísticas ou estão ligados ao turismo no Parque das Serras do Porto.

3.5 *Design da Pesquisa*

Simultaneamente, para o desenvolvimento do estudo, são efetuados dois tipos de *design* de pesquisa (exploratória e descritiva), pois, optou-se por essas abordagens para obter dados de duas maneiras, para então, no final haver uma junção de informações. No caso da pesquisa exploratória é vista como o primeiro passo de qualquer trabalho científico, sendo também denominada como pesquisa bibliográfica. Além disso, proporciona maiores informações sobre o tema que o pesquisador pretende abordar, ajuda-o a definir os seus objetivos e a formular as suas hipóteses de trabalho e também a descobrir uma forma original de desenvolver o seu assunto, por meio de documentos, bibliografias, entrevistas, observações (Ciribelli, 2003). Como processo técnico, este tipo de pesquisa apresenta um planeamento flexível, do qual possibilita o estudo do tempo sob diversos ângulos e aspetos. Em geral, a pesquisa exploratória abarca levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Prodanov e Freitas, 2013).

Relativamente, a pesquisa descritiva tem como intuito observar, registar, analisar e ordenar dados, sem interferência do pesquisador. Logo, esta abordagem procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação (Prodanov e Freitas, 2013).

Neste caso, a pesquisa exploratória envolveu o levantamento bibliográfico por meio de publicações, livros, artigos, entre outras fontes científicas para fundamentar os diversos conceitos de turismo, desenvolvimento sustentável, Parque das Serras do Porto e outros conceitos que abrangem e complementam estes. Na pesquisa descritiva, foi desenvolvida através de entrevistas com as entidades e empresas que realizam atividades turísticas e outras no território, e paralelamente, foram aplicados questionários com os habitantes,

comerciantes, trabalhadores e demais *stakeholders* encontrados no local, durante as visitas exploratórias. Em matéria de conhecimentos sobre o território, foi concretizado através do aprofundamento de informações sobre o Parque das Serras do Porto, no que tange à sua relevância histórica, aos seus valores culturais e ao seu acervo ambiental. Assim, toda esta dinâmica, possibilitou uma compreensão mais detalhada sobre a importância deste território a nível local e internacional.

3.6 Método de Recolha de Dados

Para fins do estudo, foram selecionados alguns pertinentes instrumentos de recolha de dados, como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário e entrevistas em profundidade, com o intuito de obter informações para o desenvolvimento da proposta do trabalho.

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa e até meios de comunicações orais como rádio, gravações, e também, meios audiovisuais, no caso de filmes e televisão (Marconi e Lakatos, 1990). Neste tipo de pesquisa, tem-se como principal objetivo, colocar o pesquisador em contato direto com todo material sobre o assunto da pesquisa, através de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, dissertações, teses, internet, etc. Embora, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov e Freitas, 2013). Para o presente estudo, utiliza-se fontes secundárias (livros, revistas, artigos científicos, trabalhos académicos, dissertações, internet, etc.) para fundamentar, auxiliar e corroborar com os dados obtidos através do desenvolvimento da investigação.

Complementarmente, a pesquisa documental caracteriza-se pela fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, como por exemplo os arquivos públicos e leis, assim como, de fontes estatísticas que consistem em dados divulgados em publicações por entidades oficiais,

como por exemplo, o perfil demográfico de uma determinada população (Marconi e Lakatos, 1990). Assim, no presente estudo, emprega-se a leitura de arquivos públicos de caráter histórico e territorial, e também, de leis pertinentes à criação e gestão do Parque das Serras do Porto.

Seguidamente aos instrumentos de recolha de dados, a entrevista acontece quando o pesquisador, conversa com uma pessoa de forma profissional e recebe das mesmas informações sobre determinados assuntos ou problemas (Ciribelli, 2003). Pois, é uma técnica de recolha de informações baseado em uma conversa entre duas ou mais pessoas, onde são feitas perguntas de modo a obter uma informação necessária por parte do entrevistado. Esta técnica permite obter maior informação do que os questionários, mas por seu turno, é mais demorada e dispendiosa (Futi e Bumba, 2021).

De acordo com Mendioca (*cit in* Futi e Bumba, 2021), a técnica de entrevista tem um enfoque qualitativo, que se caracteriza por reiterados encontros cara a cara entre o entrevistador e os informantes, encontros dirigidos para a compreensão das perspectivas que têm os informantes em relação a sua vida, experiências ou situações, tal como a expressam com suas próprias palavras. Logo, as entrevistas são uma poderosa técnica de recolha de dados porque pressupõem uma interação entre o entrevistado e o investigador, possibilitando a este último a obtenção de informação que nunca seria conseguida através de um questionário, uma vez que pode sempre pedir esclarecimentos adicionais ao inquirido no caso da resposta obtida não ser suficientemente esclarecedora, sendo uma das vantagens deste instrumento (Coutinho, 2015).

Neste contexto, a entrevista semiestruturada permite que o entrevistado traga à tona toda a sua subjetividade e riqueza de experiências, por existir uma confluência de perguntas previamente elaboradas com outras pautadas a partir das respostas e elucubrações dos entrevistados (Santos e Candeloro, 2006). Assim, este instrumento surge associada ao plano de investigação qualitativa, já que o seu objetivo é fornecer ao investigador informação detalhada e profunda sobre um dado tópico devendo por isso ser realizada junto de sujeitos cuidadosamente selecionados em função de critérios muito bem definidos à partida, ou seja, amostras intencionais e não probabilísticas (Coutinho, 2015).

Paralelamente, a entrevista em profundidade aparece para o investigador obter informações detalhadas sobre o tema específico, a fim de levantar motivações, crenças, percepções e atitudes em relação a certa situação e/ou objeto de estudo (Martins, 2006), devido ao fato desta ferramenta possibilitar extrair opiniões mais detalhadas acerca do assunto principal e também, de vários temas relacionados. Assim, para o presente caso, as entrevistas em profundidade foram realizadas com a Associação dos Municípios do Parque das Serras do Porto e demais entidades que desenvolvem atividades turísticas no território em estudo, pode ser verificado no Anexo A o guião destas entrevistas.

Complementarmente às entrevistas, utiliza-se o questionário que é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito (Marconi e Lakatos, 1990). Para o presente estudo, realiza-se a técnica de questionário, em formato de tabela para o entrevistado assinalar o grau de intensidade que o impacto tem no desenvolvimento sustentável na zona que está inserido, a partir do seu julgamento, através de uma escala de *Likert*, através da mensuração das atitudes e o grau de conformidade do respondente com uma questão ou afirmação. Quando os inquiridos, respondem a um questionário baseada nesta escala, estes especificam o seu nível de concordância plena ou discordância total, a partir de uma afirmação feita em tal instrumento (Gil, 2008). Assim, foi utilizado o questionário para mensurar o grau de intensidade que os impactos têm no contexto da vida das pessoas, sendo uma fonte de fornecimento de direções sobre a atitude dos respondentes em relação a cada impacto. Portanto, os questionários foram realizados com os outros *stakeholders* do Parque das Serras do Porto, nomeadamente, com habitantes, donos de comércio local, agricultores, trabalhadores, etc., com o intuito de obter dados e opiniões por meio de uma conversa livre, mas com uma atenção prévia a um roteiro de perguntas, que pode ser verificado no Anexo B.

Assim, com a utilização dos métodos de recolha de dados já descritos anteriormente, objetiva-se reunir elementos e evidências coletadas que corroborem com outras fontes, possibilitando triangulações entre as fontes de dados, as teorias e a abordagem metodológica e, por conseguinte, aumentar o grau de confiabilidade do estudo.

3.7 Amostragem

O processo de amostragem serve como um mecanismo para eleger o tamanho da amostra de uma população escolhida para uma investigação. Existem amostragem probabilísticas e não probabilísticas (Marconi e Lakatos, 1990).

No presente estudo elegeu-se utilizar amostragem não-probabilística por julgamento no caso das entrevistas (associações, entidades, empresas, etc.) e amostragem não-probabilística por conveniência na aplicação dos questionários (habitantes, comerciantes e demais *stakeholders* inseridos no território).

A amostragem não-probabilística por julgamento, é usada quando o pesquisador está interessado na opinião de determinados representantes da população e de elementos que segundo o seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líder de opinião na comunidade (Marconi e Lakatos, 1990). Assim, este tipo de amostragem possibilita ao investigador escolher a sua amostra seguindo alguns critérios de acordo ao problema e objetivos da investigação. Neste caso, o universo selecionado são os representantes de entidades, empresas, organizações, Associação dos Municípios do Parque das Serras do Porto e outras associações presentes no território.

No caso da amostragem não-probabilística por conveniência, foram abordados os habitantes, comerciantes e demais *stakeholders* inseridos no território e também, na circunvizinhança do território e principais acessos ao Parque.

3.8 Método de análise de dados

Notadamente, a pesquisa de natureza qualitativa permite que o investigador levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado (ideias, ignificações e contexto cultural). Portanto, a pesquisa qualitativa não tem a pretensão de mensurar variáveis, mas de analisar, qualitativamente, de modo indutivo, todas as informações levantadas pelo acadêmico através da aplicação de um instrumento de coleta de dados adequado (Santos e Candeloro, 2006). Com o efeito

qualitativo, a entrevista surge com o papel de fornecer ao investigador informação detalhada e profunda sobre um dado típico, devendo por isso ser realizada junto de sujeitos cuidadosamente selecionados, em função de critérios muito bem definidos à partida, ou seja, amostras intencionais não probabilísticas (Coutinho, 2015).

Além disso, a pesquisa qualitativa é efetivada quando os dados só fazem sentido através de um tratamento lógico secundário feito pelo próprio pesquisador (Ciribelli, 2003). Por isso, na perspectiva qualitativa o foco da investigação, não está pautado em comportamentos, mas sim, nas intenções e situações, em outras palavras, trata-se de investigar ideias, descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais, a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo (Coutinho, 2015). No presente estudo, esta análise é obtida a partir dos extratos das entrevistas semiestruturadas em profundidade realizadas com as organizações presentes no Parque das Serras do Porto e complementadas com o material proveniente da pesquisa documental.

Com a finalidade de analisar os dados obtidos, foram definidos para utilização os métodos de análise de conteúdo de cariz quantitativa e qualitativa. Com efeito, a pesquisa quantitativa é aquela na qual o importante é a coleta e análise quantitativa dos dados, pois, por sua quantificação, aparecem os resultados automaticamente (Ciribelli, 2003). Neste caso, o carácter qualitativo refere-se à análise de conteúdo das respostas obtidas com as entrevistas em profundidade realizadas às entidades, através da tabulação de palavras em categorias, verificação da frequência e ponderação dos resultados obtidos.

No campo da análise quantitativa, está a aplicação dos questionários para a verificação do grau de importância dos impactos percebidos pelos intervenientes, através de métodos de análise estatística, como: médias, frequências, correlação, regressão linear múltipla, testes de diferença de médias (teste t e ANOVA) e análise fatorial de componentes principais. Destaca-se, que através destas ações realizadas junto aos habitantes, comerciantes e demais *stakeholders*, pretende-se identificar e mensurar o grau dos impactos em cada território.

3.9 Conclusão

Neste capítulo foi apresentado o processo metodológico seguido: problema, objetivos, design, métodos de recolha de dados, processo de amostragem e métodos de análise dos dados. No capítulo seguinte, apresenta-se a caracterização do Parque das Serras do Porto, conjuntamente com a sua história, atrações turísticas, potencialidades e património. Seguidamente, a apresentação dos dados obtidos conforme os respondentes, no sentido de responder ao problema de investigação e objetivos delineados para a presente dissertação.

Capítulo IV. O Parque das Serras do Porto

4.1 Introdução

Neste capítulo faz-se uma exposição e caracterização do Parque das Serras do Porto, enfatizando os seus recursos, atrações turísticas, potencialidades e património, associada a criação da Área Protegida Regional e da Associação dos Municípios. Em seguida, apresentam-se os dados coletados e o perfil dos respondentes, além da comparação das respostas destes e análise estatística dos dados.

4.2 Parque das Serras do Porto

O Parque das Serras do Porto abrange cerca de 6.000 hectares, num relevo composto das serras Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, intercaladas pelos vales dos rios Ferreira e Sousa. O território pertencente aos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo é reconhecido como Paisagem Protegida Regional, como pode-se observar no Anexo C os limites desta área, integrante da Rede Nacional de Áreas Protegidas, considerado de absoluta singularidade, palco de um dinamismo territorial que impacta de maneira positiva na região, através de ações que alicerçam a beleza da paisagem, os valores culturais e históricos com objetivos de facultar o envolvimento ativo da comunidade (Serras do Porto, 2022a).

Atribui-se à zona uma posição estratégica na Área Metropolitana do Porto, enquanto refúgio de biodiversidade, sendo detentor de riquezas patrimoniais de cariz ambiental, cultural e histórico, salientando-se a singularidade geológica, com rochas e fósseis da Era Paleozoica, os vestígios arqueológicos, com destaque para o maior complexo de mineração subterrânea de ouro do Império Romano, as tradições rurais e os habitats de espécies de flora e fauna com estatuto especial de conservação, além de cumprir o papel de prestador de importantes serviços de ecossistemas à comunidade (Serras do Porto, 2018). Esta paisagem protegida regional, de cariz marcadamente periurbano, alia conservação do meio ambiente, da cultura e da história ao usufruto sustentável da área

abrangida, através do turismo de natureza, recreio, visitas educativas e de cunho académico. Embora, antes de alcançar esta classificação de área protegida, foi organizada e criada a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto que é responsável pela gestão do território.

4.2.1 Associação de Municípios Parque das Serras do Porto

O Parque das Serras do Porto possui elevado potencial ambiental, paisagístico e cultural, com vistas nestas características e conscientes desta riqueza patrimonial e da posição estratégica que estas Serras ocupam no contexto metropolitano, os municípios vizinhos de Gondomar, Paredes e Valongo delinearam um projeto comum, com a proposta de uma gestão integrada para alavancar novas e inovadoras formas de promover o estudo, a conservação, a valorização e o usufruto sustentado deste território (Serras do Porto, 2017). Para isso, os municípios supracitados, num acordo de colaboração mútuo constituíram no ano de 2016, a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, sendo uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial (Serras do Porto, 2021), tendo como fim específico, a criação e gestão do território, bem como a promoção ambiental, a valorização da natureza, da cultura e da história.

Segundo o documento complementar à escritura de constituição de Associação (Serras do Porto, 2016), a entidade tem como responsabilidades e objetivos complementares:

- a) Promoção de políticas conjuntas de turismo, lazer, animação, formação, emprego, inclusão, sustentabilidade, inovação, competitividade e internacionalização da economia, bem como a valorização das atividades agroflorestais;
- b) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios abrangidos;
- c) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- d) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio;
- e) Planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

Regulada em concretizar estes objetivos, atualmente a Associação possui um importante papel no desenvolvimento de seus trabalhos dentro do regulamento de gestão do Parque das Serras do Porto, plano de gestão, realização de estudos, planos, programas e projetos passíveis de cofinanciamento, elaboração e apresentação de candidaturas no âmbito de fundos da União Europeia ou nacionais e ações e intervenções no território de acordo com

os seus fins. Ainda, a Associação tem como propósito salvaguardar e valorizar a paisagem e o património do território, sempre com as ações voltadas pelo respeito à propriedade, as expectativas e as necessidades das pessoas que nela habitam ou que dela dependem (Serras do Porto, 2022a).

Neste contexto a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto possui como visão estratégica (Serras do Porto, 2021, p. 14):

“Afirmar o Parque das Serras do Porto como uma unidade territorial estratégica na Área Metropolitana do Porto e de reconhecida relevância no contexto nacional e internacional, com elevado valor enquanto prestadora de serviços dos ecossistemas, geradora de desenvolvimento social e económico e promotora de dinamismo cívico, científico, educativo, turístico, desportivo e recreativo, numa interação harmoniosa entre o ser humano e a natureza”

Conforme Serras do Porto (2022a), destaca que a Associação de Municípios procura cumprir com os objetivos e estratégias, mas também está alinhada com compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal, através de contribuições aos propósitos estabelecidos nestes. A nível internacional, existem o Acordo de Paris (promoção da neutralidade climática e salvaguarda da biodiversidade) e Agenda 2030 (Objetivos 15: proteger a vida terrestre; 11: cidades e comunidades sustentáveis e 13: combater as alterações climáticas). No contexto da União Europeia, cabem as diretivas da Rede Natura 2000, das quais são realizadas ações que visam a conservação dos *habitats* e das espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis. Na conjuntura nacional, abre-se espaço a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (melhorar o estado de conservação e reconhecer o valor do património natural), a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (promover a cidadania ativa para o desenvolvimento sustentável) e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (elaborar estratégias e planos de ação municipais para evidenciar a importância dos refúgios de natureza de cariz periurbano).

Diante este cenário, o termo paisagem protegida deve ser percebida como uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, com valor estético ou natural devido a interação harmoniosa do homem e da natureza. A sua classificação tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que, a nível regional ou local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e

seminaturais e a diversidade ecológica (Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de janeiro). Diante deste preceito, a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto num trabalho conjunto, entendem que estão diante de um ativo com infraestrutura verde e por isso, desenvolveram uma série de documentos pertinentes para dar suporte para a criação, definição e limites e efetivação do Parque das Serras do Porto.

4.2.2 Criação e formação do Parque das Serras do Porto

Pautada nos Decreto-Lei nº 19/1993 de 23 de janeiro, onde versa matérias em seus artigos: 2º (Rede Nacional de Áreas Protegidas); 9º (Paisagem protegida) e 26º (Proposta de classificação), e Decreto-Lei nº 242/2015 de 15 de outubro, no artigo 13º (Gestão das Áreas Protegidas), acerca do âmbito legal para o processo de classificação do território como Paisagem Protegida Regional, em 21 de dezembro de 2016, a Assembleia-Geral composta pelos Presidentes de Câmara dos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo, representantes locais e demais interessados, deliberaram por unanimidade classificar o território como Paisagem Protegida Regional, tendo o aviso da classificação, juntamente com o respetivo regulamento de gestão e cartografia de limites do território, publicado em Diário da República a 15 de março de 2017 (Serras do Porto, 2021), onde pode ser consultado em: <http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2019/01/PSeP-Plano-de-Gestao-Anexo-E.pdf>.

Relativamente a identidade visual do Parque, o seu logótipo é a representação visual para identificar o território, sendo um importante elemento de reconhecimento em terreno, devido as sinaléticas encontradas nos entornos e acessos ao Parque. Como observa-se no quadro, identificado como Figura 4, constam as imagens do logótipo do Parque das Serras do Porto, onde faz uma alusão às serras e aos vales ribeirinhos presentes no território, assim como, a salamandra-lusitânica que é uma espécie emblemática presente na área (Serras do Porto, 2021). Nomeadamente à esta espécie animal, o único lugar do mundo onde pode ser encontrada é o Noroeste da Península Ibérica (Portugal e Espanha). Por ser considerada vulnerável pelo decréscimo do número de indivíduos, a salamandra-lusitânica requer medidas de preservação e reabilitação dos habitats onde vive e reproduz, no caso de minas, grutas, zonas montanhosas de clima temperado, húmidas e próximas

de ribeiros (Biodiversidade, 2023), como é o caso do território em causa. Relativamente ao outro logótipo, é considerado como um complemento em paralelo a marca oficial, apenas tem o acréscimo dos anéis típicos de identificação de áreas protegidas de Portugal, esta proposta foi feita pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.



Figura 4: Logótipos - Parque das Serras do Porto

Fonte: AMP (2023)

Nomeadamente, a área do Parque das Serras do Porto compreende cerca de 6.000 hectares em território de Gondomar (União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, União de Freguesias de Covelo e Foz do Sousa e União de Freguesias de Medas e Melres), Paredes (Freguesias de Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira) e Valongo (Freguesia de Valongo e União de Freguesias de Campo e Sobrado), conforme verifica-se no Anexo D, onde consta o mapa do território, que se traduz numa sequência de seis serras: Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, intercaladas pelos vales dos rios Ferreira e Sousa. Parte destes hectares compõem à Zona Especial de Conservação ‘Valongo’, onde encontra-se património natural valioso, que inclui *habitats* naturais, espécies de fauna e flora com estatuto especial de conservação e grutas que servem de refúgio a algumas espécies raras (ICNF, 2023). Ainda, integra a rede Natura 2000, pois o seu território constitui num vasto conjunto de locais particularmente importantes para a conservação da natureza e da biodiversidade (Espaço Terra e Câmara Municipal de Valongo, 2019).

Evidentemente, os recursos naturais, culturais e históricos existentes na área protegida, aliados aos aglomerados populacionais conservam um elevado potencial para o

desenvolvimento sustentável de toda a envolvente classificada, entendendo-se que a sua valorização constitui um grande propulsor à implementação de projetos relacionadas com o turismo de natureza e lazer, e ao crescimento da economia local, nomeadamente das atividades direcionadas para a agricultura, apicultura, pastorícia, comércio, entre outras (Serras do Porto, 2018b). Afinal, a estruturação consistente do turismo exige uma maior diversificação de recursos e adequação de condições existentes em cada região em produtos turísticos suscetíveis de responder às condições da procura (Cunha, 2013). Diante deste cenário, na sequência são contextualizados os diversos recursos existentes no território do Parque das Serras do Porto.

4.2.3 Categorização do Património

Na área abrangida pelo Parque das Serras do Porto subsistem ecossistemas naturais de significativa importância de biodiversidade, assim como um vasto património decorrente da vivência humana. Assim, congregando as informações presentes em Serras do Porto (2017 e 2021) apresenta-se os variados patrimónios existentes neste território, que são:

4.2.3.1 Património Natural Geológico

As formações geológicas que ocorrem na região, em geral da Era do Paleozoico, constituem um espólio fóssil que revelam a existência de diversas espécies que habitaram neste período, como por exemplo, os organismos trilobites, graptólitos e braquiópodes que são objetos de estudos académicos. Neste cenário, conforme pode-se verificar na Ilustração 1, as fotografias retratam o local chamado Senhora do Salto, onde seu relevo atual está intrinsecamente relacionado com o intitulado “Anticlinal de Valongo”, que consiste em uma estrutura geológica com cerca de 90 km de extensão, constituído de rochas e registos fósseis datados do Paleozoico e ainda com mineralizações de ouro que vieram a ser exploradas, ainda, o território destaca-se por albergar o maior complexo de mineração subterrânea de ouro do Império Romano.

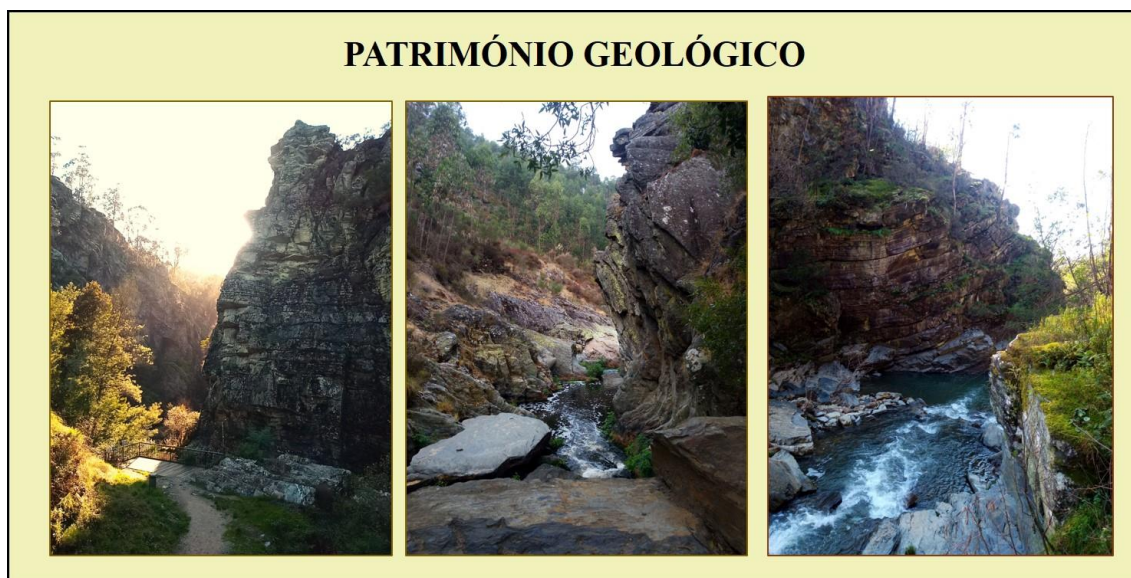


Ilustração 1: Património Geológico

Fonte: autoria própria

Os recursos geológicos foram alvo de importante exploração de minerais metálicos situados no distrito mineiro auri-antimonífero Dúrico-Beirão (região entre Esposende e Castro de Aire), um dos principais produtores de ouro e antimónio de Portugal, no qual, além das mineralizações auríferas, ocorrem também mineralizações de estanho, tungsténio, chumbo, zinco e prata. Nomeadamente, a exploração de carvão nas Minas de São Pedro da Cova, iniciou-se em finais do século XVIII e teve sua cessação até 1994. Já a exploração de lousa, ardósia ou xisto remonta ao ano de 1865 até a atualidade com empresas em plena laboração.

Essencialmente, o património natural geológico encontrado no Parque das Serras do Porto é testemunho da evolução da Terra, dos quais os seus valores geológicos, paleontológicos e mineralógicos têm sido objeto de estudos, a nível nacional e internacional, dirigidos por Universidades e entidades ligadas ao ensino e à investigação dada a sua importância para estas áreas de conhecimento.

4.2.3.2 Património Natural Arqueológico

As Serras de Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas cedo despertaram o interesse do ser humano, em consequência da oferta de condições naturais de defesa e estratégicas

do território, onde encontram-se vestígios arqueológicos que evidenciam, a presença no Homem há mais de seis mil anos. Embora, se desconheça quais foram os primeiros povoados, o conjunto de vestígios permite remontar os estudos ao período da Pré-História. Além de evidências como os castros, como forma de ocupação dos pontos altos com condições naturais de defesa, e também, com a posterior romanização dos povoados e trabalhos de exploração do ouro, onde foi palco de uma das maiores e importantes zonas mineras auríferas romanas no Noroeste da Península Ibérica, deixaram evidentes com as marcas deixadas pelos sistemas de cavidades, galerias, fojos, banjas, ferramentas e poços de secção quadrangular.

Para compreender a importância do território, retorna-se na história com Serras do Porto (2018a) onde traz de maneira detalhada a evolução da paisagem, que data ser anterior a Era Paleozoica (542 a 251 milhões de anos atrás) devido as formações geológicas encontradas no território. Avançando nos tempos, o Parque apresenta vestígios de ocupação humana no período da Pré-História (cerca de 6.000 anos), como por exemplo as estruturas arquitetónicas funerárias, onde os mortos eram enterrados, que se destacam pela estrutura megalítica sob túmulos, designados por “mamoas”. Já entre os séculos I a IV d. C., o território foi palco da chamada “Romanização”, período do qual dá-se uma profunda alteração na organização do território e no povoamento com a chegada dos romanos. Impunha-se uma orientação para os interesses e resultados económicos, através da exploração de forma intensiva do ouro, tanto que foram identificados por especialistas, que esta intensificação da exploração do ouro, tornou-se numa das maiores e importantes zonas mineiras auríferas romanas no Noroeste da Península Ibérica, conforme verifica-se na Ilustração 2, as ruínas de uma construção que serviu à exploração de minerais em São Pedro da Cova e de um moinho à beira do Rio Ferreira.



Ilustração 2: Património Arqueológico

Fonte: autoria própria

Nos séculos V e VI, existe uma reorganização do território orquestrada pelos chamados Suevos, que foram grupos de povos germanos dos quais migraram à Hispânia durante as Invasões Bárbaras. Depois, nos séculos IX e X, existe a reconquista cristã, como consequência da invasão muçulmana e respetiva recuperação territorial por parte dos cristãos. Na evolução dos séculos seguintes, a dinâmica do território era intensa devido as sucessões de reinados e mudanças dos centros de poder, resultando em inúmeras alterações de posses de terras e além, da continuidade da exploração aurífera na região. Paralelamente, nota-se a presença cada vez mais efetiva da Igreja Católica, através da construção de capela e igrejas nos povoamentos que começavam a formarem-se.

Prosseguindo no tempo, o território foi palco de explorações de antimónio, chumbo, volfrâmio, ouro e prata, tendo a sua plena laboração em meados do século XIX e cessaram a atividade de produção no início dos anos setenta do século XX. Na zona de São Pedro da Cova, houve a intensa exploração mineira de carvão nos finais do século XVIII, atingindo picos de produção no ano de 1917, em plena Grande Guerra, embora o seu declínio dá-se pelos anos 50 do século XX e tendo o seu encerramento em 1972. No âmbito da exploração de lousa, ardósia ou xisto, são explorados desde 1865 até os dias atuais em Valongo, onde destaca-se a “Pedreira da Milhária” (Propriedade da Empresa das Lousas de Valongo) como a maior exploração a céu aberto de ardósia e a mais antiga em atividade de que há registo em Portugal.

Atualmente, o território relativo ao Parque das Serras do Porto é explorado por atividades económicas relacionadas com a indústria de papel, celulose e exploração da lousa ou ardósia. Paralelamente, devido a importância e potencial dos seus atrativos ambientais, históricos e culturais vão aumentando os casos de investimento em novas áreas, como a apicultura, o turismo e as atividades ao ar livre (desporto, trilhos, passeios, etc.). Simultaneamente, o território surge como um atrativo valioso para a população local e vizinha e com elevado potencial ao nível do empreendedorismo (Serras do Porto, 2017).

4.2.3.3 Património Natural Biológico

A área do Parque das Serras do Porto reúne um valioso conjunto de *habitats*, espécies animais e vegetais, sendo algumas delas alvo de proteção especial, nomeadamente ao abrigo da Rede Natura 2000 e/ou consideradas espécies RELAPE (espécies raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo de extinção). Paradoxalmente, a paisagem é dominada por áreas de eucaliptos e pinheiros, resultantes da plantação em monocultura para a indústria papeleira, sendo um importante recurso para a economia da região. Não obstante, o território desvenda núcleos representativos de diversidade florística, com árvores, arbustos e outras espécies nativas, além dessas, encontram-se diversas plantas com especial relevância em termos de conservação e que têm suscitado a atenção da comunidade científica nacional e internacional. Relativamente ao património biológico, complementa-se com a Ilustração 3, da qual o seu conjunto de fotografias apresenta, em primeiro um exemplar de lesma negra, em seguida, das flores conhecidas como urzes e das poldras do rio Ferreira.

Nomeadamente à flora, o território acolhe exemplares de plantas como carvalhos, sobreiro, freixo, loureiro, medronheiro, azevinho, etc. Além de exemplares característicos da floresta nativa e das espécies protegidas, há ainda outras que se revestem de particular interesse como as plantas aromáticas e medicinais, matos rasteiros, pinheiro-baboso, carqueja, urzes e outras espécies florísticas. Salienta-se, que o território é o lar de casos especiais de espécies protegidas como o feto-filme e feto-de-cabelinho (únicas populações conhecidas em Portugal Continental) e pinheirinho (único local conhecido em toda a Europa Continental), pelo fato de haver condições naturais favoráveis à permanência e desenvolvimento destas plantas (Serras do Porto, 2017).



Ilustração 3: Património Biológico

Fonte: autoria própria

No que respeita à fauna, o território do Parque das Serras do Porto apresenta uma vasta diversidade de ecossistemas e *habitats*, aliados aos fatores naturais que possibilitam albergar espécies como lontra, enguia, raposa, javali, texugo, esquilo-vermelho, morcego-de-ferradura, sapos, rãs, cobra-de-água-de-colar, aranhas, lesmas, libélulas, borboletas, joaninhas e outros animais. Relativamente às aves presentes na área, a lista é longa e diversificada, onde pode-se encontrar espécies como o guarda-rios, açor, gavião, gaio, garça-real, coruja-do-mato, pomba, corvo, pardal-comum, melro e outras aves. Cabe destacar a salamandra-lusitânica, espécie emblemática que consta no logótipo do Parque das Serras do Porto, detém especial estatuto a nível comunitário, pela Diretiva da Rede Natura 2000, devido a sua importância conservacionista e especial relevância no território, é encontrada em minas resultantes da exploração aurífera romana.

4.2.3.4 Património Cultural Construído

As edificações encontradas nos diversos territórios mostram como as populações precisaram adaptar-se à geomorfologia do terreno, através do desenvolvimento das capacidades de articulação com os diferentes recursos existentes, com as vias fluviais, implantando-se a meia encosta e ao longo das margens dos rios. Na área do Parque das Serras do Porto não foi diferente, lugares habitados, estrategicamente localizados e

moldados ao território, como por exemplo, as casas em pontos altos, para aproveitar de boa exposição solar, ou envoltas por campos de cultivo, ou junto à serra para a prática de pastorícia, ou até mesmo, pelas margens dos rios, para usufruir da proximidade dos recursos piscícolas e hídricos.

No campo da reorganização e ocupação do território, a formação de paróquias na Idade Média exerceu um papel fundamental para o povoamento e a delimitação territorial, por meio da distinção dos lugares e os níveis das relações sociais entre famílias e entre vizinhos. Assim, durante este período surge a Igreja Paroquial como templo de culto privilegiado dos cristãos como a antiga Igreja de Aguiar de Sousa, junto ao Castelo, da qual foi substituída pela atual igreja matriz localizada no lugar de Senande. Entre os séculos XVI e XVII, acontece o crescimento dos povoamentos, que trazem consigo as edificações de várias Capelas Paroquiais, com destaque em Aguiar de Sousa, de Santa Marta, em Alvre, de Santa Isabel em Sarnada, de São Sebastião em Aguiar, de Santa Comba em Sobreira e de Santa Catarina de Bustelo em Recarei, para suprir a necessidade das pessoas por suas devoções, no que concerne ao ouvir missa e administração do viático aos enfermos (Serras do Porto, 2018).

Numa perspetiva da etnologia e antropologia, as construções existentes, como pode-se observar na Ilustração 4, com a primeira fotografia da Aldeia de Couce, na segunda a referência aos cruzeiros que surgem isolados ou agrupados que evocam as Estações da Paixão de Cristo, dos quais fornecem informação das crenças e costumes locais e determinam as trajetórias das procissões e finalmente, a Capela de Santa Justa datada de 1936. Como forma de materialização da religiosidade popular, surgem as chamadas alminhas, como pequenos nichos embutidos nas paredes de casas, muros, encruzilhadas, bermas dos caminhos, pontes, de forma a lembrar ao caminhante a necessidade de orar por aqueles que já partiram desta vida e cuja riqueza iconográfica representa as almas do purgatório.



Ilustração 4: Património Cultural construído

Fonte: autoria própria

Complementarmente, a tradição agrícola fica evidente conforme observa-se na arquitetura popular disseminada pelo território, através das casas de habitação feitas com xisto, os anexos de apoio à exploração rural, espigueiros, canais de rega e moinhos hidráulicos utilizados na produção cerealífera ao longo das margens dos rios Sousa e Ferreira e dos ribeiros de Santa Comba. No caso dos moinhos, foram utilizados em tempos que a atividade moageira foi a principal atividade económica da região, pois abasteciam as padarias onde confeccionavam o pão regueifa e biscoitos de Valongo e a famosa broa de Couce. Além disso, Valongo foi um importante fornecedor de pão e cereais à cidade do Porto, tendo uma importante parcela no contributo para o desenvolvimento do concelho nos finais do século XVIII e princípios do século XIX.

As aldeias de Aguiar, Alvre, Brandiã, Couce, Sarnada, Senande e Santa Comba trazem particularidades passíveis de serem observadas e contempladas através da representação das suas características rurais, no que concerne a antiguidade das origens medievais, a tipicidade de algumas casas construídas em xisto e quartzito da região, e ainda as práticas agrícolas empregadas. Particularmente à Aldeia de Couce, classificada como integrante no rol de oferta de Aldeia de Portugal, devido as suas origens remotas com marcadas vivências rurais, o pequeno povoado rural mantém as construções medievais e tem presente um estilo de vida originado da estreita relação do ser humano com a terra e com os recursos naturais locais.

O território testemunhou a capacidade humana em adaptar-se e explorar as potencialidades do solo e da floresta, sendo pela intensa produção de linho e de mel como forma de pagamento de impostos ao rei, sendo pelas construções de pontes, açudes, estradas para escoar a produção, muros de contenções e diversas outras estruturas que facilitaram as deslocações e sobrevivência dos povos que estiveram na região. As construções presentes no território ou seus vestígios, fundamentalmente primam por uma riqueza histórica, iconográfica, hagiográfica que se consubstanciam em seus significados e importâncias, com as manifestações e tradições locais.

4.2.3.5 Património Cultural Imaterial

O património cultural imaterial inclui um conjunto de tradições ou expressões vivas herdadas de antepassados e transmitidas aos seus descendentes, como por exemplo as tradições e expressões orais, contos e lendas locais, espetáculo de artes regionais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e aptidões ligadas ao artesanato tradicional (UNESCO - Portugal, 2023).

A tradição de contar e narrar contos ou lendas é um modo de preservar e de transmitir a história das sociedades de geração em geração, manifestações que remontam ao instante em que o ser humano começou a comunicar (Martins, 2016). Por seu turno, existem algumas lendas, que congregam na memória a passagem real e fantasiosa das lutas de mouros e cristãos, dos casais enamorados, da santa que salva o cavaleiro e o seu cavalo da perseguição do diabo, das mouras encantadas e dos seus tesouros, das mulheres munidas de seus panos de pinho para secarem a pia, em procissão à Serra de Pias para rogar por chuva, da mulher que faz bruxaria (Serras do Porto, 2023).

Nomeadamente aos festejos no território, existe a Festa na Aldeia do Couce que decorre no início do mês de agosto, evento que procura manter e promover as tradições locais e também, atrair turistas, através de animações com arraiais e recriação dos merendeiros em família com música, teatro, artesanato típico, tasquinhas, atividades na natureza, jogos tradicionais, dança ao ritmo das canções populares, e ainda, com petiscos e iguarias confeccionados no local, como a broa de Couce, regueifa e o biscoito tradicional da região.

4.2.4 Produtos Turísticos do Parque das Serras do Porto

Os produtos turísticos, como visto anteriormente, são um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, como por exemplo, recursos naturais, históricos, culturais, construídos e outros, que envolvem atrações, instalações, serviços e atividades pertinentes ao interesse do turismo. Complementarmente, a oferta turística é uma combinação de bens e serviços turísticos (guias, passeios, alojamentos, restauração, etc.) que os empreendedores do setor estão dispostos a oferecer aos turistas a determinados preços (Novás, 2006).

Assume-se *a priori*, que a predominância no território é do turismo interno ou doméstico, que compreende na visita de residentes da mesma zona que viajam a um destino distinto da sua residência habitual ou pessoas próximas ao Parque das Serras do Porto que se deslocam para realizar atividades culturais, desportivas, ao ar livre ou de cunho científico. Devido a sua localização próxima a centros urbanos, o Parque oferece condições para a prática de atividades físicas e desportivas durante os tempos livres e nas férias dessas pessoas como forma de compensar os constrangimentos da vida moderna e à sedentarização destas populações (Cunha, 2013).

Principiando desta perspetiva, elencam-se os produtos turísticos identificados no Parque das Serras do Porto conforme divulgação oficial da Associação de Municípios, Câmaras Municipais, comunicação social, eventos e outras empresas ou entidades que realizam alguma atividade de cariz turístico no território.

4.2.4.1 Turismo ao ar livre, desportivo e radical no Parque das Serras do Porto

Os percursos pedestres também conhecidos como trilhos de interpretação, tem como funções a prática de atividades físicas, a educação ambiental e a interação do homem e a natureza, são dinâmicas que proporcionam calma e relaxamento aos praticantes, embora ocorram impactos ao meio (Guillaumon *et all*, 2003). O Parque conta com uma rede de percursos pedestres onde integra 1 Grande Rota, com cerca de 59 quilómetros, onde pode-

se verificar no Anexo E, o exemplo de desdobrável deste percurso, e 17 Pequenas Rotas interligadas entre si. Além do desdobrável físico, existe o mapa digital com consulta via internet ou aplicações de trilhos e percursos. Conforme indica Serras do Porto (2022b), encontram-se painéis informativos de início/fim de percurso e painéis interpretativos no decorrer do trilho para melhor compreender o território, assim como, existem elementos de sinalética (balizas de percurso, marcas pintadas, setas direcionais, placas de aviso) para orientar as direções e informações aos praticantes desta atividade, conforme pode-se verificar na Ilustração 5, exemplos de sinalética na Serra de Banjas.



Ilustração 5: Sinalética em percurso pedestre

Fonte: autoria própria

O chamado *Trail Running* é um desporto que consiste em correr e caminhar por trilhos em terrenos montanhosos, fator que exige do praticante preparo físico para enfrentar terrenos muito técnicos e com desníveis bastante acentuados. Para o desenvolvimento desta prática desportiva, o Parque das Serras do Porto oferece os trilhos de grande rota, de pequenas rotas, combinação entre percursos e outros segmentos de corrida com sinalética com elevado nível de refletividade. Ainda, o Parque da Cidade de Valongo desde 2018, sedia o Centro de *Trail Running* de Valongo, onde existe um apoio logístico aos turistas, com balneários e balcão de informações.

No campo dos desportos, os Trilhos BTT (Bicicleta Todo-o-Terreno) correspondem as atividades de pedalar com obstáculos ou em terrenos irregulares presentes em montanhas,

matas, florestas e serras. Os percursos disponíveis no Parque das Serras do Porto correspondem as áreas serranas de Santa Justa e Pias, geralmente por caminhos florestais. Ainda, existe em Campo, o Centro de BTT de Valongo que presta informações e apoio aos praticantes do desporto. Ainda nesta área, o ciclismo também é um desporto presente pelas estradas dos eixos rodoviários no território do Parque. Outra atividade desenvolvida no Parque das Serras do Porto são as escaladas em fragas concentradas nas Serras de Santa Justa e Pias, conforme verifica-se na Ilustração 6, ordenadamente as Fragas Lisa, do Diabo e do Castelo, este desporto tem como objetivo atingir o cume destas estruturas, mas são necessários equipamentos específicos e profissionais habilitados para orientar os praticantes, devido ao grau de dificuldade encontradas nestas fragas.



Ilustração 6: Fragas para escalada

Fonte: autoria própria

De forma a melhorar a oferta no que respeita ao turismo ao ar livre, o Parque das Serras do Porto tem disponível uma infraestrutura numa grande área da Serra de Pias, intitulada “Trilhos Equestres de Valongo”, são percursos distintos conforme o nível do praticante, divide-se em 3 percursos que vão desde curta duração e sem inclinações significativas até percursos com duração de 2 a 3 horas, com necessária experiência e robustez física dos praticantes desta atividade. Estes trilhos são geridos pelo Centro Hípico de Valongo, instalado em Campo, com serviços de apoio local e várias valências para acolher cavalos e cavaleiros.

No campo das atividades de desporto motorizado, conforme o texto do artigo 2º, do Decreto-Lei 218/95 de 26 de agosto, só é permitida a prática de todo-o-terreno, como atividade de recreio e lazer, nos caminhos ou trilhos existentes e de acordo com as normas aplicáveis, em áreas protegidas e zonas especiais de proteção, como é o caso do Parque das Serras do Porto. Outro desporto existente no território é a caça, realizada de maneira organizada em agremiações específicas e regularizadas, estas atividades possuem zonas delimitadas, estando proibidos de caçar espécies com proteção especial, portanto, os praticantes têm o dever de respeitar os princípios de uma utilização razoável e de cumprir com a regulamentação do ponto de vista ecológico.

4.2.4.2 Turismo científico, histórico e cultural no Parque das Serras do Porto

O turismo científico consiste em visitas técnicas e de estudos com fins de ampliar os conhecimentos acerca da área visitada. Portanto, o território compreendido do Parque das Serras do Porto é cenário propício para estudos arqueológicos, geológicos, antropológicos, ambientais, históricos e culturais, devido a riqueza de seus patrimónios. Ainda, existem estudos de campo neste território, que já foi tema de dissertações, teses, trabalhos finais de curso e livros, fator que contribuiu para disseminar a importância do Parque. Este tipo de turismo é impulsionado por Universidades, Escolas, Câmara, Associação e outras entidades que desenvolvem ações educativas e de sensibilização em projetos de conservação da natureza e da biodiversidade, por exemplo.

O turismo de cariz histórico e cultural tem como intuito agregar conhecimento e fornecer bagagem cultural aos turistas, através de visitas a museus, locais históricos, vivência cultural entre pessoas, provar a comida, participar das festividades e romarias, entre outras atividades. O Parque das Serras do Porto é repleto de áreas históricas, como pode-se verificar no Anexo F, a distribuição deste património dá-se pela presença de ruínas de antigas casas, moinhos e castelo, cruzeiros, igrejas, capelas, pontes, calçadas romanas, pedras e rochas, monumentos megalíticos, antigas construções que indicam as explorações de ouro, prata, carvão e outros minerais, estrutura geológica das serras, fornos e outros resquícios da história de Portugal. Atualmente, existem as romarias que acontecem nas diversas aldeias e freguesias presentes no Parque, como por exemplo, no

terceiro domingo do mês de julho, existe a Festa de Santa Justa e Santa Rufina em Valongo, com festejos e romarias nas capelas que levam os seus nomes. Uma das festividades em destaque, está a “Couce em Festa”, realizada no início do mês de agosto, na Aldeia de Couce no vale do Rio Ferreira, entre as Serras de Santa Justa e Pias, acontece com o objetivo de valorização das tradições culturais do local.

4.2.5 Infraestruturas e Rede de Turismo da região

Relativamente as infraestruturas disponíveis aos visitantes, existe uma rede de estruturas de apoio turístico, como parques de estacionamento, centros de interpretações e pontos de informações para os turistas, no perímetro do Parque das Serras do Porto e na circunvizinhança, como pode ser visto no Anexo G, a sua distribuição no território. Além disso, o turista pode encontrar lojas interativas de turismo em Gondomar, Paredes e Valongo com a presença de profissionais para diversos suportes de divulgação, informação e participação em variadas iniciativas de promoção turística.

Verifica-se em Serras do Porto (2017), as ações e projetos promovidos pelas autarquias envolvidas na paisagem protegida regional, têm implicado em investimento municipal complementado com os financiamentos externos, em prol da conservação e valorização do território serrano e vales ribeirinhos, assim como para a divulgação, sensibilização e promoção do usufruto sustentável. Por isso, o desenvolvimento do turismo deve ser orquestrado de forma integrada e coerente, não só no aspeto da organização e comercialização, mas também no aspeto da adequação dos equipamentos e serviços, formação profissional dos animadores e infraestrutura para receber os turistas (Cunha, 2013). Neste sentido, os recursos turísticos de Gondomar, Paredes e Valongo vão além do Parque das Serras do Porto, como forma complementar a este território existem estruturas que complementam a vivência e a compreensão mais aprofundada sobre este território, conforme demonstrada na Figura 5 a rede de turismo dos municípios.



Figura 5: Rede de Turismo de Gondomar, Paredes e Valongo

Fonte: Serras do Porto (2022b)

Em terras de Gondomar, existe um vasto património cultural construído, fruto da época da história da exploração das minas de ouro pelos romanos, igrejas, capelas, entre outras edificações, com destaque, ao Museu Mineiro da Casa da Malta do antigo complexo industrial mineiro de São Pedro da Cova, local onde é retratado a história deste território. No caso de Paredes, o território está provido de património geológico e mineiro como por exemplo, as Minas de Ouro de Castromil e Banjas que remontam da época romana. Conjuntamente, possui património arqueológico como o aqueduto de Cimo da Vila, ponte de Alvre, Castro de Vandoma e Igreja de São Pedro do Mosteiro de Cete que pertence a Rota do Românico. Além disso, a Serra de Baltar pertencente ao território do município, serve para turismo ao ar livre, chegando a 519 metros de altitude, sendo considerado o ponto mais alto do concelho.

Finalmente, o território de Valongo é detentor de várias infraestruturas museológicas como os Museus: da Lousa (sobre a atividade extrativa da ardósia), Municipal de Valongo (histórias e tradições do município) e a Oficina da Regueifa e Biscoito (retrata a história do desenvolvimento económico através do cultivo de cereais e fabrico de pães e biscoitos), complementarmente a este roteiro, existe o Centro Interpretativo Ambiental, a Rota exterior “Do Grão ao Pão” e o Parque Paleozoico que detém um conjunto de

elementos, ambientes, fenómenos e processos geológicos. Paralelamente, o município abarca património cultural edificado de cariz religioso como igreja, capelas, cruzeiros, alminhas, templos e também, construções vernaculares de casas, moinhos e outras estruturas.

4.3 Análise dos Dados: Entidades e Empresas

Neste ponto serão apresentados os resultados das oito entrevistas em profundidade realizadas junto da Associação do Parque das Serras do Porto, organizações, empresas e entidades que realizam atividades no território.

4.3.1 Caracterização das Entidades e Empresas

No âmbito das pessoas coletivas e sua ligação ao Parque, 62,5% são empresas que realizam atividades de cariz turístico e ambiental no Parque e 37,5% são associações ou entidades que atuam no território, com atividades relacionadas ao meio ambiente, turismo, divulgação e gestão do Parque.

Por sua vez, no Gráfico 1, observa-se que a metade das entidades possuem mais de 10 anos de atividades no Parque, enquanto que 25% possuem de 7 a 9 anos, e ambos, a escala de 4 a 6 anos e menos de um ano apontaram 12,5% cada um dos respondentes.

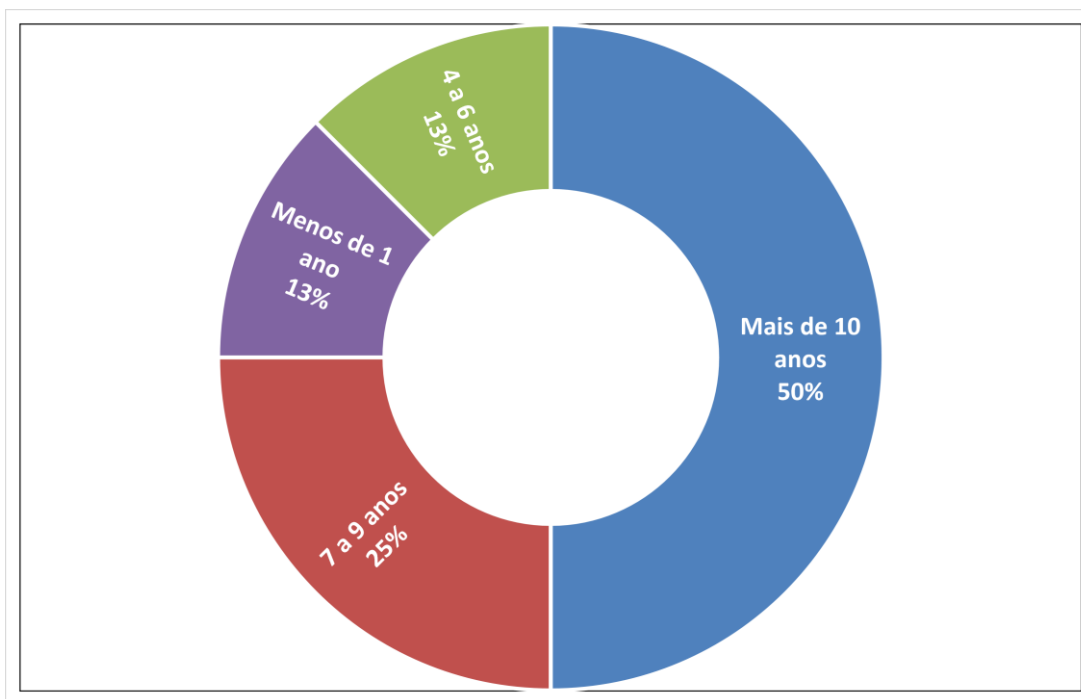


Gráfico 1: Tempo de atividades no Parque

Fonte: autoria própria

Enquanto, para as entidades e empresas foram verificadas as zonas onde desenvolvem as suas atividades no território, pois algumas não possuem a sua sede dentro do território, então das oito entrevistadas, destas: 7 tem abrangência no Vale do Rio Sousa, 6 no Vale do Rio Ferreira, 4 nas Serras de Banjas, Castiçal e Flores, e finalmente, 3 também, desenvolvem atividades nas Serras de Pias, Santa Justa e Santa Iria.

4.3.2 Produtos oferecidos, atrações e potencialidades turísticas

No caso das atividades turísticas que as entidades e empresas desenvolvem no Parque pode ser visualizado no Gráfico 2, onde nota-se que dentro da gama de produtos oferecidos, as caminhadas e as atividades de educação ambiental são os produtos mais desenvolvidos pelas entidades.

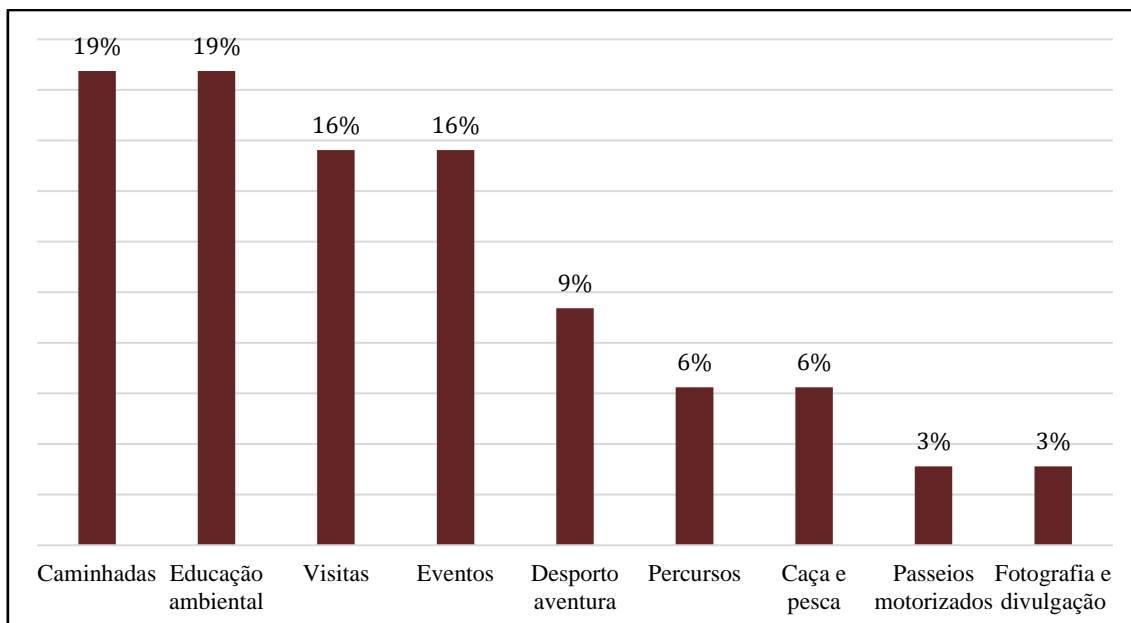


Gráfico 2: Atividades turísticas desenvolvidas no Parque

Fonte: autoria própria

Seguidamente, as entidades identificaram como atrações do Parque das Serras do Porto, a natureza e a paisagem com 19% cada, a seguir, os percursos e trilhos ficaram responsáveis por 12% das respostas, 9% com os desportos de aventura e natureza, os rios, corridas e caminhadas com 6% cada, ainda foram apontados os miradouros, trilobites, aldeias antigas, entre outras atrações do Parque.

Complementarmente, os representantes das entidades indicaram as potencialidades do Parque com as atividades que podem ser desenvolvidas, conforme o Gráfico 3, nos desportos de aventura inclui-se as escaladas, *trail* e BTT, no campo da espeleologia e da geologia envolvem-se a dinamização dos estudos e a exploração turística destes locais e assim, o uso dos rios Sousa e Ferreira para desporto, mediante as suas despoluições.

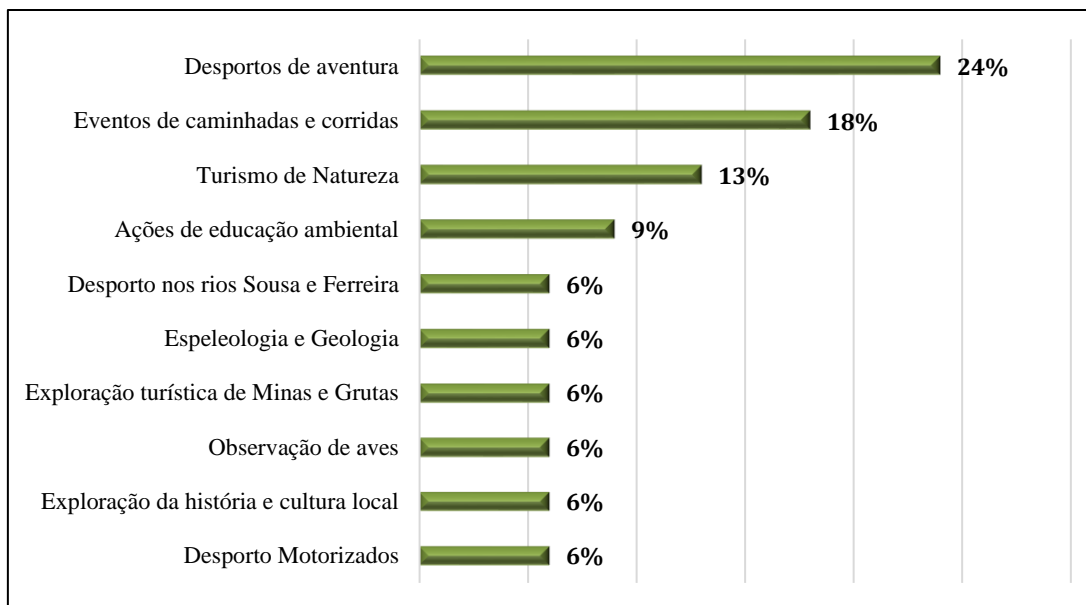


Gráfico 3: Potencialidade do Parque das Serras do Porto

Fonte: autoria própria

Consoante as melhorias necessárias, as pessoas elencaram os itens constantes na Tabela 4, onde manifesta-se o ordenamento do território com definição e delimitação das áreas para as diversas atividades, atenção para infraestruturas e estruturas no Parque e também, destacam a importância da efetivação da rede de prestadores de serviços.

Tabela 4: Melhorias dos serviços

Melhoria dos Serviços	%
Ordenamento do território	14%
Construção de infraestruturas	14%
Restauração e Alojamento	14%
Manutenção dos Percursos	10%
Acessos; divulgação; casas de banho; espaços de lazer às famílias; efetivação da rede de prestadores de serviços; informações às pessoas; incentivo à conscientização ambiental e da importância do território; diminuição dos eucaliptos e plantação de árvores autóctones	5% (cada)
Parque de Estacionamento	3%

Fonte: autoria própria

A partir destas indicações de melhorias nos serviços no Parque, nota-se a perceção dos respondentes quanto a importância de haver uma estrutura turística para receber os visitantes e também, a preocupação com a questão da preservação do meio ambiente.

4.3.3 Impactos do Turismo na ótica dos entrevistados

Paralelamente, o mesmo questionamento foi feito, acerca da importância dos impactos do turismo têm no desenvolvimento sustentável da região, do qual resultou numa média de 4,38, a indicar que o impacto do turismo é muito importante ao desenvolvimento sustentável da região. Detalhadamente, o Gráfico 4, mostra que a maioria indicou como extremamente importante estes impactos. Como maneira de identificar alguma diferença de média entre grupos, verificou-se uma distinção entre as médias das entidades e associações com 4,67 e as empresas com uma média de 4,20.

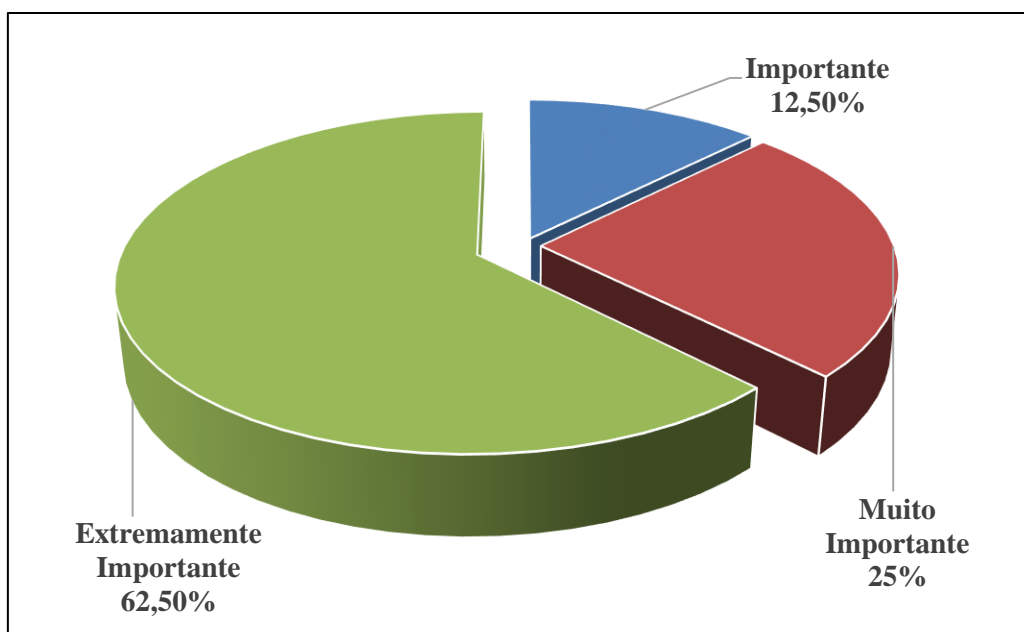


Gráfico 4: Importância do turismo no desenvolvimento sustentável

Fonte: autoria própria

Nomeadamente as frequências das respostas sobre o grau de importância dos impactos económicos, socioculturais e ambientais apontados pelas entidades e empresas, ou seja, as médias e percentagens do somatório de todas as respostas constam no Anexo H, através da apresentação de tabelas com os respetivos conjuntos de impactos.

Na questão dos impactos económicos, conforme o Gráfico 5, as entidades apontaram ser muito importante a construção de infraestrutura e equipamentos turísticos para dinamizar o turismo. Em contraponto, a destinação de recursos públicos que poderiam estar sendo utilizados em prol da sociedade, mas vão para repor o património local.

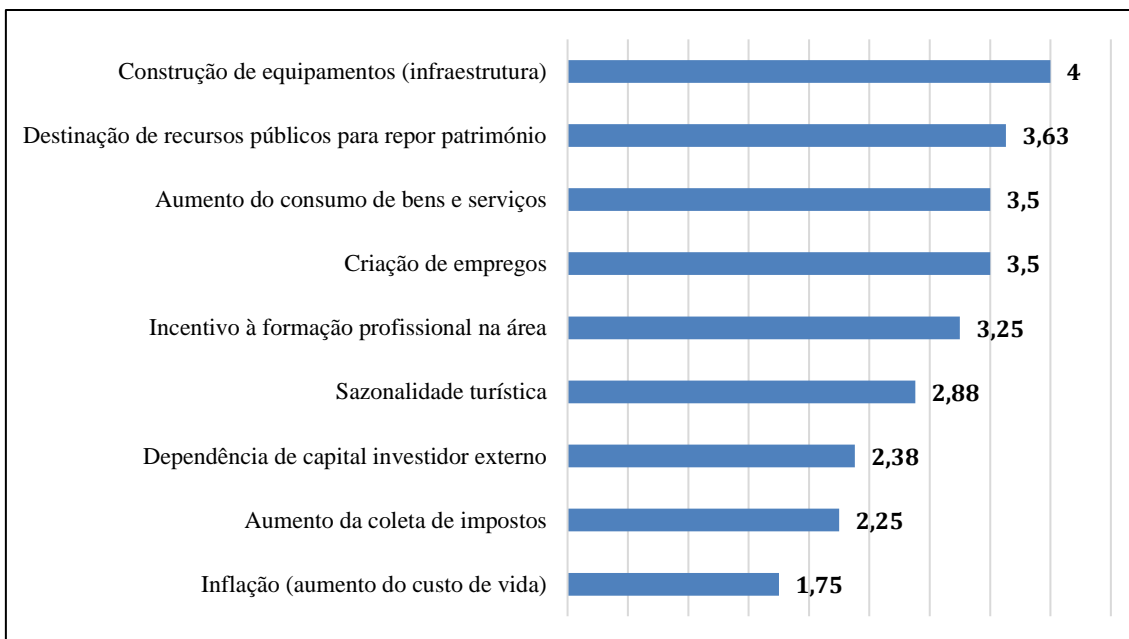


Gráfico 5: Impactos Económicos do Turismo - Entidades

Fonte: autoria própria

No aspeto sociocultural, conforme o Gráfico 6, as entidades e empresas identificaram como muito importante a experiência com visitantes proporcionada pelo intercâmbio cultural, além do aumento das atividades e serviços culturais existentes, estando atrelados com a valorização da cultura e história local.

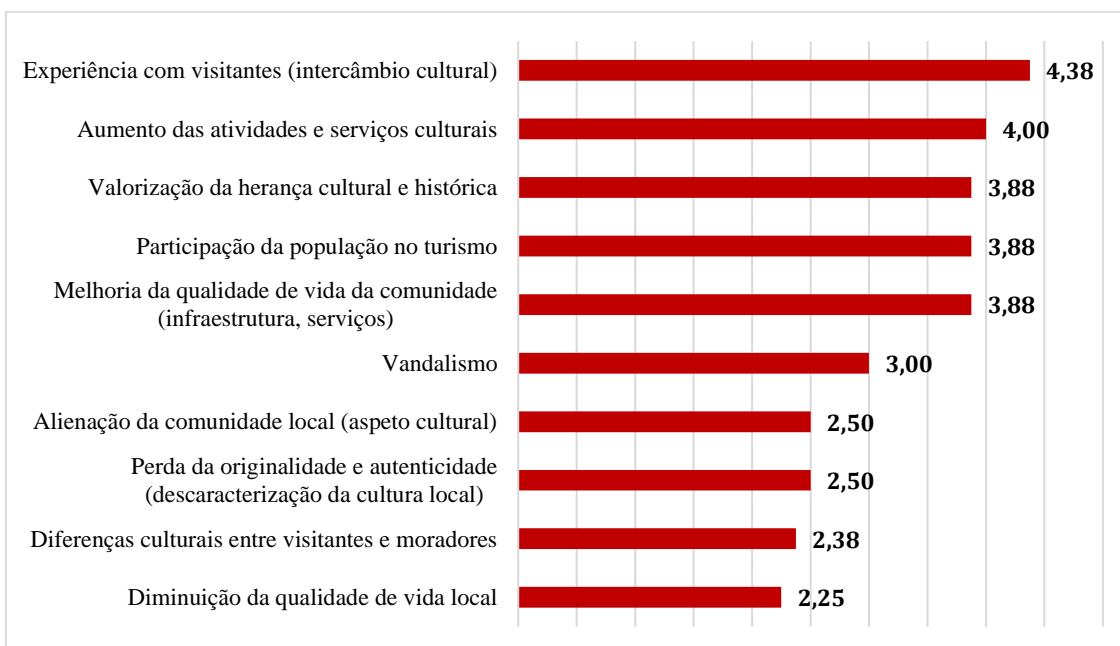


Gráfico 6: Impactos Socioculturais do Turismo - Entidades

Fonte: autoria própria

No que concerne aos impactos de cariz ambiental, as entidades e empresas apontaram para componentes de promoção da educação ambiental como muito importante, assim como, para a parte de preservação de locais históricos e do meio ambiente, como pode ser verificado no Gráfico 7.

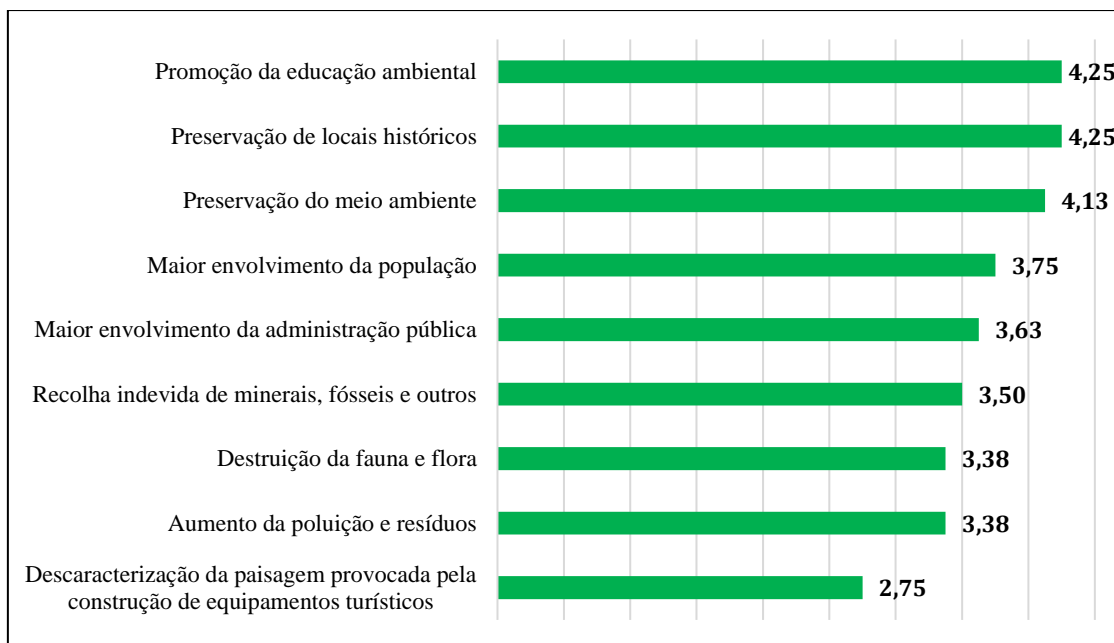


Gráfico 7: Impactos Ambientais do Turismo - Entidades

Fonte: autoria própria

Após a exposição dos resultados obtidos com os questionários entre os habitantes, comerciantes e outros *stakeholders* do Parque, dá-se espaço para os dados coletados através das entrevistas com as entidades, associações e empresas que desenvolvem atividades no território de cariz turístico, ambiental e cultural.

4.3.4 Papel e Participação das Entidades

Neste contexto, perguntou-se às entidades qual é o papel destas para promover o desenvolvimento sustentável de Gondomar, Paredes e Valongo, assim descreveram que desenvolvem ações como esquematizado na Figura 6. Na parte de ações de educação ambiental, abarcam-se as iniciativas de limpeza dos rios, conscientização das pessoas, informações, palestras, conferências e trabalhos educativos nas escolas. No que concerne a estruturação do turismo, afirmaram que o objetivo é evitar a transformação em turismo de massa, com a proposta de utilizar os recursos de maneira sustentável, através da gestão

turística conjuntamente às Câmaras, Associações, empresas, comunidade e demais entidades envolvidas.

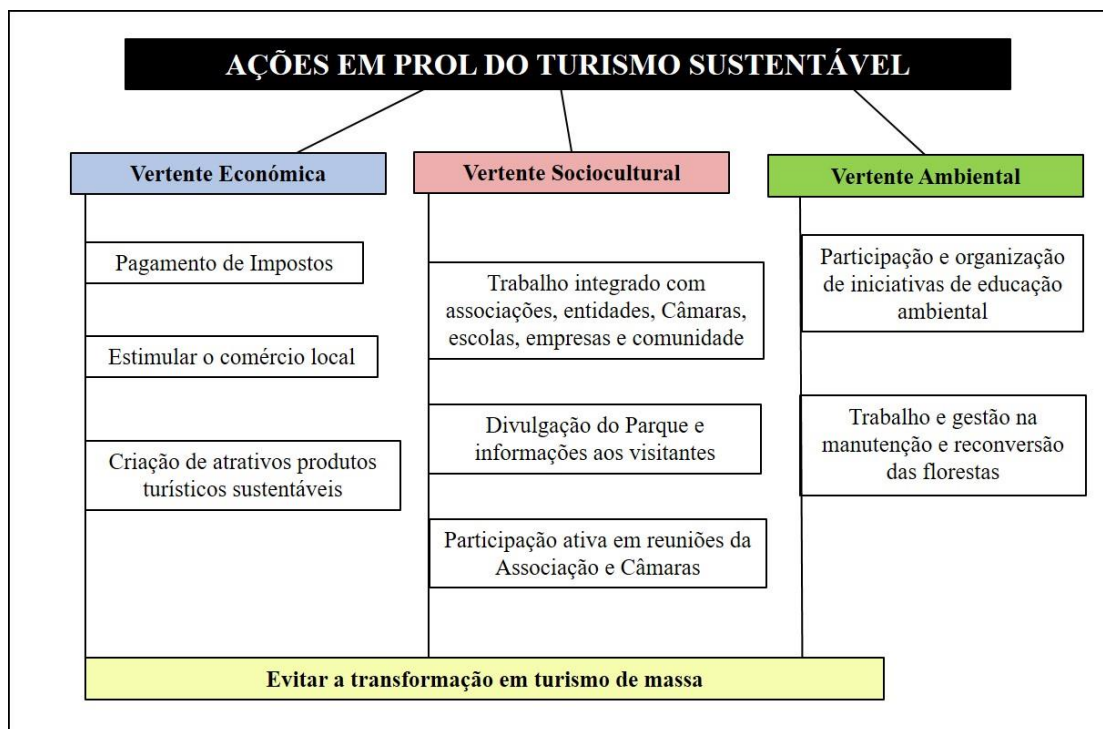


Figura 6: Ações em prol do turismo sustentável

Fonte: autoria própria

Por conseguinte, além das dinâmicas elencadas, as entidades também afirmaram que realizam ações e atividades com o intuito de neutralizar os impactos negativos que as suas atividades possam causar no Parque e também, otimizar os positivos, como: disponibilização de informações aos visitantes quanto a importância do local, para não deitar lixo ao chão, não coletar plantas, minerais e fósseis e respeitar os limites dos percursos; estímulo ao comércio com compras de produtos locais e também levar os turistas para estes tipos de comércio (artesanato, restauração e tascas).

Posteriormente, 63% das entidades afirmaram desconhecer algum tipo de planeamento estratégico do território e 37% tem conhecimento da existência do Plano de Gestão e do Plano de Turismo do Parque das Serras do Porto. Nesta matéria, destaca-se que existe o Plano de Gestão do Parque, que está disponível na página da Associação dos Parque das Serras no Porto, no seguinte *link*: https://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2022/09/PSEP_Revisao_Estudios%20Previos_R6b.pdf. Assim como o

Programa de Desenvolvimento Estratégico do Turismo e Recreio, conforme o *link*: <http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2019/01/PSeP-Plano-de-Gestao-AnexoD.pdf>
Ainda na página da Associação constam documentos como: Acordos de Compromisso e Acordos de Parceria; Síntese do Processo Participativo; Gestão de Espaços Florestais Estratégicos e Proteção contra Incêndios Rurais; Programa de Desenvolvimento Estratégico do Turismo e Recreio; Regulamento de Gestão e outros, que podem ser consultados em: <http://serrasdoporto.pt/plano-de-gestao/>.

4.3.5 Condicionantes da Sustentabilidade: Entidades e Empresas

Assim como os habitantes responderam acerca da sustentabilidade dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto, as entidades também manifestaram, das quais 57% afirmaram serem sustentáveis e 43% como não sustentáveis.

Paralelamente, as entidades entrevistadas afirmaram que o turismo de desportos como caminhadas e corridas pedestres com valorização da natureza e do território são atividades sustentáveis; e ainda, que a sustentabilidade geral vai depender do retorno do investimento público, do comércio local e dos habitantes, facto que irá demorar muitos anos para ser mensurado ou analisado. Outros frisaram a necessidade de haver um maior rigor na fiscalização e controlo das atividades no território, principalmente dos motorizados; a necessidade de uma futura certificação das empresas que desenvolvem alguma prática turística; aumentar a fiscalização e controlo aos incêndios, e outro, com uma visão futura, de que “se continuar da forma que está, não terá longevidade”.

4.4 Análise dos Dados: Habitantes

Nesta parte, serão apresentados os dados recolhidos através da aplicação dos questionários aos habitantes, comerciantes da região e pessoas que se encontravam no local quando das visitas exploratórias. A recolha de dados junto destes *stakeholders* do Parque decorreram dentro do território e também, em áreas circunvizinhas, sobretudo nos acessos principais, tendo-se obtido um total de 130 respondentes.

4.4.1 Caracterização dos Respondentes

Relativamente às pessoas que se disponibilizaram a responder ao questionário, caracterizaram-se por 52% pertencentes do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Compreendendo as idades e para melhor visualização, o Gráfico 8 traz que a maioria estão entre os 41 e 55 anos.

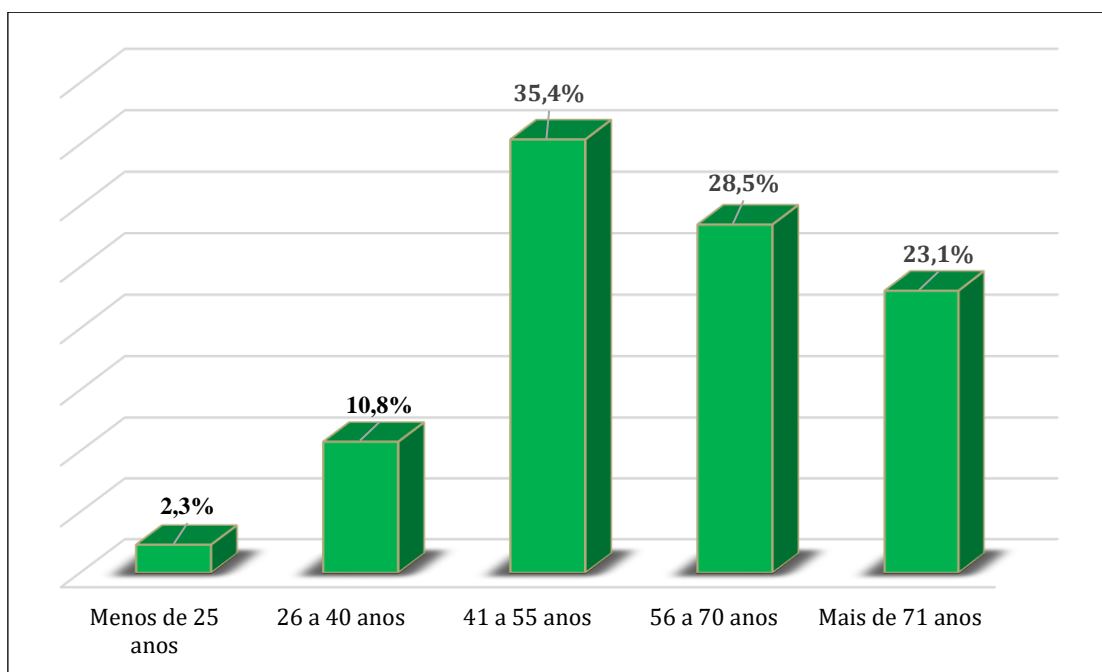


Gráfico 8: Idade

Fonte: autoria própria

Na questão da ocupação laboral, conforme o Gráfico 9, mostra que os trabalhadores por conta de outrem, por conta própria e reformados juntos totalizaram 98,40% dos respondentes dos questionários.

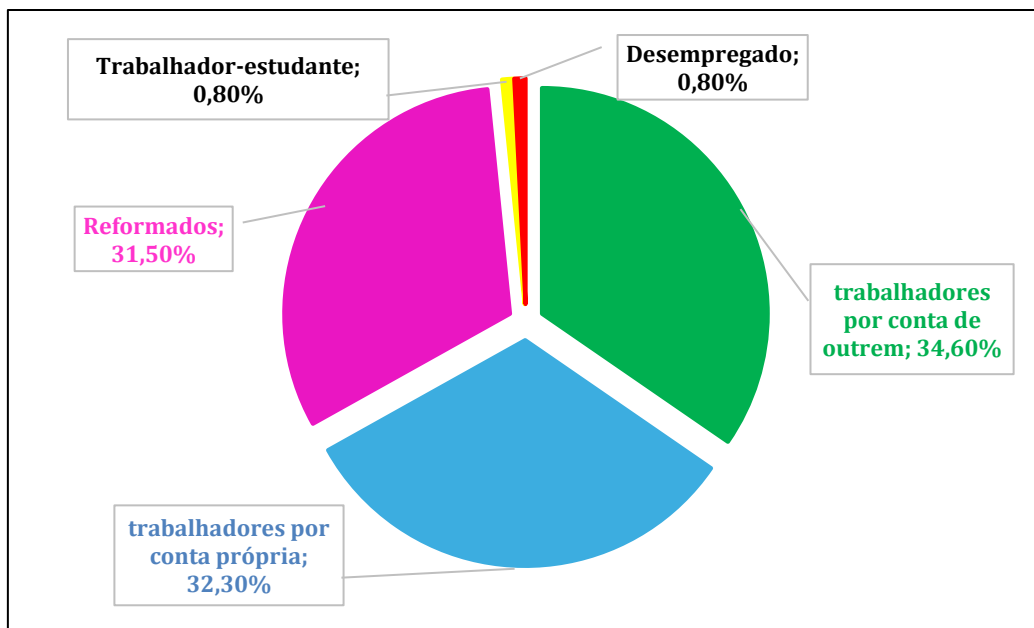


Gráfico 9: Ocupação laboral

Fonte: autoria própria

Em relação às localidades, como pode-se ver no Gráfico 10, o território foi dividido em áreas: Norte, Centro e Sul para análises posteriores, conforme esta aglutinação das comunidades, os 130 respondentes estão distribuídos no território, com 35,4% na zona Sul do Parque (barras na cor vermelho), enquanto 33,8% encontram-se no território mais a Norte (barras na cor verde) e a área central do Parque, correspondem a 30,8% das pessoas entrevistadas (barras na cor azul).

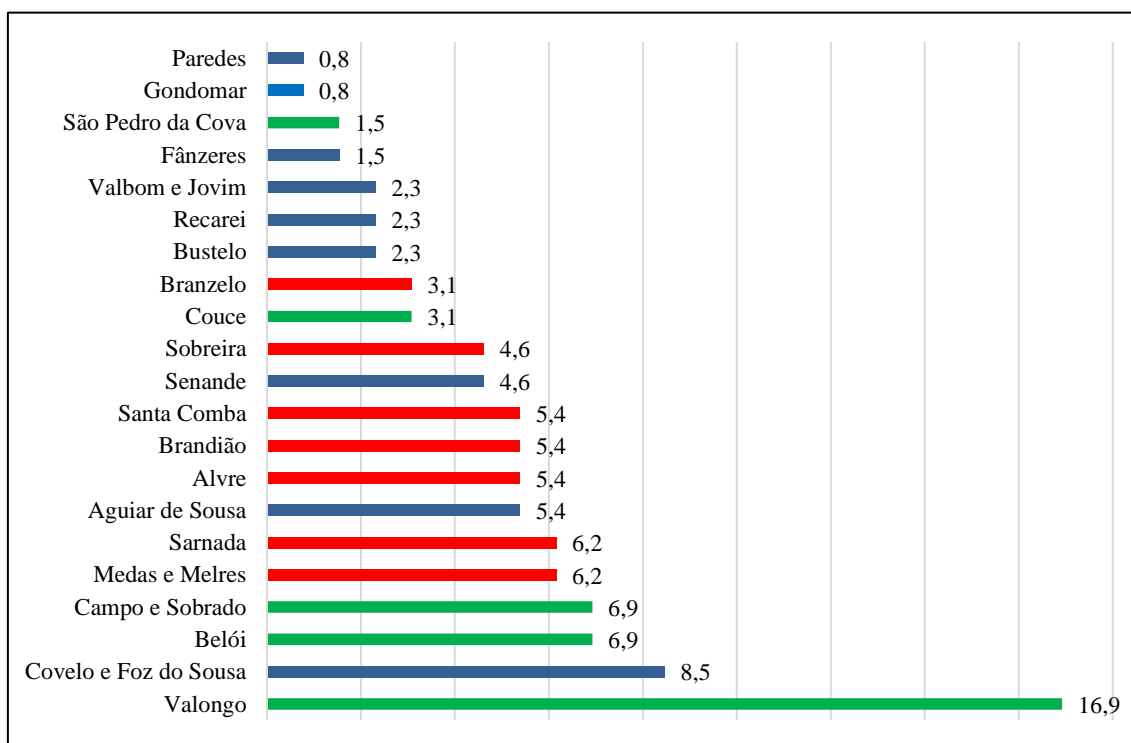


Gráfico 10: Localidades

Fonte: autoria própria

Logo, foi questionado sobre o tipo de ligação que estas pessoas possuem com o território, como pode-se verificar no Gráfico 11, cerca de 46% das pessoas apontaram que utilizam o Parque com fins de usufruto (caminhadas, corridas, piqueniques, passeios, etc.), 33% tem como o seu local de morada, já 12% tem sediado o seu comércio (restaurantes, cafés, oficinas, mercados, etc.) e cerca de 9% tem o Parque como seu local de trabalho (trabalhos florestais, prestação de serviços, etc.).

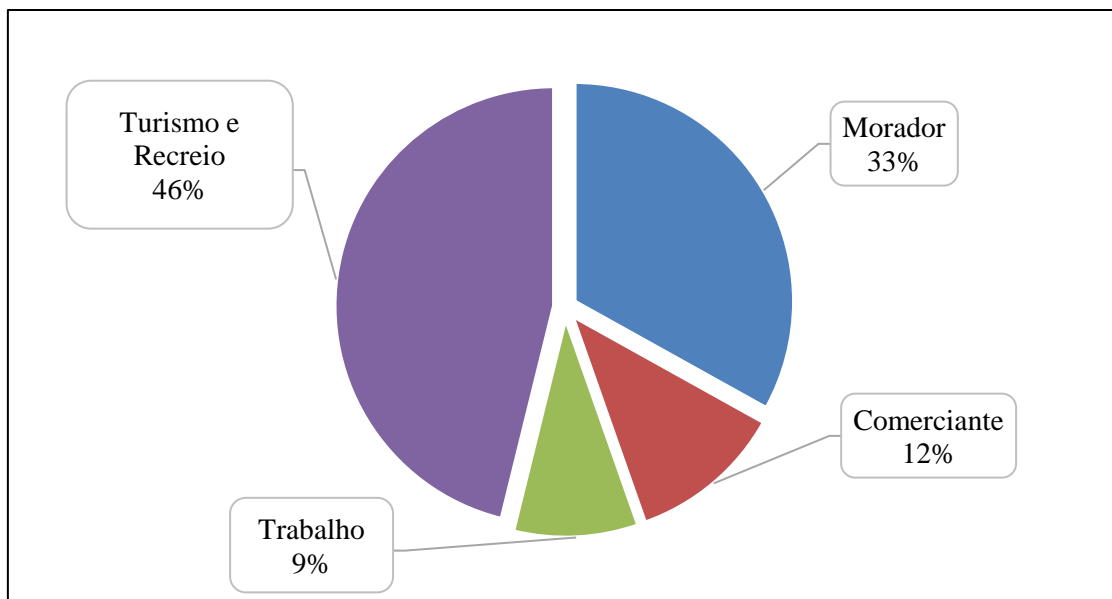


Gráfico 11: Tipo de Ligação com o Parque

Fonte: autoria própria

Consequentemente, o extrato das respostas quanto ao tempo desta ligação das pessoas com o território, apontou que a maioria dos respondentes possui mais de 6 anos, como é exposto na Tabela 5. Assim como, a frequência de uso do território, apresentou que a maioria dos respondentes estão presentes todos os dias no Parque., provável indicação concernente à vinculação com o tipo de ligação com o território (morador, comerciante, trabalho).

Tabela 5: Tempo de ligação e Frequência de Uso

Tempo de Ligação	%	Frequência de Uso	%
Mais de 6 anos	78,5	Todos os dias	55,4
3 a 4 anos	16,9	1 a 2 vezes na semana	29,2
5 a 6 anos	2,3	3 a 4 vezes na semana	8,5
1 a 2 anos	2,3	5 a 6 vezes na semana	6,9

Fonte: autoria própria

Depois da caracterização dos respondentes, foram realizadas perguntas acerca das atrações turísticas que julgam haver no Parque, assim como, as melhorias necessárias para o desenvolvimento do turismo.

4.4.2 Atrações Turísticas e Melhoria de Serviços

Na identificação das atrações turísticas do Parque, os respondentes listaram, por julgamento pessoal, nos quais 28% do conjunto de respostas está a natureza do território como principal atração turística, em seguida, a paisagem do território (18%), logo, os percursos pedestres representaram 10% das respostas e as serras com 8%. No caso das grutas e o Parque da Senhora do Salto, cada uma representa 5% das respostas, conseqüentemente, os restantes das outras atrações apontadas estão dentro de cariz ambiental, histórico, cultural, arquitetura vernacular e construção de atrações e equipamentos turísticos (baloios, tronos, miradouros, centros de interpretação).

Neste contexto, surge outra questão relacionado à melhoria de serviços, onde foi solicitado aos respondentes apontarem as melhorias necessárias para que as práticas de turismo possam ser desenvolvidas de maneira positiva. Assim, conforme o Gráfico 12 verifica-se que a resposta que se imperou, foi a que abarca a fiscalização e controlo de motorizados, somando 26% do conjunto, pois as pessoas apontaram casos de acidentes, imprudência, invasão de propriedades privadas e do Rio Ferreira, excesso de velocidade e circulação fora dos trajetos. Em seguida, com 12% está a plantação de árvores autóctones, no mesmo âmbito, está a diminuição da plantação de eucalipto (11%).

Logo, no que se refere à manutenção dos percursos pedestres está englobado a limpeza, corte de mato e sinalética e o restante das melhorias de serviços abrangem questões como controlo de incêndios, melhorias na Aldeia de Couce e nos seus acessos, policiamento, ações ambientais, comércio, restauração, alojamento, entre outros itens vinculados com infraestruturas.

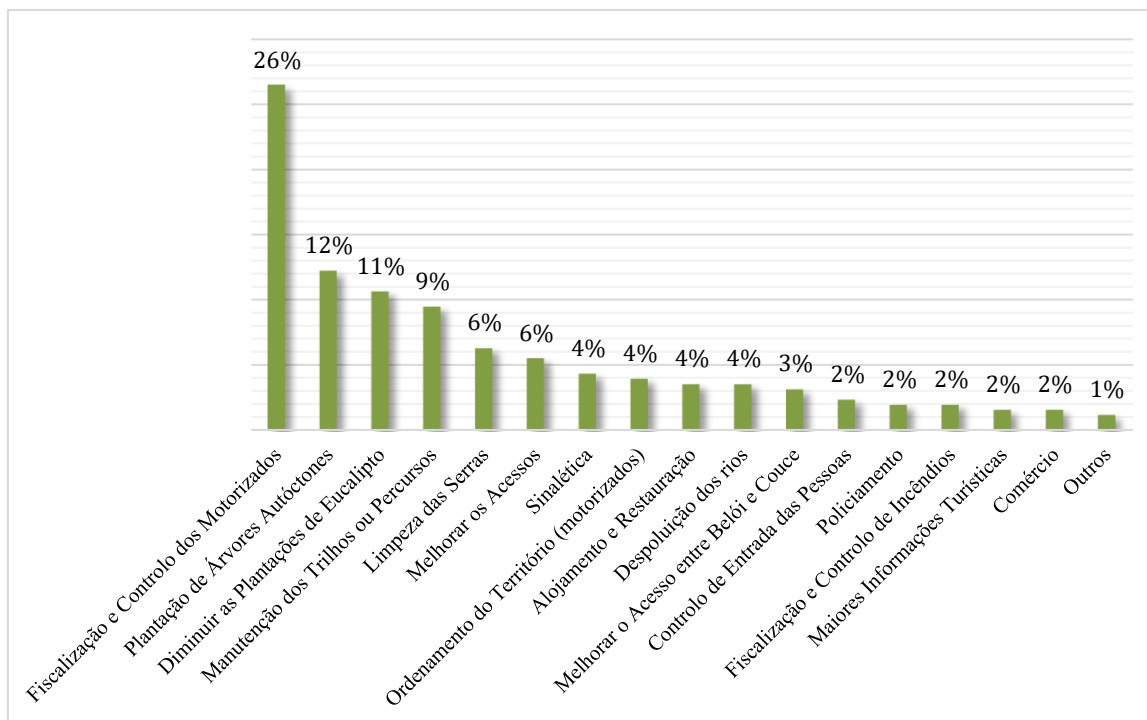


Gráfico 12: Melhoria de Serviços

Fonte: autoria própria

4.4.3 Fiabilidade da Escala

A confiabilidade é o grau em que um conjunto de indicadores de uma variável ou construto é consistente em suas mensurações, ou seja, mensura indiretamente a atitude de uma pessoa em relação a um produto ou a um facto, não estando livre de incertezas ou erros (Hair Jr. *et al.*, 2005). Por isso, é essencial avaliar se o instrumento utilizado na pesquisa consegue inferir aquilo a que realmente se propõe, por isso o Coeficiente *Alfa* de *Cronbach* é empregue para avaliar a consistência interna dos questionários, por um conjunto de dois ou mais indicadores de construto, que podem variar de 0 a 1. Assim, quanto maior o valor de α , ou mais aproximado de 1, maior a confiabilidade entre os indicadores analisados (Bland *et. al*, 1997). Ou seja, a mensuração consiste em verificar a consistência dos dados apurados e da escala, que pode ser considerado através da interpretação dos valores dos intervalos na escala de fiabilidade ou confiabilidade.

Diante disso, realizou-se a análise de confiabilidade dos atributos elencados para avaliar o grau de importância dos impactos do turismo têm na perspectiva dos respondentes, diante

de 29 questões inquiridas, do qual se obteve um coeficiente geral de 0,916, um extrato que indica uma fiabilidade elevada dos dados, de acordo com Murphy e Davidsholder (1988). Assim, o *Alfa de Cronbach* (α) mensurou a consistência interna do instrumento como um todo, com isso, estimou-se um grau muito bom de confiabilidade do questionário utilizado na investigação, de acordo com Pereira e Patrício (2004). A partir destas informações, optou-se em efetuar uma análise de confiabilidade mais apurada com cada conjunto de impactos com mesmo cariz, para obter uma verificação mais significativa quanto a cada agrupamento de itens, os extratos obtidos podem ser verificados a seguir na Tabela 6.

Tabela 6: Alfa de Cronbach

Bloco	N	α Cronbach bloco	Item	α Cronbach
Económico	9	0,835	Criação de empregos	0,808
			Construção de equipamentos (infraestrutura)	0,818
			Aumento do consumo de bens e serviços	0,816
			Aumento da coleta de impostos	0,813
			Incentivo à formação profissional na área de turismo	0,804
			Inflação (aumento do custo de vida)	0,831
			Dependência de capital investidor externo	0,835
			Destinação de recursos públicos p/ repor património	0,810
			Sazonalidade turística	0,827
Sociocultural	10	0,849	Aumento das atividades e serviços culturais	0,844
			Participação da população no turismo	0,839
			Valorização da herança cultural e histórica	0,839
			Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)	0,835
			Melhoria da qualidade de vida (infraestrutura)	0,838
			Vandalismo	0,853
			Perda da originalidade e autenticidade	0,833
			Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	0,823
			Diminuição da qualidade de vida local	0,825
			Diferenças culturais entre visitantes e moradores	0,825
Ambiental	9	0,841	Preservação do meio ambiente	0,820
			Preservação de locais históricos	0,820
			Maior envolvimento da população	0,819
			Maior envolvimento da administração pública	0,818
			Promoção da educação ambiental	0,814
			Aumento da poluição e resíduos	0,824
			Destruição da fauna e flora	0,821
			Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	0,817
			Descaracterização da paisagem devido equipamentos	0,863

Fonte: autoria própria (SPSS e Excel).

4.4.4 Impactos do Turismo

Os impactos provenientes das atividades turísticas referem-se à gama de modificações ou a sequência de eventos produzidos nas regiões recetoras, provocados por variáveis que possuem natureza, intensidade, direções e magnitude diversas, embora os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

Assim, com o crescimento do turismo vem o aumento dos impactos por ele gerados, embora possam ser reversíveis ou minimizados os efeitos, quando detetados atempadamente, ou irreversíveis quando não lhes é dada a devida atenção. (Ruschmann, 2008). A partir deste pensamento, foi realizado um questionário com escala de *Likert*, para as pessoas responderem conforme o nível de importância acerca dos impactos do turismo no território.

Primeiramente, foi questionado: Em que medida considera o turismo no Parque das Serras do Porto é importante para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo, desta questão, numa escala em que 1 representa: nada importante e 5 é extremamente importante, a média geral foi de 3,32, com desvio-padrão de 0,828, a indicar que os respondentes julgam que este turismo é importante para o desenvolvimento sustentável da região. Percentualmente, conforme o Gráfico 13 demonstra a disposição do grau de importância do turismo para o desenvolvimento sustentável da região, de acordo com a opinião dos respondentes.

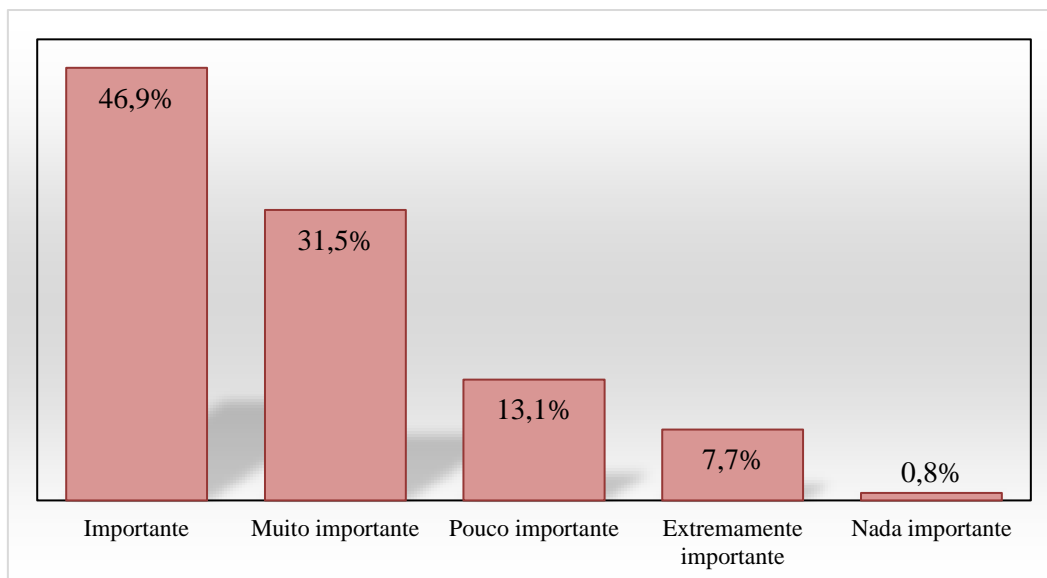


Gráfico 13: Importância do turismo para o desenvolvimento sustentável da região

Fonte: autoria própria

Nomeadamente as frequências das respostas sobre o grau de importância dos diversos impactos apontados pelos habitantes, ou seja, as médias e percentagens do somatório de todas as respostas constam no Anexo I, através da apresentação de tabelas com os respetivos conjuntos de impactos.

Relativamente aos principais impactos económicos apontados pelos respondentes, conforme representado no Gráfico 14, estão a sazonalidade turística, a construção de equipamentos e infraestruturas e a destinação de recursos públicos para repor património. Releva-se o facto apontado pelos respondentes, sobre esta sazonalidade poder ser interpretada conforme o aumento do fluxo de pessoas aos fins de semana ou todos os dias no verão ou férias.

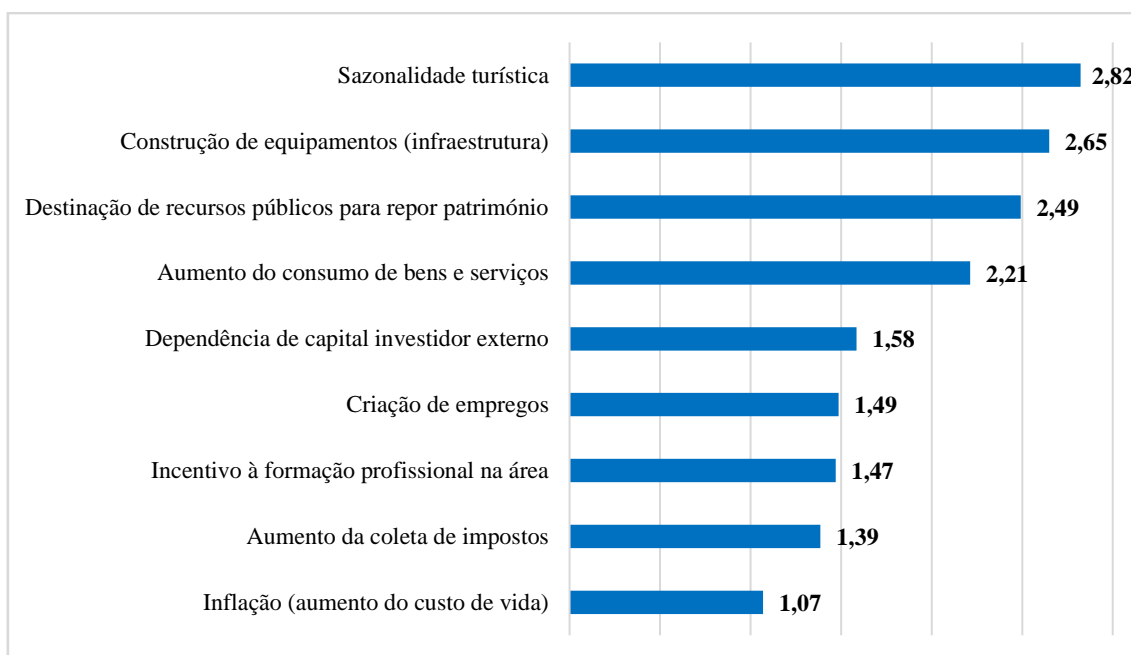


Gráfico 14: Impactos Económicos do Turismo - Habitantes

Fonte: autoria própria

Os resultados apontam que os impactos económicos são pouco importantes, apenas a média da sazonalidade turística ficou mais próxima do grau: importante. Acrescenta-se que 50,8% indicaram que a sazonalidade é importante, 31,5% é pouco importante e no contraponto, apontaram que é muito importante (15,4%). No que concerne a construção de infraestrutura, quase metade (49,2%) afirmam que é importante e 29,2% é pouco importante ao turismo. Consequentemente, as médias das regiões do Parque indicaram que o Centro (3,15) julgam importante a sazonalidade e o Norte (3,09) indicam que a construção de infraestrutura é importante para o turismo.

Igualmente os impactos de cariz sociocultural, conforme o Gráfico 15, aponta o vandalismo com maior representatividade neste campo, indicando ser importante, e em seguida, as diferenças culturais e a diminuição da qualidade vida local com níveis limítrofe ao grau de importante.

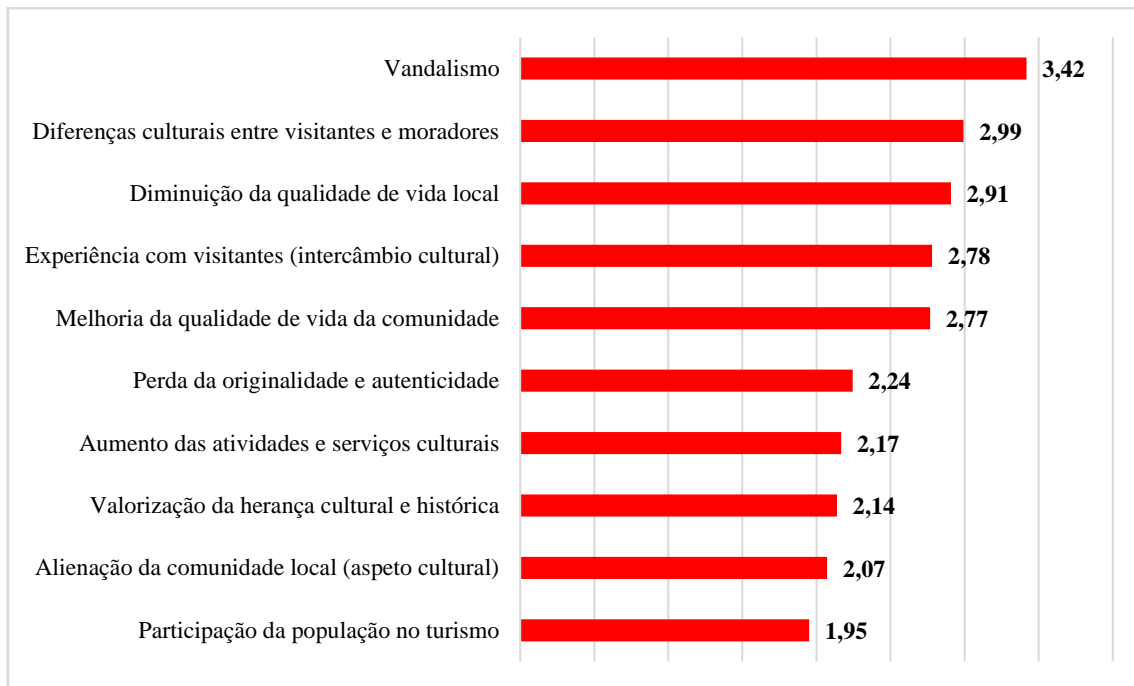


Gráfico 15: Impactos Socioculturais do Turismo - Habitantes

Fonte: autoria própria

Ressalta-se sobre o vandalismo, do qual 31,5% dos respondentes afirmaram ser um impacto importante, 28,5% indicaram como muito importante e 18,5% como extremamente importante. A trazer para o foco das regiões, os impactos tiveram maior peso na região Norte, principalmente o vandalismo com média 4,27 (muito importante), enquanto que os outros impactos, indicaram que também são importantes nesta região.

Na questão ambiental, nota-se no Gráfico 16, que a destruição da fauna e flora, recolha indevida de objetos e o aumento da poluição e resíduos são os impactos com maior nível de importância de acordo com a opinião dos respondentes.

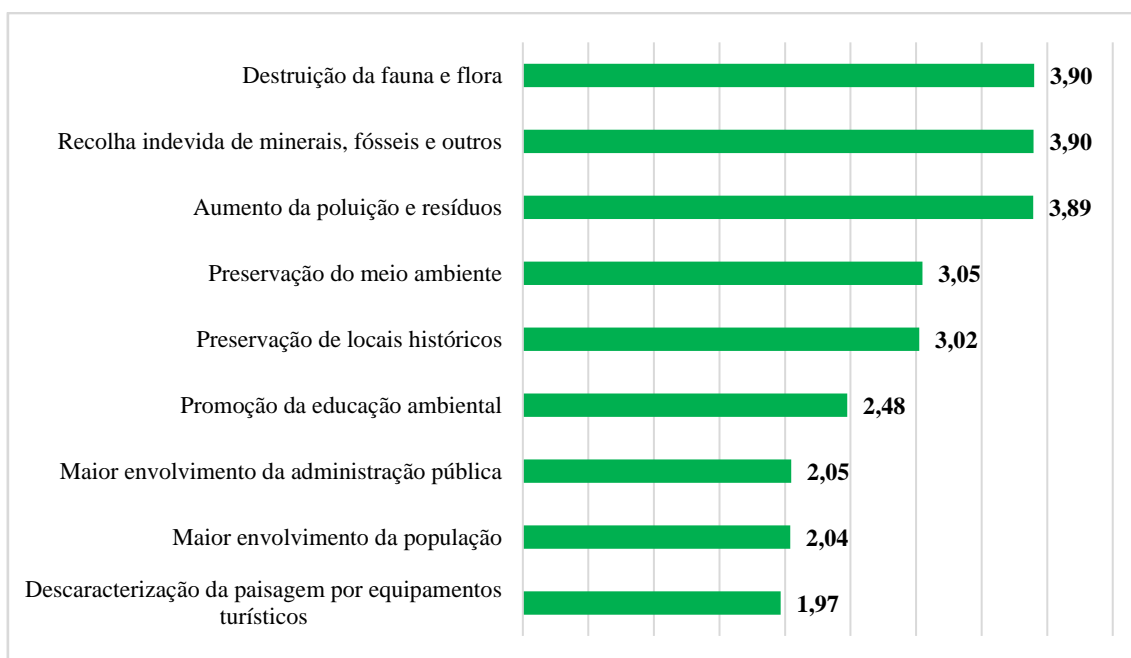


Gráfico 16: Impactos Ambientais do Turismo- Habitantes

Fonte: autoria própria

Cabe ressaltar que os três primeiros impactos, são sentidos com maior intensidade na região norte, devido as médias apresentadas que dão indicação de ser muito importante nesta zona. Destaca-se que consta, detalhadamente no Anexo J, os resultados provenientes da estatística descritiva (médias, desvio-padrão e número de casos válidos para cada tipo de impacto).

4.4.5 Papel da Administração Pública e Participação Popular

Complementarmente, aos resultados acerca dos impactos, foi questionado sobre a percepção das pessoas em relação ao papel da administração pública na gestão dos impactos do turismo, dos quais, a maioria a partir do conjunto de respostas apontaram a fiscalização e controlo do motorizados como sendo a principal função do Estado para haver uma gestão dos impactos causados pelo turismo, como pode ser observado no Gráfico 17. Em seguida, foram elencados a atuação com vistas a construção de infraestruturas (acessos) e equipamentos turísticos, o incentivo e ações de plantação de árvores e a realização de planeamento para diminuir a monocultura do eucalipto.

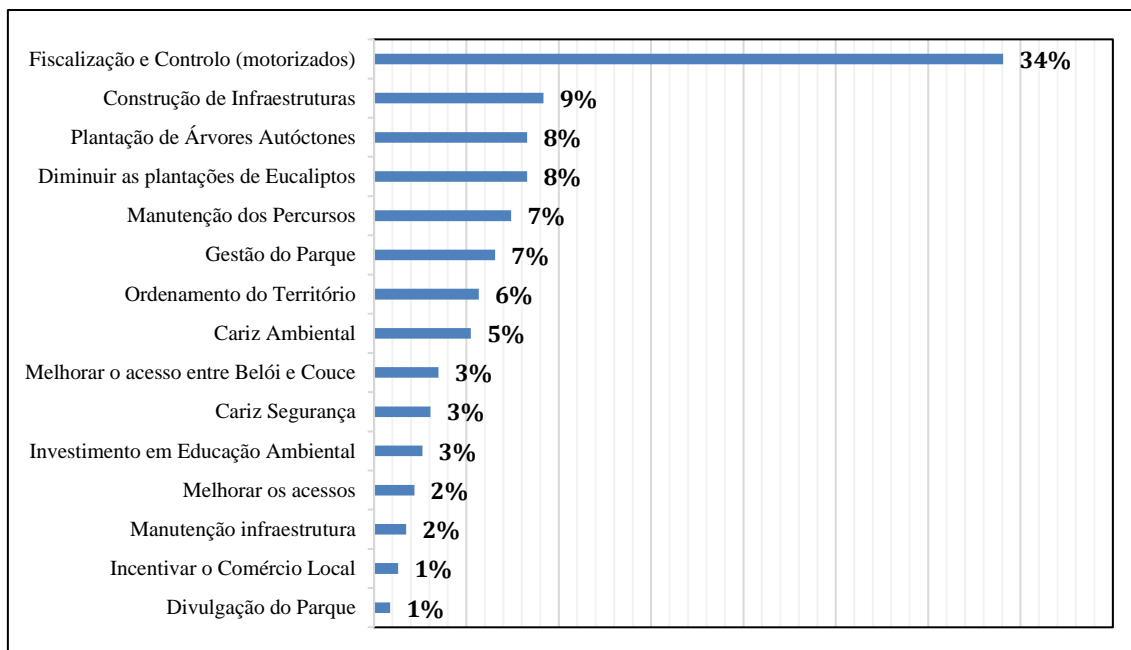


Gráfico 17: Papel da Administração Pública

Fonte: autoria própria

Paralelamente, foi questionado o papel que as pessoas possuem na melhoria dos impactos positivos e diminuição dos impactos negativos, destes 40% afirmaram que não deitam o lixo ao chão, ou utilizam algum contentor no Parque ou levam na mochila. Seguidamente, 8% das respostas apontaram que não coletam plantas ou minerais do território, 6% realizam denúncias de vandalismo, incêndio ou outras irregularidades no território e 5% afirmaram que cuidam do terreno. O restante de respostas estão no sentido de ações ambientais, respeito às regras do Parque, participação em reuniões e ações voluntárias, dar informações aos visitantes, incentivo aos amigos e familiares para passeios e outras atividades.

Dentro deste cariz, foi questionado se as pessoas realizam alguma ação conjunta ao Parque das Serras do Porto, dos quais 83% afirmaram que não, o restante (17%) declararam que realizam ações de voluntariado (plantação de árvores autóctones e controlo de invasoras), manutenção do terreno, participação em reuniões e em iniciativas nas escolas.

Outra questão feita, foi relativamente ao planeamento estratégico e controlo do território, dos quais 65% responderam que desconhecem a existência de algum plano de gestão do

Parque, em seguida, 25% afirmaram que tem conhecimento da existência do plano de Gestão do Parque, e os restantes 10% somados em conjunto, afirmaram que sabem que existe um Plano da Câmara, da Junta de Freguesia e do Turismo.

4.4.6 Condicionantes da Sustentabilidade

Designadamente à sustentabilidade, os entrevistados foram questionados se acreditam que as atividades de turismo no Parque das Serras do Porto são produtos sustentáveis, dos quais como verifica-se no Gráfico 18, a maioria afirmou que sim. Destes que responderam positivamente, a maioria estão localizados na zona norte do Parque, enquanto os que responderem negativamente estão concentrados na zona central do território.

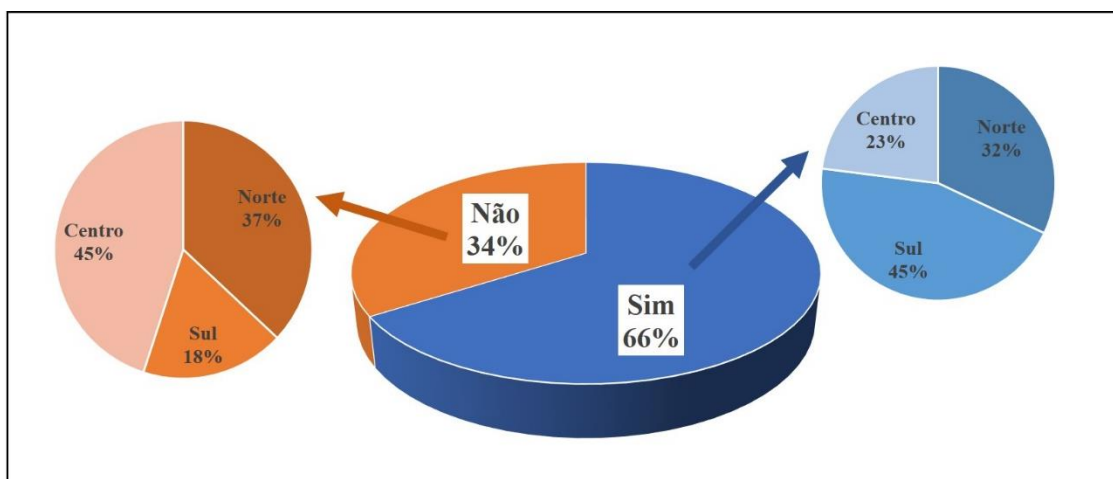


Gráfico 18: Produtos Turísticos e Sustentabilidade

Fonte: autoria própria

Complementarmente, questionou-se o motivo das respetivas respostas, dos quais os utentes apontaram ações necessárias e condicionantes à sustentabilidade que podem ser visualizadas no Gráfico 19. Assim, independentemente do julgamento quanto à sustentabilidade dos produtos turísticos, a maioria apontou a necessidade de haver um maior rigor e controlo dos motorizados (mota e *jeep*), em seguida, salientaram a questão da educação e conscientização das pessoas perante o território, no que concerne ao lixo, descaso no usufruto do Parque, desrespeito aos moradores, entre outros aspetos.

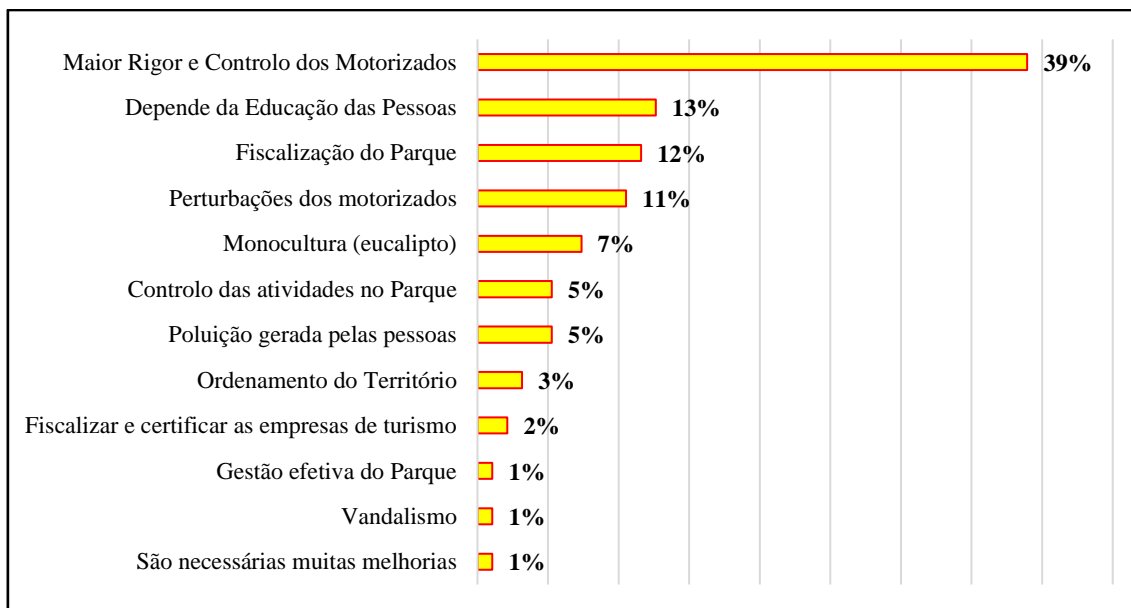


Gráfico 19: Condicionantes da sustentabilidade

Fonte: autoria própria

Outro fator está pautado na maior fiscalização do Parque em questões de controlo de entrada, no usufruto e atividades económicas existentes no território, e novamente, os motorizados entram em cena, devido as perturbações que causam (fatos relatados como: acidentes, imprudência, erosão, barulho e perturbações).

4.4.7 Dimensões dos Impactos

Com o objetivo de aferir a influência dos diferentes impactos dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto no desenvolvimento sustentável da região, foi primeiramente conduzida uma análise fatorial de componentes principais, no sentido de reduzir o número de variáveis de cada um dos tipos de impactos, económicos, ambientais e socioculturais.

Cabe definir que o teste de esfericidade de *Bartlett* faz a verificação da hipótese de que as variáveis não sejam correlacionadas na população, ou seja, basicamente assume que a matriz de correlação da população é uma matriz identidade a qual indica que o modelo fatorial é inapropriado. Essa medida avalia se a análise fatorial da amostra é adequada, sendo representada pelo índice *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) que deve ficar entre 0,5 a 1 para ser considerada aceitável (Hair Jr. *et al.*, 2005).

Destaca-se que foi realizada análise fatorial de forma conjunta, de todos os impactos elencados, do qual a rotação falhou ao convergir as iterações. Por isso, foram executadas análises fatoriais dos impactos conforme o cariz: económico, sociocultural e ambiental. Resumidamente, com a aplicação desta análise, foram encontrados num total de oito fatores que conforme apresenta a Tabela 7, por exemplo, os dois primeiros fatores representam 61,69% dos impactos de cariz económico.

Tabela 7: Fatores e variância

Variáveis independentes (Nomes dos fatores)	Itens	Variância total explicada %
Impactos Económicos Positivos	Criação de empregos; Construção de equipamentos (infraestrutura); Aumento do consumo de bens e serviços; Aumento da coleta de impostos; Incentivo à formação profissional em turismo	61,69
Impactos Económicos Negativos	Inflação (aumento do custo de vida); Dependência de capital investidor externo; Destinação de recursos públicos para repor património local	
Impactos Socioculturais Positivos	Aumento das atividades e serviços culturais; Participação da população no turismo; Valorização da herança cultural e histórica; Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	73,84
Impactos Socioculturais Negativos	Experiência com visitantes (intercâmbio cultural): Vandalismo; Diminuição da qualidade de vida local; Diferenças culturais (visitantes e moradores)	
Impactos Culturais Negativos	Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização); Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	
Impactos Ambientais Positivos	Preservação do meio ambiente; Preservação de locais históricos; Maior envolvimento da população; Maior envolvimento da administração pública; Promoção da educação ambiental	87,05
Impactos Ambientais Negativos	Aumento da poluição e resíduos; Destruição da fauna e flora; Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	
Impactos de Construção de Infraestruturas e Equipamentos Turísticos	Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos	

Fonte: autoria própria (SPSS)

Com base nos fatores alcançados para cada tipo de impacto, foi aplicada uma análise de regressão linear múltipla, tomando como variáveis independentes estas novas variáveis (fatores) e como variável dependente a influência do turismo no desenvolvimento sustentável (questão 1), conforme é apresentado na sequência

4.4.8 Influência dos Impactos no Desenvolvimento Sustentável

A análise de regressão define um conjunto vasto de técnicas estatísticas para modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma ou mais variáveis dependentes (ou de resposta) a partir de um conjunto de variáveis independentes (ou predictoras), esta análise pode ser usada para modelar a relação funcional entre duas variáveis (Maroco, 2003).

A partir dos fatores encontrados, foi efetuada uma regressão linear para descobrir a relevância que estes novos fatores possuem para avaliar os impactos do turismo no desenvolvimento sustentável. Todos estes valores estão detalhadamente no Anexo K, onde podem ser verificados as tabelas e gráficos representativos dos testes efetuados.

Tal como descrito no Anexo L e tabela 8, as variáveis independentes ou fatores/dimensões encontradas, e com base numa análise de regressão linear múltipla explicam 38,9% da importância do turismo no desenvolvimento sustentável da região (variável dependente).

Tabela 8: Resumo do Modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,623 ^a	,389	,333	,630

Fonte: autoria própria (SPSS)

Pode-se ainda concluir que os fatores Impactos Ambientais Positivos (0,339) e Impactos Culturais Negativos (-0,178) são os que contribuem significativamente para esta influência do turismo no desenvolvimento sustentável como pode ser observado na Tabela 9, os coeficientes encontrados. De notar que os impactos de cariz económico se mostraram não serem estatisticamente significativos (Sig. $\geq 0,05$), de acordo com Pereira e Patrício (2004).

Tabela 9: Coeficientes

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>Sig</i>
	B	Erro	Beta		
(Constante)	3,272	,066		49,764	<,001
Impactos Económicos Positivos	,132	,095	,169	1,393	,167
Impactos Económicos Negativos	-,035	,090	-,045	-,385	,701
Impactos Socioculturais Positivos	,023	,111	,030	,207	,837
Impactos Socioculturais Negativos	-,096	,086	-,121	-1,108	,271
Impactos Culturais Negativos	-,178	,079	-,230	-2,256	,027
Impactos Ambientais Positivos	,339	,086	,446	3,943	<,001
Impactos Ambientais Negativos	,113	,086	,148	1,324	,189
Impactos de Construção de Infraestruturas e Equipamentos Turísticos	,016	,083	,021	,192	,848

Fonte: autoria própria (SPSS)

4.4.9 Diferenças de Médias

O intitulado Teste T serve para testar se as médias de duas populações são ou não significativamente diferentes, esta verificação é um instrumento paramétrico, ou seja, está pautado na média e na comparação entre duas condições, ou seja, este é utilizado para testar diferenças entre duas situações para uma variável. Consequentemente, na execução do Teste T surge outro índice, resultante do Teste de Levene, que realiza um teste de hipóteses paramétrico comparativo de k médias populacionais a partir de k amostras representativas, na verificação se as variâncias populacionais são homogêneas, assim se o resultado é inferior a 0,05, conclui-se que as variâncias diferem nos grupos, ao contrário, quando o resultado for acima de 0,05, indica que não existem diferenças dos grupos perante o atributo analisado (Maroco, 2003).

Neste caso, foi realizado um teste T, entre as questões do questionário envolvidas da importância dos impactos do turismo e o género dos respondentes, assim, por exemplo, para a questão principal sobre o grau de importância do turismo no Parque no

desenvolvimento sustentável das regiões, o resultado foi um Sig = 0,440, a indicar que não há diferenças significativa na média entre homens (3,37) e mulheres (3,27). Facto presente em todas as outras questões, conforme pode-se verificar no Anexo M, que o Teste de Levene indica que as médias são homogéneas e as diferenças entre médias, vem corroborar com estes índices. Apenas no aumento da coleta de impostos (0,016) e o aumento de atividades culturais (0,020) não são médias homogéneas.

No caso das entidades e empresas, verifica-se no Anexo N, que Sig = 0,294 está a indicar que não existe diferença entre estas com relação à importância do turismo no desenvolvimento sustentável da região por ser $< 0,05$. Somente nos casos de perda da originalidade (0,035), destinação de recursos públicos para repor património (0,024), participação da população (0,025) e valorização cultural (0,025), apresentam diferenças entre as médias.

Similarmente, o teste paramétrico ANOVA é usado para comparar mais de três condições ou grupos para verificar se há muita variância e também, o quão provável as diferenças encontradas entre as condições em comparação são decorrentes do erro amostral. Embora, o teste ANOVA diferencia-se do teste T, pois é utilizado para testar diferenças entre diversas situações e para duas ou mais variáveis (Pereira, 2004). Por sua vez, esta análise de variância, diferencia-se por ser uma ferramenta para comparar vários grupos conjuntamente nas mesmas condições para ambos (Maroco, 2003).

Perante o exposto, inicia-se as análises com o Teste ANOVA, para comparação entre as médias da importância do turismo no Parque e os vários itens no perfil dos respondentes, como: idade, localidade, ocupação, frequência no território, tipo de ligação e quanto tempo tem esta ligação com o território. No comparativo de médias, entre as idades, tempo e frequência, obteve-se os valores de significância de 0,146; 0,143 e 0,281, respetivamente, sendo os resultados $p > 0,05$, o que indica que não há diferença entre as médias destes grupos.

No que concerne a ocupação das pessoas, há diferença de médias ($p < 0,005$) com significância em 0,021, fato que possibilitou realizar um Teste T, entre estes que

apontaram médias, como: trabalhadores por conta própria (3,57); trabalhadores por conta de outrem (3,27) e reformados (3,12). Relativamente ao tipo de ligação, o nível de significância indicou diferença nas médias (0,016), com Estatística de Levene em 0,058, ou seja, as médias são homogéneas. Os resultados indicaram uma diferença de médias entre os moradores (3,05) e dos que utilizam com fins de turismo e recreio (3,53), assim, foi feito um Teste T do qual indicou uma diferença média significativa, tendo disparidade de 0,487 entre as médias. Assim, nota-se que os utilizadores do Parque com fins de turismo e recreio indicam uma maior importância aos impactos do turismo.

Na questão da localidade dos respondentes, os valores de significância de Levene e ANOVA indicaram ser $< 0,001$, ou seja, existem diferenças entre as médias e não são homogéneas, como verifica-se no Anexo O. A partir deste ponto, feita a comparação múltipla de médias com teste *post-hoc Tukey* para verificar os pontos de diferenças nas médias. Pois, conforme Maroco (2003), o teste de *Tukey* é considerado um dos mais robustos a desvios à normalidade e homogeneidade das variâncias, para verificação e comparação múltiplas de médias.

Consequentemente, este indicou as diferenças de médias entre Belói e as localidades de Campo e Sobrado, Senande e Valongo, para isso foi feito uma análise entre as duplas de localidade, das quais obteve-se os resultados conforme consta na Tabela 10. Assim, a média de Belói indica que os respondentes consideram muito importante os impactos do turismo no desenvolvimento sustentável da região. No caso de Valongo, a média indica como importante e analogamente, Senande e Campo e Sobrado apresentaram uma média que indica com pouca importância.

Tabela 10: Diferenças de Médias entre localidades

Localidade	N	Média	Desvio-Padrão	Diferença de Médias entre Belói
Belói	9	4,44	0,726	-
Valongo	22	3,14	0,889	1,308
Senande	6	2,67	0,516	1,778
Campo e Sobrado	9	2,33	0,500	2,111

Fonte: autoria própria (SPSS)

Desta forma, com o intuito de aprofundar a análise dos dados, foi realizado o teste paramétrico ANOVA a partir dos impactos do turismo e a localidade dos habitantes, dos quais obteve-se os resultados completos que constam no Anexo P e indicam que existem diferenças estatisticamente significativas. Destaca-se que o SPSS indicou a impossibilidade de realizar o teste *post hoc Tukey* na maior parte dos impactos devido a existência de grupos com menos de dois casos. A partir disso, foram aglutinadas as localidades através de região geográfica do Parque, em: Norte (Couce, Belói, Campo e Sobrado, São Pedro da Cova e Valongo); Centro (Aguiar de Sousa, Bustelo, Covelo e Foz do Sousa, Fânzeres, Gondomar, Paredes, Recarei, Senande, Valbom e Jovim) e Sul (Alvres, Brandiã, Branzelo, Medas e Melres, Santa Comba, Sarnada e Sobreira) para facilitar a perceção quanto aos impactos com maior importância conforme a localização da zona do Parque.

Por meio do *post hoc Tukey* verificou-se que há diferenças estatisticamente significativas entre as regiões, como maneira de melhor visualizar estas situações o Anexo Q, traz uma tabela de comparação entre regiões consoante as diferenças das médias. Aliado aos testes anteriores, verificam-se os índices de descritivas e nota-se que as médias dos impactos económicos, da região norte tem a construção de infraestruturas, dependência de capital externo e destinação de recursos públicos para repor património local com valores mais elevados em comparação à região sul.

Nesta vertente, os impactos socioculturais e ambientais também apresentaram um maior peso na região norte em comparação à região sul, tendo apenas no caso de vandalismo, aumento da poluição, destruição da fauna e flora, e recolha indevida de plantas e minerais, também diferenças com a região centro. Enquanto que, apenas no caso da construção de infraestruturas há diferenças de médias entre as regiões centro e sul.

Relativamente, ao teste ANOVA aplicado às respostas das entidades e empresas sobre os impactos do turismo, assinalou que não existem diferenças estatisticamente significativas, conforme consta no Anexo R.

4.5 Comparação de resultados entre entidades e habitantes

Após a apresentação dos resultados de ambas as bases de dados, será realizada a comparação entre as perspetivas de entidades e empresas e outros *stakeholders* do território, assim, o Gráfico 20, possibilita verificar que a construção de equipamentos e infraestrutura têm um peso de importância maior às entidades consoante à opinião dos habitantes, assim como, o aumento de bens e consumo e a criação de empregos. Único impacto do qual as opiniões estão mais aproximadas é com relação à sazonalidade turística, como ora explanado, existem os casos de haver maior fluxo de pessoas durante os fins de semana e período de verão ou férias.

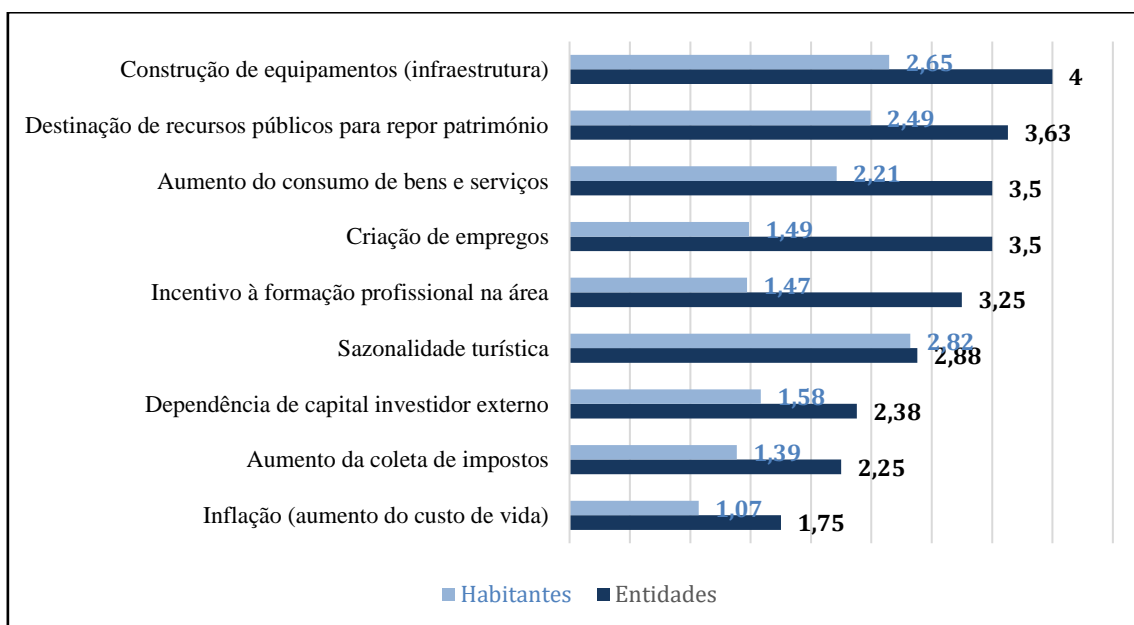


Gráfico 20: Impactos Económicos: comparação entre Entidades e Habitantes

Fonte: autoria própria

No caso dos impactos socioculturais, as entidades apontam a experiência com visitantes tem maior peso de importância, seguidamente, o aumento das atividades e serviços culturais, conforme o Gráfico 21 apresenta. Ainda, com uma média a indicar uma possível tendência de importante para muito importante (3,88), os impactos relativos à valorização da herança cultural e histórica, participação da população no turismo e melhoria da qualidade de vida da comunidade. No caso dos habitantes, indicaram o vandalismo como maior impacto neste conjunto, embora as entidades também apontaram um grau de importante para esta componente sociocultural.

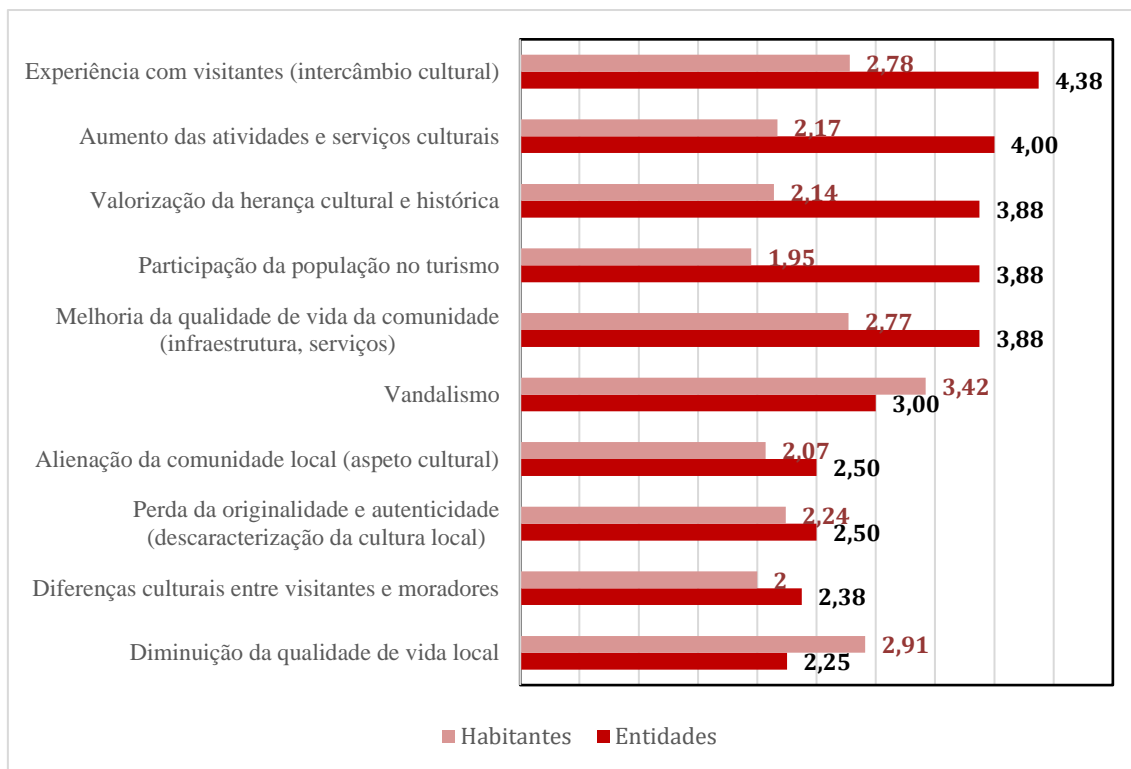


Gráfico 21: Impactos Socioculturais: comparação entre Entidades e Habitantes

Fonte: autoria própria

Nomeadamente, aos impactos ambientais das atividades turísticas pode-se consultar no Gráfico 22, onde os habitantes indicaram que a destruição da fauna e flora, a prática de recolher indevidamente plantas, minerais, fósseis e etc. e o aumento da poluição possuem maior importância nesta área. Enquanto no prisma das entidades e empresas, a promoção da educação ambiental, a preservação de locais históricos e do meio ambiente tem maior importância. Comparativamente, ao envolvimento e as participações da população e da administração pública são vistas de maneira diferente, pois as entidades julgam esta participação com um peso maior que os habitantes.

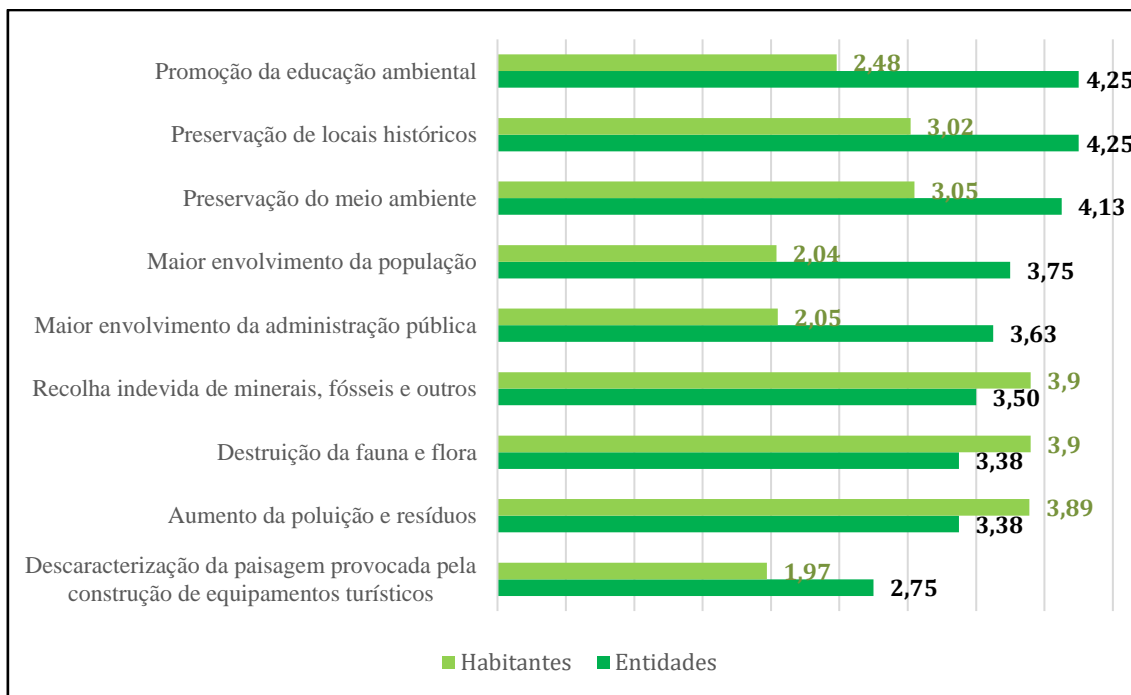


Gráfico 22: Impactos Ambientais: comparação entre Entidades e Habitantes

Fonte: autoria própria

Conjuntamente aos dados obtidos nas entrevistas com as entidades e empresas, nos questionários com os demais *stakeholders* do Parque e também, com a pesquisa documental, formulou-se um breve retrato sobre os diversos impactos dos produtos turísticos no Parque das Serras do Porto tem no desenvolvimento sustentável das regiões abrangidas sob a ótica destas pessoas, conforme consta no Anexo S.

4.6 Conclusão

Neste capítulo foram apresentados e analisados os dados recolhidos entre as entidades, empresas e associações que realizam atividades no Parque das Serras do Porto, assim como, dos habitantes, comerciantes e demais *stakeholders* do território.

No próximo capítulo é feita a conclusão do trabalho, com a apresentação dos objetivos alcançados, importância dos impactos no território, conjuntamente às recomendações à gestão, limitações do estudo e propostas para pesquisas futuras.

Capítulo V. Conclusão

A literatura apresenta abordagens acerca do turismo e desenvolvimento sustentável, devido a evolução das sociedades, acordos internacionais e legislações concernentes ao meio ambiente e social, além da constante preocupação com o futuro das próximas gerações. Conforme as bibliografias consultadas, nota-se que a exploração de produtos turísticos, vem sendo aliada ao desenvolvimento sustentável dos destinos, embora, ainda seja um campo do conhecimento recente, existe a necessidade de estruturar um planeamento destes territórios

Relativamente ao turismo, de acordo com os responsáveis pela gestão do Parque e outras entidades, ainda não existe um turismo totalmente estruturado, sendo caracterizado como um turismo doméstico ou usufruto dos habitantes, embora já exista um determinado fluxo de turistas estrangeiros ou de outras localidades de Portugal (turismo de aventura, de natureza e científico). Embora esta condição não limitou a concretização do objetivo de caracterizar as atrações, potencialidades e produtos turísticos através de fontes oficiais e depoimentos das pessoas que usufruem do território.

Por sua vez, a caracterização das potencialidades, os obstáculos e os principais desafios do desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo foram elencados no capítulo de apresentação dos dados. Nesse ínterim, foi aferida a sustentabilidade dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto, segundo a opinião dos respondentes indicaram que sim. Dentro deste extrato, ambos destacaram, a necessidade premente de haver maior rigor, controlo e fiscalização dos motorizados, devido aos estragos causados pela imprudência e desenvolvimento destas atividades.

Relativamente a importância dos impactos dos produtos turísticos do Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo pode-se concluir que os habitantes, comerciantes e demais *stakeholders* consideram importante, enquanto que as entidades e empresas, já possuem uma visão que estes impactos são muito importantes. Detalhadamente, apurou-se que os impactos culturais negativos e ambientais positivos explicam 38,9% a importância dos produtos

turísticos no Parque das Serras do Porto tem no desenvolvimento sustentável. A componente cultural negativa abarca aspetos como a perda da originalidade local e a alienação cultural da comunidade perante o fenómeno do turismo. Assim como, os fatores que compõem a componente ambiental positivo, estão pautados na preservação do meio ambiente e locais históricos, promoção da educação ambiental e maior envolvimento da população e administração pública.

Comparativamente as opiniões dos representantes das empresas e entidades com os habitantes e demais *stakeholders* do território, verifica-se algumas diferenças de visões quanto aos diversos impactos. Nomeadamente aos ambientais, as entidades trazem uma maior importância para impactos positivos, dos quais a promoção da educação ambiental, preservação de locais histórico e do meio ambiente possuem maior peso. No caso dos habitantes, estes vivenciam com mais intensidade a destruição da fauna e flora, recolha indevida de minerais, fósseis, plantas e aumento da poluição (ar, sonora, lixo), sendo de carácter negativo. No que tange, aos impactos socioculturais, as entidades destacam a importância da experiência com os visitantes e o aumento das atividades e serviços culturais, em contraponto, os habitantes afirmam que o vandalismo e a diminuição da qualidade de vida local têm maior importância. Transversalmente, concordam que o impacto da construção de infraestrutura para o turismo é importante para a região, a nível económico, as entidades afirmaram a importância da destinação de recursos para repor património local, já os habitantes, afirmaram que a sazonalidade é importante, sendo aos fins de semana ou período de verão.

Toma-se de empréstimo as palavras de Ruschman (2001), quando afirma que o turismo sustentável procura adequar os interesses dos *habitats* e habitantes, turistas e prestadores de serviços, com o intuito de minimizar as tensões e buscar o equilíbrio entre o crescimento económico e as necessidades de preservação da natureza. Afinal, o futuro e a sustentabilidade dependem da qualidade dos produtos oferecidos, pela promoção dos valores locais (culturais, históricos), da manutenção da autenticidade local e principalmente, pela proteção ambiental.

Neste contexto, como forma de recomendações à gestão, aponta-se para a importância premente de um efetivo ordenamento do território e controlo rigoroso das atividades de

desportos motorizados. Para isso, definir áreas próprias para desenvolverem este tipo de atividades e isolar as outras com maior interesse natural, permitindo apenas o desenvolvimento de percursos pedestres. Dentro deste enfoque, organizar um processo de certificação às empresas e entidades que desenvolvem atividades turísticas no Parque e procurar formas que estas possam colmatar os impactos que causam, através de participação em iniciativas de plantação de árvores, limpeza das serras, controlo de invasoras, etc. Em simultâneo, é preciso efetivar a rede de prestadores de serviços no Parque com ações voltadas para o trabalho conjunto e dispor de comunicação direta.

Outra recomendação está na constante manutenção dos percursos, por ser uma das principais possibilidades que os turistas possuem para desfrutarem dos recursos naturais do Parque. Uma ferramenta útil e mais económica, por dispensar a constante presença de funcionários em terreno, é a existência de um canal de comunicação entre os visitantes e à Associação ou Administração Pública, dos quais podem relatar e indicar alguma ocorrência no local, sendo itens de manutenção, vandalismo, poluição, entre outros aspetos. Sabe-se que o município de Valongo possui uma aplicação de telemóvel, a proposta está pautada na utilização desta ferramenta já existente para incluir este canal de comunicação. Relativamente, ao controlo de visitantes, segundo a Associação do Parque já existem três contadores em pontos estratégicos para uma futura análise de sazonalidades e fluxo de visitantes, embora esta alternativa é dispendiosa pelo custo agregado. Então, como outra forma de controlo sugere-se a fixação de *QR Code* nas placas no início dos percursos para que as pessoas além do atual acesso aos mapas no telemóvel, complemente-se com um sistema de indicações da presença de visitantes.

Genericamente, o território é privado, assim aponta-se para a efetivação de um futuro estudo e plano de viabilidade económica aos proprietários dos terrenos para fomentar a substituição da exploração de eucalipto ou diminuição, com outras formas de retorno financeiro, por exemplo, a valorização de áreas com apiários (desenvolver um futuro produto: “Mel Serras do Porto”), ou construção de alojamento local e restauração (aproveitar as casas em ruínas para reconverter). Sabe-se que estas propostas dependem de incentivo financeiro aos interessados e efetivo apoio dos setores público e privado, através do desenvolvimento de planeamento estratégico voltado para esta reconversão florestal e panorama geral da área.

Salienta-se, que a avaliação dos impactos do turismo no desenvolvimento sustentável de um determinado território, é um campo de investigação promissor, pois pode contribuir na otimização da competitividade destes destinos. Além de disponibilizar informações para melhorias no território e à população, com a priorização dos investimentos em infraestruturas e solucionar problemas existentes. Por isso, acredita-se que este estudo trouxe um contributo para avaliar o quanto os impactos do turismo no Parque das Serras do Porto influenciam no desenvolvimento sustentável da região, dentro de uma análise documental e de gestão (documentos, planos de gestão, obras, etc.), assim como, na perspetiva dos agentes que oferecem atividades turísticas, entidade gestora e dos demais *stakeholders* do território.

Em termos de limitações, pode referir-se o grau de generalização dos resultados alcançados, devido à dimensão e tipo de amostras utilizadas. Neste sentido, sugere-se a replicação do estudo junto de uma amostra de maior dimensão e com maior representabilidade em relação à população, nomeadamente no que diz respeito à recolha de dados em diferentes dias da semana e horários.

A realização deste trabalho abre pistas para investigações futuras que poderão trazer outras variáveis de relevante conhecimento ou continuar o presente estudo, através da aferição destes mesmos impactos identificados e verificar o alcance atual, numa análise na linha do tempo. Inclusive, a ideia essencial da pesquisa pode suscitar novas análises nos âmbitos sociocultural, educacional e ambiental, mediante a visão das demais organizações e empresas que têm parceria com a Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, no caso das escolas, organizações não governamentais, empresas, entre outras instituições.

Futuramente, outra vertente que pode ser explorada em estudos futuros, está numa análise aprofundada das potencialidades das outras aldeias presentes no Parque das Serras do Porto. Assim como, um estudo de viabilidade económica e financeira em alojamentos, restauração, atrativos locais e estrutura turística em Santa Comba e Santa Marta em Alvre, por exemplo.

Remata-se de maneira conjunta, os impactos do turismo, a sustentabilidade e o Parque das Serras do Porto são temas longe de estarem esgotados, na certeza que o estudo proposto representa uma mais valia para conhecimento do território, para despertar à premente necessidade de mudanças e servir de alerta sobre a importância cultural, histórica, ambiental, económica e social destes 6.000 hectares repletos de potencialidades e recursos naturais, que precisam receber um tratamento adequado para finalmente, ser sustentável.

Bibliografia

Adornato, F. (2006) *Sviluppo integrato e risorse del territorio: un caso de studio nel Piceno*. Milano: Editora FrancoAngeli.

Alho, J. M. (2011). O homem, a educação e a natureza no percurso da sustentabilidade. In: Fernandes, Eduardo de Oliveira *et all*. *Partilhar o futuro*. Lisboa: Editora Esfera do Caos, pp. 147-151.

Alvarenga, A. E. M. de. (2012) *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa*. 2. ed. Assunção: Editora Sab.

Alvares, D. F.; Dalonso, Y. da S. e Lourenço, J. M. B. B. (2019). Modelos de avaliação de destinos turísticos: concepção e aplicabilidade. *Revista Turismo em Análise - RTA*. 30i1. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/63229/1/3067-Modelos%20de%20Avaliacao%20Destinos%20Turisticos.pdf>> [Consultado em: 07/12/2022].

AMP - Área Metropolitana do Porto. (2023). *Serras do Porto*. Disponível em: <<http://portal.amp.pt/pt/3/projectos20/225>> [Consultado em: 12/02/2023].

Andrade, J. V. de. (1999). *Turismo: fundamentos e dimensões*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas.

Associação de Municípios Parque das Serras do Porto. (2021). *Associação de Municípios Parque das Serras do Porto - 5 anos*. 1. ed. Porto: Edição Empresa Diário do Porto.

Atlante - Melhorar as Cidades Atlânticas Património Mundial da UNESCO. (2005) *Desenvolvimento Turístico Sustentável em Cidades Históricas*. Concelhos de Santiago de Compostela e de Lugo: Editora Sanpar.

Aviso nº 2682/2017 de 15 de março. *Diário da República nº 53/2017- Série II - Parte H: Autarquias locais* - pp. 4696 - 4699. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/2682-2017-106608721>>. [Consultado em: 09/02/2023].

Baptista, M. (2003). *Turismo: gestão estratégica*. Lisboa: Editora Verbo.

Barretto, M. (2014). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Editora Papirus.

Beni, M. C. (2012). *Turismo: planeamento estratégico e capacidade de gestão*. Barueri: Editora Manole.

Beni, M. C. (2019). *Análise estrutural do Turismo*. 14. ed. São Paulo: Editora Senac.

Biodiversidade by *The Navigator Company*. (2023). *Salamandra-Lusitânica*. Disponível em: <<https://biodiversidade.com.pt/biogaleria/salamandra-lusitanica/>>. [Consultado em: 15/02/2023].

Bland, M. J. e Altman, D. G. (1997). *Cronbach's alpha*. *British Medical Journal* 314(7080). Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2126061/pdf/9055718.pdf>> [Consultado em: 14/05/2023].

Boiteux, B. e Werner, M. (2002). *Promoção, entretenimento e planejamento turístico*. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph.

Cabugueira, A. (2005). A importância económica do turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, II(4), 97-104. Disponível em: <<https://doi.org/10.34624/rtd.v0i4.13885>>. [Consultado em: 03/12/2022].

Carvalho, A. de S. (2016). *Refletindo e empregando a sabedoria dos ditos populares*. Timburi: Editora Cia do Book.

Chon, K. e Sparrowe, R. T. (2014) *Hospitalidade: conceitos e aplicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac RJ.

Ciribelli, M. C. (2003). *Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras.

Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. 2. ed. Coimbra: Editora Almedina.

Cunha, L. (2013). *Economia e política do turismo*. 3. ed. Lisboa: Editora Lidel.

Dalonso, Y. da S. (2015). *Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento turístico das cidades de Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia)*. (Dissertação de Mestrado - Universidade do Minho). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38439/1/TESE_Yona_da_Silva_Dalonso_18_marco_2015.pdf> [Consultado em: 07/12/2022].

Decreto-Lei nº 19/1993 de 26 de agosto. *Diário da República nº 197/1995- Série I - A: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais - pp. 5394 - 5395*. Disponível em: <https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_019_93.htm>. [Consultado em: 14/02/2023].

Decreto-Lei nº 218/1995 de 15 de outubro. *Diário da República nº 202/2015- Série I - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - pp. 8981 - 9000*. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/218-432458>>. [Consultado em: 19/02/2023].

Decreto-Lei nº 242/2015 de 15 de outubro. *Diário da República nº 202/2015- Série I - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - pp. 8981 - 9000*. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/242-2015-70693924>>. [Consultado em: 14/02/2023].

Dias, R. (2003). *Planejamento do Turismo: políticas e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas.

Escamilla, Y. M. (2020). *Objetivos de Desarrollo Sostenible. Agenda 2030*. Espanha: Editora E-Learning S. L.

Espaço Terra e Câmara Municipal de Valongo. (2019). *Serras de Valongo: tanto por descobrir! O que anos de investigação nos desvendaram sobre as Serras de Santa Justa e Pias*. Valongo: Edição Espaço Terra.esaspada, Rita Rodrigues Raposo Cacito. (2011) *Alqueva: Roteiro para um destino turístico sustentável*. (Dissertação de Mestrado - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril). Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2427>> [Consultado em: 20/10/2022].

Essex, S, e Hobson, K. (2001). Sustainable Tourism: a view from accommodation. *Businesses Journal* 21(4) Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260244099_Sustainable_Tourism_A_View_from_Accommodation_Businesses>. [Consultado em: 22/12/2022].

Fanha, R. da S. (2014). *Inventariação de recursos de Património Natural: Médio Tejo e Lezíria de Tejo*. (Dissertação de Mestrado - Universidade de Aveiro). Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/15102/1/Inventaria%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos%20de%20Patrim%C3%B3nio%20Natural.pdf>> [Consultado em: 08/12/2022].

Fernandes, J. L. J. (2007). Território, cultura e diversidade da oferta turística na Europa. *Cadernos de Geografia*. (26-27) Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo26_27/artigo05>. [Consultado em: 03/12/2022].

Ferreira, A. D. e Lopes, M. (2003). A gestão ambiental e a certificação no Ecoturismo: uma abordagem conceptual. In: Simões, Orlando e Cristóvão, Artur. (orgs.). *TERN - Turismo em espaços rurais e naturais*. Coimbra: Edições Instituto Politécnico de Coimbra.

Firmino, M. B. (2007) *Turismo: organização e gestão*. Lisboa: Editora Escalar.

Flores, J. C. M. (2006). *Turismo y sostenibilidad en espacios naturales protegidos: la Carta Europea del Turismo Sostenible en la Zona Volcánica de la Garrotxa y el Plan de Desarrollo Sostenible en Cabo de Gata-Níjar*. (Dissertação de Mestrado - Universitat de Girona). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10803/7913>> [Consultado em: 08/12/2022].

Futi, X. A. da S. e Bumba, F. (2021) *Metodologia de elaboração de trabalhos científicos: uma abordagem de acordo com as normas APA e ABNT*. Curitiba: Editora CRV.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas.

Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B. e McIntosh, R. W. (2000). *Tourismo: principles, practices, philosophies*. 8. ed. New York: Editora John Wiley & Sons, Inc.

Gouveia, J. C. da G. (2021). *Turismo de Natureza e Desenvolvimento Sustentável: o caso do Parque Natural da Madeira*. (Dissertação de Mestrado - Universidade da Madeira). Disponível em: <<https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/4056>> [Consultado em: 20/10/2022].

Hall, C. M. (2000). *Tourism planning: policies, processes and relationships*. Harlow: Editora Prentice Pearson.

Gandra, V. e Mourinho, J. (2014). Projeto Espeleológico do Alto Relevo - Clube de Montanhismo na proteção, valorização e interpretação do património mineiro romando. *In: 1ª Conferência Mineração Romana em Valongo*. Valongo, 7 e 8/nov. Câmara Municipal de Valongo.

Guillaumon J. R. Poli, E.; Singy, J. M. (2003). Análise das trilhas de interpretação. *In: Rejowski, Mirian e Costa, Benny Kramer. Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Editora Atlas.

Hair Jr., J.; Anderson, R.; Tatham, R. e Black, W. (2005). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Editora Bookman.

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2023). *PP Regional Parque das Serras do Porto*. Disponível em: <<https://www.icnf.pt/conservacao/paisagensprotegidas/ppregionalparquedasserrasdopor to>> [Consultado em: 22/05/2023].

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2022) *Turismo de Natureza*. Disponível em: <<https://www.icnf.pt/turismodenatureza>> [Consultado em: 14/11/2022].

Ignara, L. R. (2013) *Fundamentos do Turismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac - RJ.

INE - Instituto Nacional de Estatísticas. (2022) *Perguntas frequentes: Qual a diferença entre visitante, excursionista e turista?* Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=242238463&FAQSmodo=1&xlang=pt> [Consultado em: 27/11/2022].

Joaquim, V. M. N. (2012). *A Estatística Descritiva: como instrumento de decisão*. Lisboa: Editora Chambel Press.

Lickorish, L. J. e Jenkins, C. L. (2000). *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Loiola, E. (1999). Panorama econômico da APA Litoral Norte. *Revista Bahia, análise e dados*, XI(1-4). Salvador [s.n.].

Marconi, M. de A. e Lakatos, E. M. (1990). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.

Mariani, M. A. e Gonçalves, H. C. (2001). Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no Pantanal Sul-Matogrossense (MS, Brasil). *In: Lemos, Amália Ines G. de. (org.). Turismo: impactos socioambientais*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, pp. 79-84.

Maroco, J. (2003). *Análise estatística: com utilização do SPSS*. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo.

- Martins, E. (2016). *Lendas de Portugal de norte a sul*. Paris: Editora BoD - Books on Demand.
- Martins, G. de A. (2006). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
- Matias, A. (2007). *Economia de turismo: teoria e prática*. Lisboa: Editora Instituto Piaget.
- Mendonça, R. (2001). Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?. In: Lemos, Amália Ines G. de. (org.). *Turismo: impactos socioambientais*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, pp. 19-24.
- Mesquita, F. (2014). *Comunicação visual, design e publicidade*. Lisboa: Editora Media XXI.
- Murphy, K. e Davidshofer, C. (1988). *Psychological testing: Principles and applications*. Englewood Cliffs, New Jersey: Editora Prentice Hall.
- Novás, N. C. (2006). *Promoción y venta de servicios turísticos, comercialización de servicios turísticos*. Vigo: Editora Ideaspropias.
- Oliveira, E. R. de e Ferreira, P. (2014) *Métodos de Investigação: da interrogação à descoberta científica*. Porto: Editora Vida Económica.
- Oliveira, P. E. de. (2018) *Metodologia da pesquisa ao alcance de todos*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris.
- OMT - Organização Mundial de Turismo. (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Editora Roca.
- Panosso Neto, A. (2013). *O que é turismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Partidário, M. R. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável. In: Simões, Orlando e Cristóvão, Artur. (orgs.). *TERN – Turismo em espaços rurais e naturais*. Coimbra: Edições Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 115-126.
- Pereira, A. e Patrício, T. (2004). *SPSS: Guia prático de utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. 5. ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pizam, A. (1994). Planning a tourism research investigation. In: Ritchie, J. e Goledner, C. *Travel Tourism and Hospitality Research: a Handbook for Managers and Researchers*. 2. ed. New York: John Wiley & Sons.
- Portugal. República Portuguesa - XXIII Governo. (2022). *Turismo em Portugal com novo recorde*. Notícias: 02/09/2022. Disponível em: <<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=turismo-em-portugal-com-novo-recorde>> [Consultado em: 03/12/2022].

Prodanov, C. C. e Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale.

Quevedo, M. (2007). *Turismo na era do conhecimento*. Florianópolis: Editora Pandion.

Rabahy, W. (2003). *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Barueri: Editora Manole.

Ramos, D. M. e Costa, C. M. (2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP - Macapá*. 10(1 - jan./jun.). Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/2843/dinav10n1.pdf>> [Consultado em: 03/12/2022].

Ribeiro, M. (2001). Turismo rural em Portugal: dos seus protagonistas principais e da sua configuração. In: Almeida, Joaquim Anécio; Froehlich, José Marcos e Riedl, Mário. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora Papirus.

Rodrigues, A. F. da C. (2018). *Turismo de Natureza na Serra de Lousã*. (Dissertação de Mestrado - Universidade de Coimbra). Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/82685>> [Consultado em: 20/10/2022].

Rodrigues, A. M. (1996). A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: Yázigí, Eduardo; Carlos, Ana Fani A. e Cruz, Rita de Cássia A. (1996). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, pp. 55-62.

Rodrigues, A. M. (2000). Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: Serrano, Célia; Bruhns, Heloisa Turini e Luchiari, Maria Tereza D. P. (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o Turismo*. Campinas: Editora Papirus, pp. 171-188.

Ruschmann, D. V. de M. (2002). Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: Rodrigues, Adyr Balastreri. *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Editora Hucitec, pp. 49-54

Ruschmann, D. V. de M. (2008). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Editora Papirus.

Sachs, J. D. (2015). *A era do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Editora Conjuntura Actual.

Sant'Anna, D. G., Oliveira, M. T. C. S. de e Berenstein, S. G. (2001). *Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da Costa do Descobrimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo.

Santos, L. D. e Terrasêca, R. (1998). *O sector do Turismo no norte de Portugal*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Santos, V. dos e Candeloro, R. J. (2006). *Trabalhos académicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas*. Porto Alegre: Editora AGE.

Schmidt, L.; Nave, J. G. e Guerra, J. (2005). *Autarquias e desenvolvimento sustentável: Agenda 21 local e novas estratégias ambientais*. Porto: Editora Fronteira do Caos.

Serras do Porto. (2016). *Escritura da Associação do Parque das Serras do Porto*. Disponível em: <<http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2019/07/Escritura-Associacao-Parque-Serras-Porto.pdf>>. [Consultado em: 09/02/2023].

Serras do Porto. (2017). *Parque das Serras do Porto: uma visão comum, uma estratégia comum, uma ação comum*. Disponível em: <http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2018/01/livro_serras-porto_junho2017.pdf>. [Consultado em: 09/02/2023].

Serras do Porto. (2018a). *História do Parque das Serras do Porto*. Disponível em: <<http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2018/02/CAP7-Historia-do-PSeP-PSeP-Estudios-Previos-Fev-2018.pdf>>. [Consultado em: 09/02/2023].

Serras do Porto. (2018b). *Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto*. Disponível em: <<http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2019/01/PSeP-Plano-de-Gestao.pdf>>. [Consultado em: 12/02/2023].

Serras do Porto. (2022a). *Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto - Revisão*. Disponível em: <<https://serrasdoporto.pt/2022/08/01/versao-revista-e-atualizada-dos-estudios-previos-rascunho/>>. [Consultado em: 12/02/2023].

Serras do Porto. (2022b). *Programa de Desenvolvimento Estratégico do turismo e recreio do Parque das Serras do Porto*. Disponível em: <<http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2019/01/PSeP-Plano-de-Gestao-Anexo-D.pdf>>. [Consultado em: 12/02/2023].

Serras do Porto. (2022c). *Território*. Disponível em: <<https://serrasdoporto.pt/enquadramento/>>. [Consultado em: 21/11/2022].

Serras do Porto. (2023a). *Património imaterial*. Disponível em: <<https://serrasdoporto.pt/enquadramento/patrimonio-imaterial/>>. [Consultado em: 17/02/2023].

Serras do Porto. (2023b). *GR62 - Grande Rota das Serras do Porto*. Disponível em: <http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2022/05/GRANDE-ROTA-62_DESD.pdf>. [Consultado em: 21/02/2023].

Silvestre, A. L. (2007). *Análise de Dados e Estatística Descritiva*. Forte da Casa: Escolar Editora.

Simões, O.; Cristóvão, A. e Burney, M. J. (2003). Contributos para um aproveitamento alternativo dos espaços rurais e naturais. In: Simões, Orlando e Cristóvão, Artur. (orgs.). *TERN – Turismo em espaços rurais e naturais*. Coimbra: Edições Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 226-278.

Souza, G. S.; Santos, A. R. e Dias, V. B. (2013) *Metodologia da Pesquisa Científica: a construção do conhecimento e de pensamento científico no processo de aprendizagem*. Porto Alegre: Editora Animal.

Spiegel, M. R. e Stephens, L. J. (2009). *Estatística*. 4. ed. São Paulo: Editora Bookman.

Vera, J. F. *et alii*. (1997) *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Editora Ariel Geografia.

Vieira, J. M. (2007) *Planeamento e ordenamento territorial do turismo: uma perspetiva estratégica*. Lisboa: Editora Verbo.

Vieira, S. D. (2022) *Marketing e Turismo: como gerir a relação com o cliente*. Campina Grande: Editora Amplla.

Turismo de Portugal. (2022) *Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO)*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/cooperacao-internacional/Paginas/organizacao-mundial-do-turismo-omt.aspx>. [Consultado em: 20/12/2022].

Turismo de Portugal. (2022). *Visão geral*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.as> [Consultado em: 10/11/2022].

UNESCO - Portugal. (2023). *Património cultural imaterial*. Disponível em: <<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>> [Consultado em: 17/02/2023].

United Nations Sustainable Development. (1992, junho). *Agenda 21. United Nations Conference on Environment & Development*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. [Consultado em: 21/01/2023].

Wahab, S. A. (1991). *Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional - teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Editora Pioneira.

Wahnull, S. (1997). *Tourism development and sustainability*. In: Copper, Chris P. *Tourism development : environment and community issues*. London: Editora Wiley.

Anexos

Anexo A: Guião de Entrevistas

Data: _____/_____/_____ N.º: _____

PERFIL:

Quais atividades turísticas desenvolve no Parque das Serras do Porto?

Quais o(s) território(s) que abrange as suas atividades?

Quanto tempo a entidade está presente no Parque das Serras do Porto?

PARQUE DAS SERRAS DO PORTO:

- I) Relativamente ao turismo, quais são as principais atrações e potencialidades do Parque das Serras do Porto?

- II) Que serviços e recursos pensa serem necessários melhorarem (acessos, alojamento, restauração, sinalética, etc.), para que as práticas turísticas se possam desenvolver positivamente?

IMPACTOS DO TURISMO:

Assinale com um X a opção que mais se aproxima da sua opinião:

Em que medida considera o turismo no Parque das Serras do Porto é importante para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo	1	Nada importante	
	2	Pouco importante	
	3	Razoavelmente importante	
	4	Indiferente / Neutro	
	5	Importante	
	0	Não Sei / Não respondo	

IMPACTOS DO TURISMO

Assinale com um X a opção que mais se aproxima da sua opinião, sabendo que:

IMPACTOS ECONÓMICOS	Nada imp. ↔ Extremamente imp					NS/NR
	1	2	3	4	5	0
Criação de empregos						
Construção de equipamentos (infraestrutura)						
Aumento do consumo de bens e serviços						
Aumento da coleta de impostos						
Incentivo à formação profissional na área de turismo						
Inflação (aumento do custo de vida)						
Dependência de capital investidor externo						
Destinação de recursos públicos para repor património local						
Sazonalidade turística						
Outro (especificar):						

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	Nada imp. ↔ Extremamente imp					NS/NR
	1	2	3	4	5	
Aumento das atividades e serviços culturais						0
Participação da população no turismo						
Valorização da herança cultural e histórica						
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)						
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)						
Vandalismo						
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)						
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)						
Diminuição da qualidade de vida local						
Diferenças culturais entre visitantes e moradores						
Outro (especificar):						

IMPACTOS AMBIENTAIS	Nada imp. ↔ Extremamente imp					NS/NR
	1	2	3	4	5	
Preservação do meio ambiente						0
Preservação de locais históricos						
Maior envolvimento da população						
Maior envolvimento da administração pública						
Promoção da educação ambiental						
Aumento da poluição e resíduos						
Destruição da fauna e flora						
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros						
Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos						
Outro (especificar):						

Espaço para caso desejar descrever ou aprofundar sobre algum(ns) impacto(s):

- 1) Qual é o papel da administração pública na gestão dos impactos do turismo do PSeP?
- 2) Qual é o papel da entidade para melhorar os impactos positivos e diminuir os negativos?
- 3) Desenvolve alguma atividade conjunta com a gestão do Parque das Serras do Porto, como participação nas reuniões, voluntariado, etc.?
- 4) Tem conhecimento da existência de algum planeamento estratégico e meios de controlo para a gestão dos impactos do turismo na região? Qual(is)?
- 5) Pensa que as atividades de turismo desenvolvidas no Parque das Serras do Porto são produtos turísticos sustentáveis? Por quê?

Anexo B: Questionário com Stakeholders

Data: ____/____/____ N.º: _____

PERFIL:

Idade: _____ Género: () Feminino () Masculino

Morada: _____

Tipo de ligação com o território do Parque: () Morador () Comerciante () Trabalho
() Outro - especificar: _____

Há quanto tempo possui esta ligação com o território? _____

PARQUE DAS SERRAS DO PORTO:

III) Relativamente ao turismo, quais são as principais atrações e potencialidades do Parque das Serras do Porto?

IV) Que serviços e recursos pensa serem necessários melhorarem (acessos, alojamento, restauração, sinalética, etc.), para que as práticas turísticas se possam desenvolver positivamente?

IMPACTOS DO TURISMO:

Assinale com um X a opção que mais se aproxima da sua opinião:

Em que medida considera o turismo no Parque das Serras do Porto é importante para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo	1	Nada importante	
	2	Pouco importante	
	3	Importante	
	4	Muito importante	
	5	Extremamente importante	
	0	Não Sei / Não respondo	

IMPACTOS DO TURISMO

Assinale com um X a opção que mais se aproxima da sua opinião, sabendo que:

IMPACTOS ECONÓMICOS	Nada imp. ↔ Extremamente imp					NS/NR
	1	2	3	4	5	0
Criação de empregos						
Construção de equipamentos (infraestrutura)						
Aumento do consumo de bens e serviços						
Aumento da coleta de impostos						
Incentivo à formação profissional na área de turismo						
Inflação (aumento do custo de vida)						
Dependência de capital investidor externo						
Destinação de recursos públicos para repor património local						
Sazonalidade turística						
Outro (especificar):						

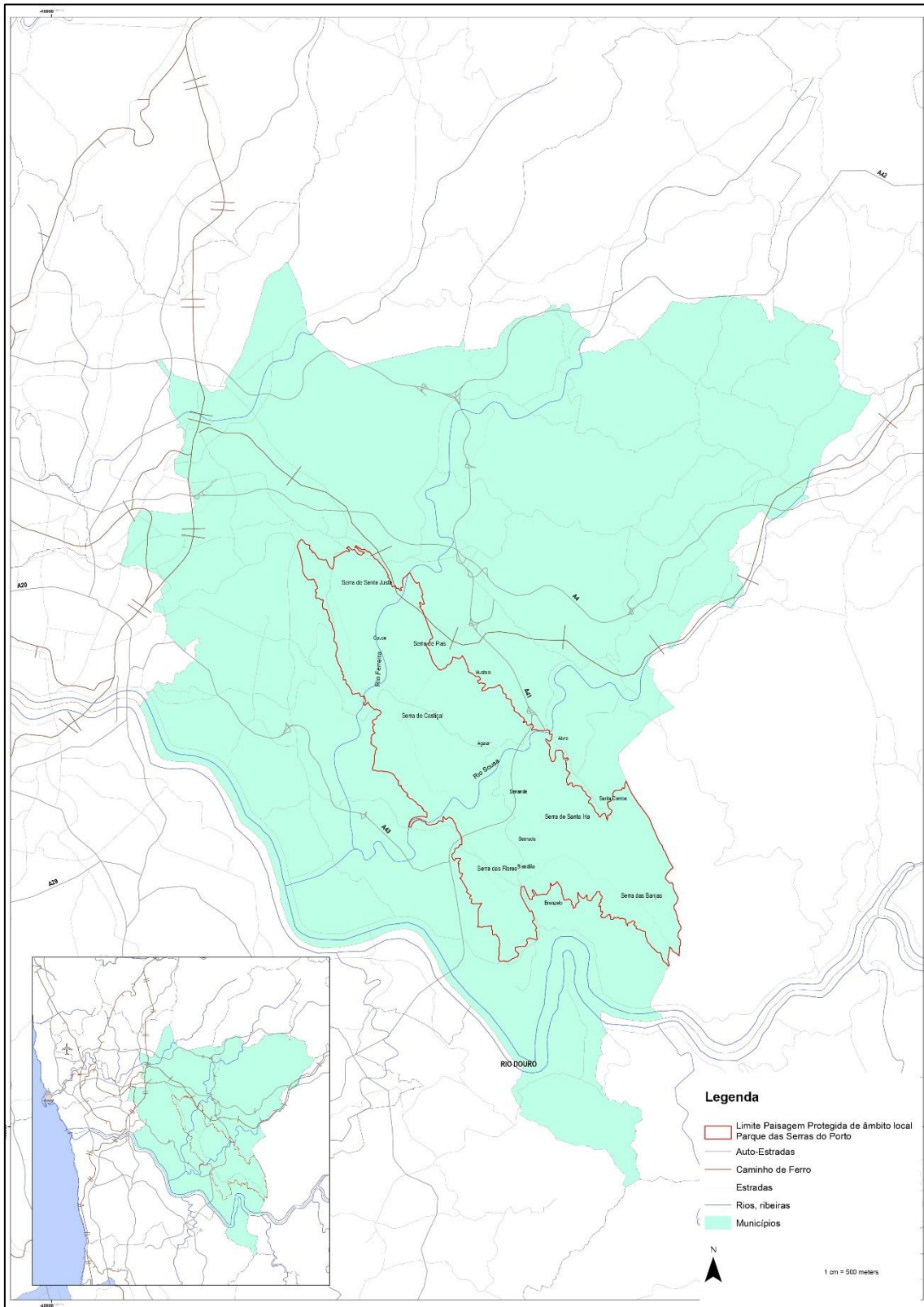
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	Nada imp. ↔ Extremamente imp					NS/NR
	1	2	3	4	5	
Aumento das atividades e serviços culturais						0
Participação da população no turismo						
Valorização da herança cultural e histórica						
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)						
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)						
Vandalismo						
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)						
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)						
Diminuição da qualidade de vida local						
Diferenças culturais entre visitantes e moradores						
Outro (especificar):						

IMPACTOS AMBIENTAIS	Nada imp. ↔ Extremamente imp					NS/NR
	1	2	3	4	5	
Preservação do meio ambiente						0
Preservação de locais históricos						
Maior envolvimento da população						
Maior envolvimento da administração pública						
Promoção da educação ambiental						
Aumento da poluição e resíduos						
Destruição da fauna e flora						
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros						
Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos						
Outro (especificar):						

Espaço para caso desejar descrever ou aprofundar sobre algum(ns) impacto(s):

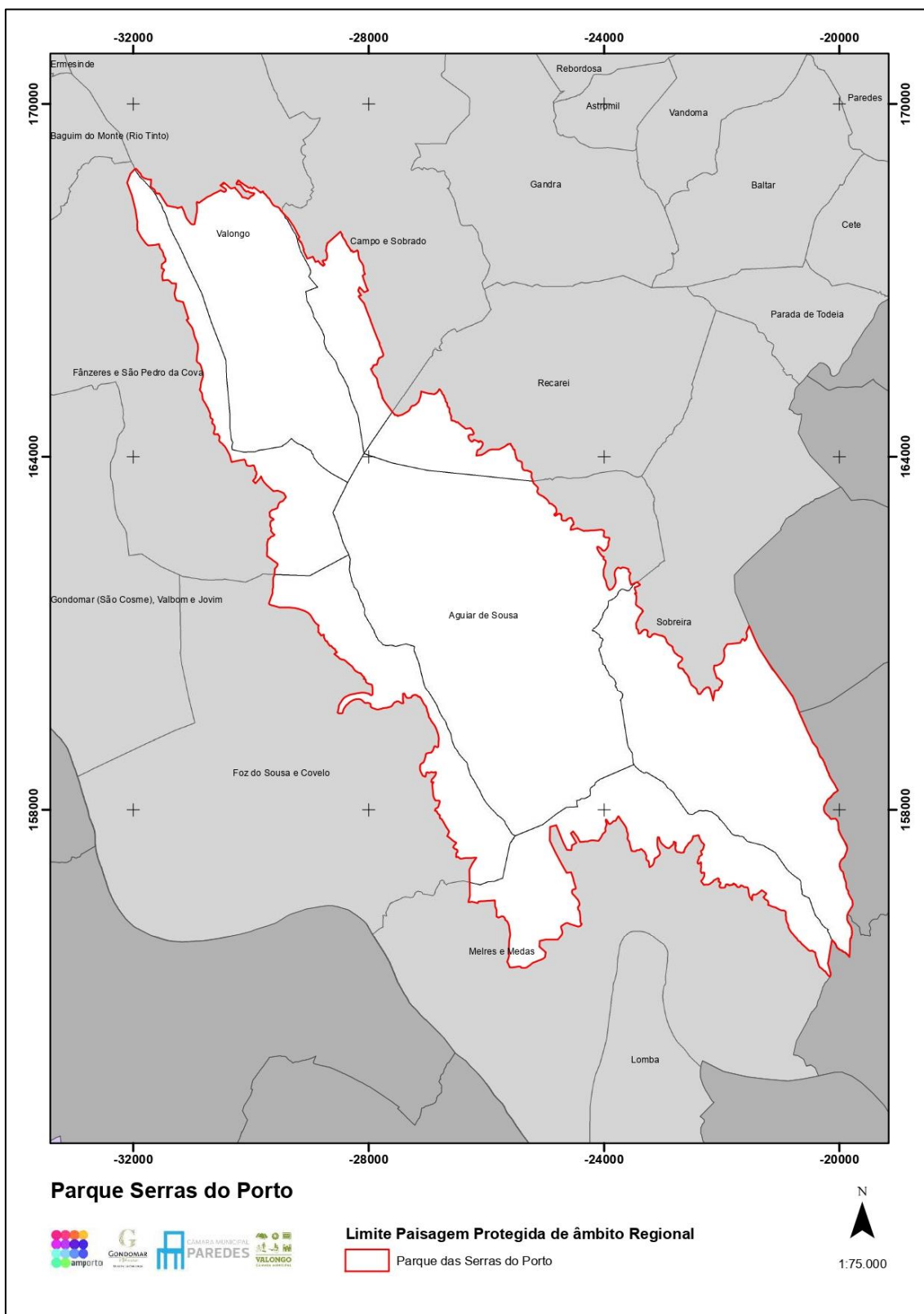
- 1) Qual é o papel da administração pública na gestão dos impactos do turismo do PSeP?
- 2) Qual é o seu papel para melhorar os impactos positivos e diminuir os negativos?
- 3) Desenvolve alguma atividade conjunta com a gestão do Parque das Serras do Porto, como participação nas reuniões, voluntariado, etc.?
- 4) Tem conhecimento da existência de algum planeamento estratégico e meios de controlo para a gestão dos impactos do turismo na região? Qual(is)?
- 5) Pensa que as atividades de turismo desenvolvidas no Parque das Serras do Porto são produtos turísticos sustentáveis? Por quê?

Anexo C: Mapa de localização do Parque das Serras do Porto



Fonte: Serras do Porto, 2022c

Anexo D: Limite da Paisagem Protegida



Fonte: Serras do Porto (2017)

Anexo E: Desdobrável da Grande Rota

Grande Rota das Serras do Porto - GR62

A Paisagem Protegida Regional Parque das Serras do Porto, integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, convida-nos a partir à descoberta dos seus cerca de 6000 hectares, abrangendo seis serras – Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, e dois vales ribeirinhos – Ferreira e Sousa.

Esta área protegida apresenta um cariz marcadamente periurbano, constituindo um importante reduto de natureza na densa Área Metropolitana do Porto. A comunidade tem-se envolvido ativamente, participando tanto nos processos de planeamento como em ações efetivas de conservação e de sensibilização.

Long Distance Path of Serras do Porto - GR62

The Parque das Serras do Porto Regional Protected Landscape, part of the National Network of Protected Areas, invites us to discover its approximately 6000 hectares, covering six mountains - Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores and Banjas, and two river valleys - Ferreira and Sousa.

This protected area is markedly peri-urban in character, and is an important haven of nature in the dense Metropolitan Area of Porto. The community has been actively involved, participating both in planning processes and in effective conservation and awareness-raising actions.



A GR 62 estende-se por cerca de 59 km, ao longo das seis serras. Três etapas unem três pontos de entrada, em cada um dos municípios abrangidos: Gondomar (Parque Ribeirinho de Covelo), Paredes (Parque da Senhora do Salto) e Valongo (Parque da Cidade). Os traçados da Grande Rota e das Pequenas Rotas interligam-se entre si, de modo a disponibilizar ao caminhante uma efetiva rede de percursos, com inúmeras combinações possíveis.

Os painéis interpretativos incentivam à compreensão da paisagem, dos valores e das dinâmicas que compõem a identidade da região, de uma forma salutar e responsável. Será também de conhecer as aldeias, a gastronomia, os espaços interpretativos e de lazer. No Parque das Serras do Porto, abrandamos o ritmo, para saborear bons momentos na natureza.

The GR 62 stretches for about 59 km, along six mountains. Three stages connect three entry points, in each of the covered municipalities: Gondomar (Parque Ribeirinho de Covelo), Paredes (Parque da Senhora do Salto) and Valongo (Parque da Cidade). The routes of the Long Distance Path and the Short Distance Paths are interconnected so as to make available to the walker an effective network of courses, with countless possible combinations.

The interpretative panels encourage an understanding of the landscape, the values and the dynamics which make up the identity of the region, in a healthy and responsible way. You will also get to know the villages, the gastronomy, the interpretative and leisure areas. In the Parque das Serras do Porto, we slow down to savour good moments in nature.



A Grande Rota das Serras do Porto conduz-nos por este interessante território, por entre vales e cumeadas, deparando-nos com paisagens surpreendentes, quer do interior do Parque quer do exterior, dado o efeito miradouro sobre a envolvente, que permite estender o nosso horizonte pelo Grande Porto, avistando-se por exemplo o rio Douro e o oceano Atlântico.

A riqueza patrimonial desta área protegida é notável. Salienta-se a sua história geológica, que nos leva numa viagem até à Era Paleozóica, para falarmos de fósseis de seres marinhos, como as trilobites, e da formação do Anticlinal de Valongo, megaestrutura com cerca de 350 Ma que esteve na origem destas serranias. A ocupação humana remonta pelo menos ao tempo das mamoaos e dos castros, mas foram os romanos que deixaram os vestígios mais impressionantes, resultantes da mineração de ouro. A ruralidade está ainda muito patente, nos moinhos, na apicultura e na pastorícia por exemplo, e convive com importantes habitats e espécies de fauna e flora autóctones da região.

The Long Distance Path of Serras do Porto takes us through this interesting territory, among valleys and summits, coming across surprising landscapes, both inside the Park and outside, given the viewpoint effect on the surroundings, which allows us to extend our horizon throughout the Great Oporto, seeing for example the Douro River and the Atlantic Ocean.

The rich heritage of this protected area is remarkable. Its geological history stands out, taking us on a journey back to the Palaeozoic Era, to talk about fossils of marine beings, such as trilobites, and the formation of the Valongo Anticline, a mega-structure around 350 Million years old which was at the origin of these mountains. Human occupation dates back at least to the time of the "mamoaos" and the "castros", but it was the Romans who left the most impressive vestiges, resulting from gold mining. Rural life is still very evident, in the mills, in beekeeping and in pastoralism for example, and coexists with important habitats and species of fauna and flora indigenous to the region.



Associação de Municípios Parque das Serras do Porto
Association of Municipalities Parque das Serras do Porto
220 175 900 | geral@serrasdoporto.pt

Município de Gondomar | Loja Interativa de Turismo
Municipality of Gondomar | Interactive Tourism Office
224 664 310 | 933 003 358 | turismo@cm-gondomar.pt

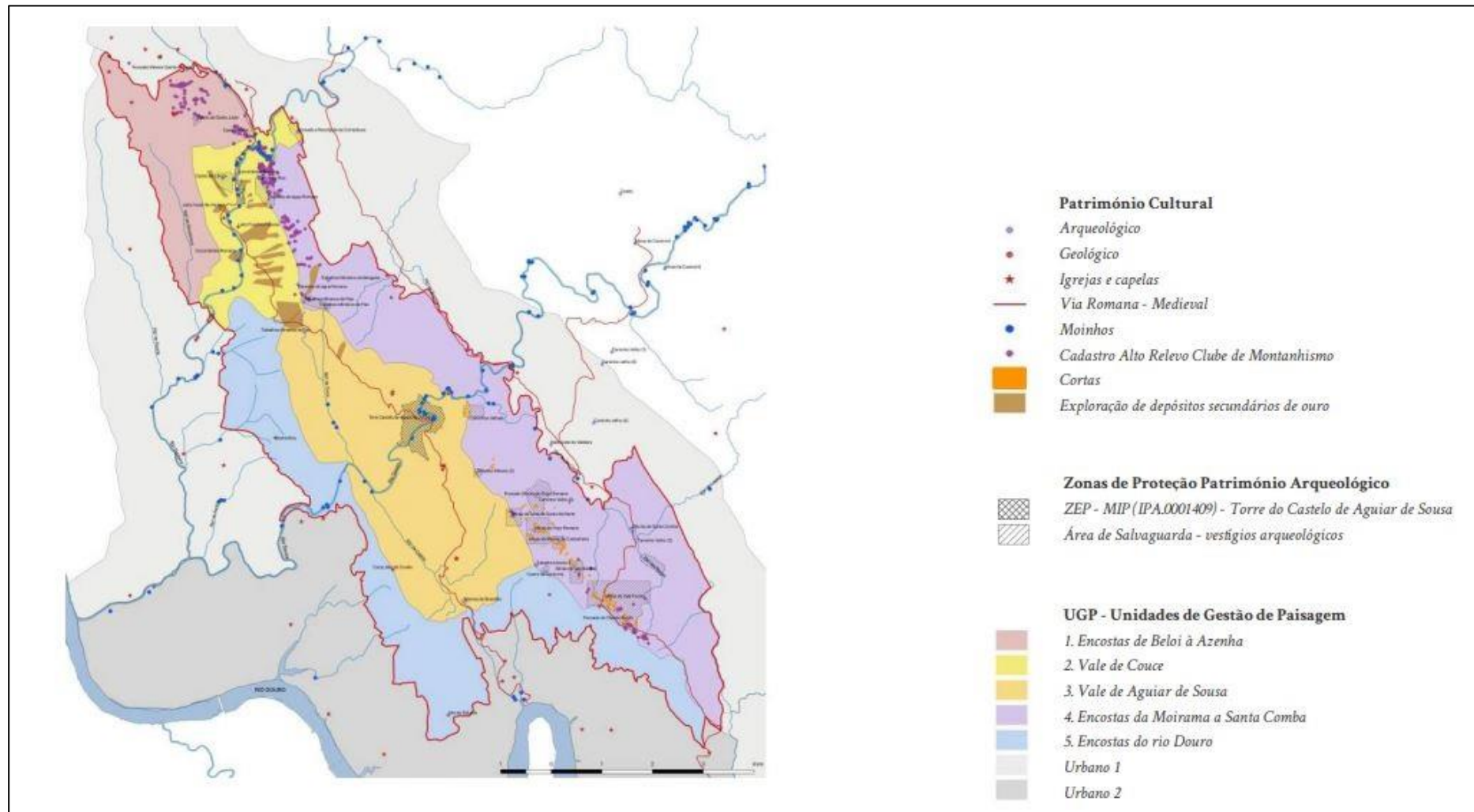
Município de Paredes | Loja Interativa de Turismo
Municipality of Paredes | Interactive Tourism Office
355 788 852 | turismo@cm-paredes.pt

Município de Valongo | Loja Interativa de Turismo
Municipality of Valongo | Interactive Tourism Office
222 426 450 | 911 042 398 | turismo@cm-valongo.pt

GR
62

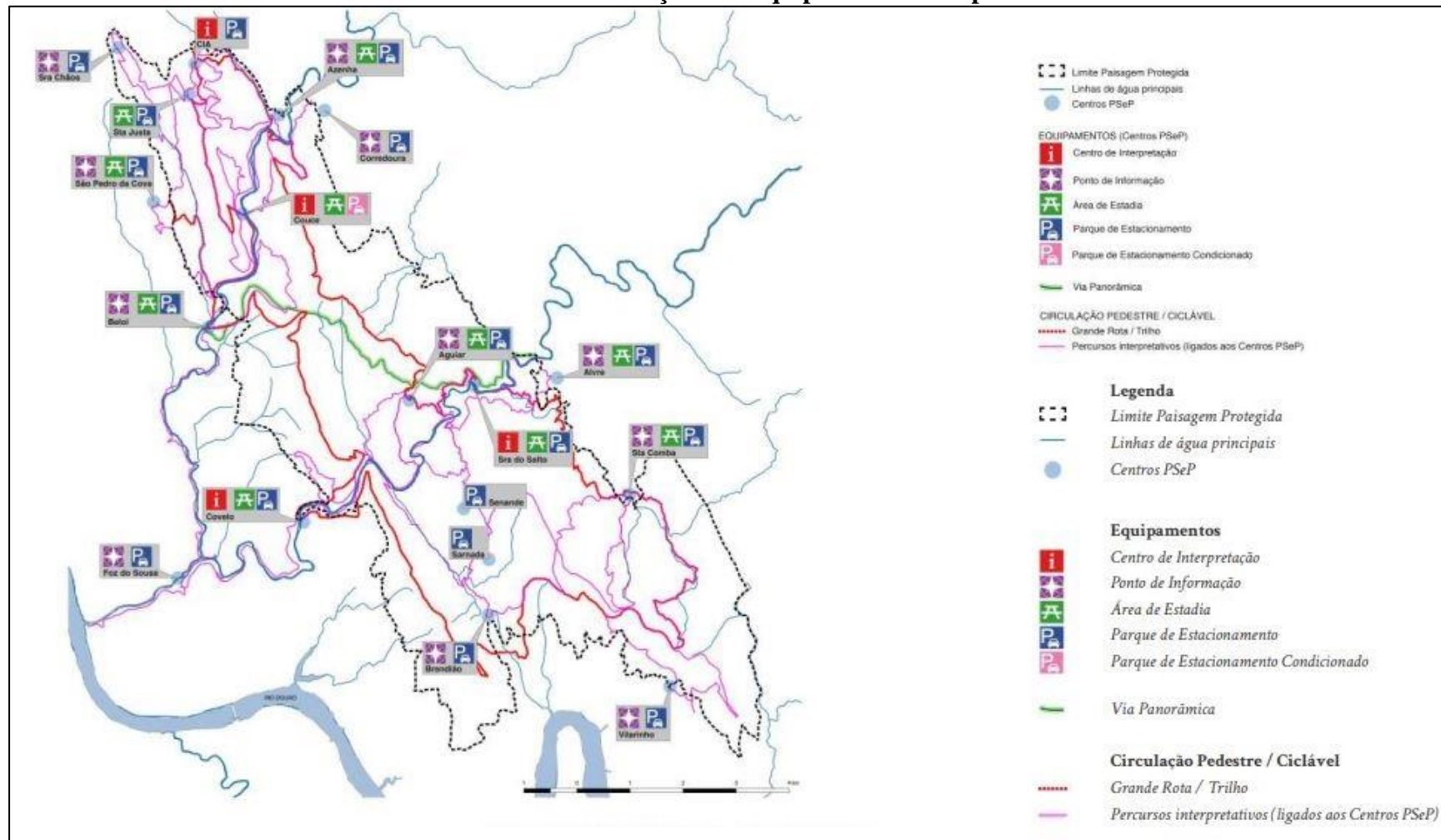


Anexo F: Distribuição do Património Cultural



Fonte: Serras do Porto (2018b)

Anexo G: Distribuição dos Equipamentos de Apoio Turístico



Fonte: Serras do Porto (2018b)

Anexo H: Frequências - Entidades

Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Muito Importante	2	25,0	25,0	37,5
	Extremamente Importante	5	62,5	62,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

IMPACTOS ECONÓMICOS:**Criação de empregos**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	2	25,0	25,0	37,5
	Muito Importante	4	50,0	50,0	87,5
	Extremamente Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Construção de equipamentos (infraestrutura)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Muito Importante	5	62,5	62,5	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Aumento do consumo de bens e serviços

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	2	25,0	25,0	37,5
	Muito Importante	4	50,0	50,0	87,5
	Extremamente Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Aumento da coleta de impostos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	2	25,0	25,0	25,0
	Pouco Importante	3	37,5	37,5	62,5
	Importante	2	25,0	25,0	87,5
	Muito Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Incentivo à formação profissional na área de turismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	4	50,0	50,0	62,5
	Muito Importante	2	25,0	25,0	87,5
	Extremamente Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Inflação (aumento do custo de vida)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	3	37,5	37,5	37,5
	Pouco Importante	4	50,0	50,0	87,5
	Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

Dependência de capital investidor externo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	2	25,0	25,0	25,0
	Pouco Importante	3	37,5	37,5	62,5
	Importante	2	25,0	25,0	87,5
	Extremamente Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Destinação de recursos públicos para repor património local

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	5	62,5	62,5	62,5
	Muito Importante	1	12,5	12,5	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Sazonalidade turística

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	3	37,5	37,5	37,5
	Importante	3	37,5	37,5	75,0
	Muito Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS:

Aumento das atividades e serviços culturais

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Muito Importante	5	62,5	62,5	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Participação da população no turismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	1	12,5	12,5	25,0
	Muito Importante	4	50,0	50,0	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Valorização da herança cultural e histórica

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	1	12,5	12,5	25,0
	Muito Importante	4	50,0	50,0	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Muito Importante	3	37,5	37,5	50,0
	Extremamente Importante	4	50,0	50,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	4	50,0	50,0	50,0
	Muito Importante	1	12,5	12,5	62,5
	Extremamente Importante	3	37,5	37,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

Vandalismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	2	25,0	25,0	25,0
	Pouco Importante	2	25,0	25,0	50,0
	Muito Importante	2	25,0	25,0	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Pouco Importante	5	62,5	62,5	75,0
	Muito Importante	1	12,5	12,5	87,5
	Extremamente Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Alienação da comunidade local (aspeto cultural)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Pouco Importante	4	50,0	50,0	62,5
	Importante	2	25,0	25,0	87,5
	Extremamente Importante	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Diminuição da qualidade de vida local

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Pouco Importante	4	50,0	50,0	62,5
	Importante	3	37,5	37,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Diferenças culturais entre visitantes e moradores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Pouco Importante	3	37,5	37,5	50,0
	Importante	4	50,0	50,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

IMPACTOS AMBIENTAIS:

Preservação do meio ambiente

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	1	12,5	12,5	25,0
	Muito Importante	2	25,0	25,0	50,0
	Extremamente Importante	4	50,0	50,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Preservação de locais históricos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Muito Importante	3	37,5	37,5	50,0
	Extremamente Importante	4	50,0	50,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

Maior envolvimento da população

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	2	25,0	25,0	37,5
	Muito Importante	3	37,5	37,5	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Maior envolvimento da administração pública

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	3	37,5	37,5	50,0
	Muito Importante	2	25,0	25,0	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Promoção da educação ambiental

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Muito Importante	3	37,5	37,5	50,0
	Extremamente Importante	4	50,0	50,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Aumento da poluição e resíduos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	4	50,0	50,0	62,5
	Muito Importante	1	12,5	12,5	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Destruição da fauna e flora

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	4	50,0	50,0	62,5
	Muito Importante	1	12,5	12,5	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Recolha indevida de minerais, fósseis e outros

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	12,5	12,5	12,5
	Importante	3	37,5	37,5	50,0
	Muito Importante	2	25,0	25,0	75,0
	Extremamente Importante	2	25,0	25,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	2	25,0	25,0	25,0
	Pouco Importante	1	12,5	12,5	37,5
	Importante	2	25,0	25,0	62,5
	Muito Importante	3	37,5	37,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: autoria própria (SPSS)

Anexo I: Frequências - Habitantes

Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	,8	,8	,8
	Pouco Importante	17	13,1	13,1	13,8
	Importante	61	46,9	46,9	60,8
	Muito Importante	41	31,5	31,5	92,3
	Extremamente Importante	10	7,7	7,7	100,0
Total	130	100,0	100,0		

IMPACTOS ECONÓMICOS:**Criação de empregos**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	63	48,5	56,8	56,8
	Pouco Importante	43	33,1	38,7	95,5
	Importante	4	3,1	3,6	99,1
	Muito Importante	1	,8	,9	100,0
	Total	111	85,4	100,0	
Omisso	0	19	14,6		
Total		130	100,0		

Construção de equipamentos (infraestrutura)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	13	10,0	10,2	10,2
	Pouco Importante	38	29,2	29,7	39,8
	Importante	64	49,2	50,0	89,8
	Muito Importante	7	5,4	5,5	95,3
	Extremamente Importante	6	4,6	4,7	100,0
Total	128	98,5	100,0		
Omisso	0	2	1,5		
Total		130	100,0		

Aumento do consumo de bens e serviços

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	20	15,4	16,4	16,4
	Pouco Importante	57	43,8	46,7	63,1
	Importante	44	33,8	36,1	99,2
	Muito Importante	1	,8	,8	100,0
	Total	122	93,8	100,0	
Omisso	0	8	6,2		
Total		130	100,0		

Aumento da coleta de impostos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	77	59,2	67,5	67,5
	Pouco Importante	30	23,1	26,3	93,9
	Importante	7	5,4	6,1	100,0
	Total	114	87,7	100,0	
Omisso	0	16	12,3		
Total		130	100,0		

Incentivo à formação profissional na área de turismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	65	50,0	56,5	56,5
	Pouco Importante	47	36,2	40,9	97,4
	Importante	2	1,5	1,7	99,1
	Muito Importante	1	,8	,9	100,0
	Total	115	88,5	100,0	
Omisso	0	15	11,5		
Total		130	100,0		

Inflação (aumento do custo de vida)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	97	74,6	95,1	95,1
	Pouco Importante	4	3,1	3,9	99,0
	Muito Importante	1	,8	1,0	100,0
	Total	102	78,5	100,0	
Omisso	0	28	21,5		
Total		130	100,0		

Dependência de capital investidor externo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	59	45,4	55,7	55,7
	Pouco Importante	35	26,9	33,0	88,7
	Importante	9	6,9	8,5	97,2
	Muito Importante	3	2,3	2,8	100,0
	Total	106	81,5	100,0	
Omisso	0	24	18,5		
Total		130	100,0		

Destinação de recursos públicos para repor património local

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	11	8,5	8,6	8,6
	Pouco Importante	52	40,0	40,6	49,2
	Importante	57	43,8	44,5	93,8
	Muito Importante	7	5,4	5,5	99,2
	Extremamente Importante	1	,8	,8	100,0
	Total	128	98,5	100,0	
Omisso	0	2	1,5		
Total		130	100,0		

Sazonalidade turística

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	2	1,5	1,5	1,5
	Pouco Importante	41	31,5	31,5	33,1
	Importante	66	50,8	50,8	83,8
	Muito Importante	20	15,4	15,4	99,2
	Extremamente Importante	1	,8	,8	100,0
	Total	130	100,0	100,0	

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS:**Aumento das atividades e serviços culturais**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	12	9,2	10,0	10,0
	Pouco Importante	80	61,5	66,7	76,7
	Importante	24	18,5	20,0	96,7
	Muito Importante	4	3,1	3,3	100,0
	Total	120	92,3	100,0	
Omisso	0	10	7,7		
Total		130	100,0		

Participação da população no turismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	26	20,0	21,3	21,3
	Pouco Importante	81	62,3	66,4	87,7
	Importante	10	7,7	8,2	95,9
	Muito Importante	5	3,8	4,1	100,0
	Total	122	93,8	100,0	
Omisso	0	8	6,2		
Total		130	100,0		

Valorização da herança cultural e histórica

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	17	13,1	13,8	13,8
	Pouco Importante	76	58,5	61,8	75,6
	Importante	26	20,0	21,1	96,7
	Muito Importante	4	3,1	3,3	100,0
	Total	123	94,6	100,0	
Omisso	0	7	5,4		
Total		130	100,0		

Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	40	30,8	31,3	31,3
	Importante	77	59,2	60,2	91,4
	Muito Importante	10	7,7	7,8	99,2
	Extremamente Importante	1	,8	,8	100,0
	Total	128	98,5	100,0	
Omisso	0	2	1,5		
Total		130	100,0		

**Melhoria da qualidade de vida da comunidade
(infraestrutura, serviços)**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	4	3,1	3,1	3,1
	Pouco Importante	49	37,7	38,0	41,1
	Importante	55	42,3	42,6	83,7
	Muito Importante	15	11,5	11,6	95,3
	Extremamente Importante	6	4,6	4,7	100,0
	Total	129	99,2	100,0	
Omisso	0	1	,8		
Total		130	100,0		

Vandalismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	4	3,1	3,1	3,1
	Pouco Importante	23	17,7	17,8	20,9
	Importante	41	31,5	31,8	52,7
	Muito Importante	37	28,5	28,7	81,4
	Extremamente Importante	24	18,5	18,6	100,0
	Total	129	99,2	100,0	
Omisso	0	1	,8		
Total		130	100,0		

**Perda da originalidade e autenticidade
(descaracterização da cultura local)**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	9	6,9	7,1	7,1
	Pouco Importante	91	70,0	71,7	78,7
	Importante	18	13,8	14,2	92,9
	Muito Importante	5	3,8	3,9	96,9
	Extremamente Importante	4	3,1	3,1	100,0
	Total	127	97,7	100,0	
Omisso	0	3	2,3		
Total		130	100,0		

Alienação da comunidade local (aspeto cultural)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	20	15,4	16,1	16,1
	Pouco Importante	85	65,4	68,5	84,7
	Importante	12	9,2	9,7	94,4
	Muito Importante	4	3,1	3,2	97,6
	Extremamente Importante	3	2,3	2,4	100,0
	Total	124	95,4	100,0	
Omisso	0	6	4,6		
Total		130	100,0		

Diminuição da qualidade de vida local

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	48	36,9	37,2	37,2
	Importante	56	43,1	43,4	80,6
	Muito Importante	14	10,8	10,9	91,5
	Extremamente Importante	11	8,5	8,5	100,0
	Total	129	99,2	100,0	
Omisso	0	1	,8		
Total		130	100,0		

Diferenças culturais entre visitantes e moradores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	40	30,8	31,3	31,3
	Importante	60	46,2	46,9	78,1
	Muito Importante	17	13,1	13,3	91,4
	Extremamente Importante	11	8,5	8,6	100,0
	Total	128	98,5	100,0	
Omisso	0	2	1,5		
Total		130	100,0		

IMPACTOS AMBIENTAIS:

Preservação do meio ambiente

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	,8	,8	,8
	Pouco Importante	22	16,9	17,9	18,7
	Importante	77	59,2	62,6	81,3
	Muito Importante	16	12,3	13,0	94,3
	Extremamente Importante	7	5,4	5,7	100,0
	Total	123	94,6	100,0	
Omisso	0	7	5,4		
Total		130	100,0		

Preservação de locais históricos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	,8	,8	,8
	Pouco Importante	26	20,0	21,3	22,1
	Importante	71	54,6	58,2	80,3
	Muito Importante	17	13,1	13,9	94,3
	Extremamente Importante	7	5,4	5,7	100,0
	Total	122	93,8	100,0	
Omisso	0	8	6,2		
Total		130	100,0		

Maior envolvimento da população

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	24	18,5	19,2	19,2
	Pouco Importante	76	58,5	60,8	80,0
	Importante	21	16,2	16,8	96,8
	Muito Importante	4	3,1	3,2	100,0
	Total	125	96,2	100,0	
Omisso	0	5	3,8		
Total		130	100,0		

Maior envolvimento da administração pública

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	24	18,5	19,2	19,2
	Pouco Importante	76	58,5	60,8	80,0
	Importante	20	15,4	16,0	96,0
	Muito Importante	5	3,8	4,0	100,0
	Total	125	96,2	100,0	
Omisso	0	5	3,8		
Total		130	100,0		

Promoção da educação ambiental

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	10	7,7	8,2	8,2
	Pouco Importante	57	43,8	46,7	54,9
	Importante	43	33,1	35,2	90,2
	Muito Importante	11	8,5	9,0	99,2
	Extremamente Importante	1	,8	,8	100,0
	Total	122	93,8	100,0	
Omisso	0	8	6,2		
Total		130	100,0		

Aumento da poluição e resíduos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	,8	,8	,8
	Pouco Importante	3	2,3	2,3	3,1
	Importante	45	34,6	34,6	37,7
	Muito Importante	41	31,5	31,5	69,2
	Extremamente Importante	40	30,8	30,8	100,0
	Total	130	100,0	100,0	

Destruição da fauna e flora

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	1	,8	,8	,8
	Pouco Importante	2	1,5	1,5	2,3
	Importante	46	35,4	35,4	37,7
	Muito Importante	41	31,5	31,5	69,2
	Extremamente Importante	40	30,8	30,8	100,0
	Total	130	100,0	100,0	

Recolha indevida de minerais, fósseis e outros

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Importante	6	4,6	4,8	4,8
	Importante	41	31,5	32,5	37,3
	Muito Importante	39	30,0	31,0	68,3
	Extremamente Importante	40	30,8	31,7	100,0
	Total	126	96,9	100,0	
Omisso	0	4	3,1		
Total		130	100,0		

Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada Importante	23	17,7	19,0	19,0
	Pouco Importante	87	66,9	71,9	90,9
	Importante	6	4,6	5,0	95,9
	Muito Importante	2	1,5	1,7	97,5
	Extremamente Importante	3	2,3	2,5	100,0
	Total	121	93,1	100,0	
Omisso	0	9	6,9		
Total		130	100,0		

Fonte: autoria própria (SPSS)

Anexo J: Estatísticas Descritivas dos Habitantes**Estatísticas Descritivas**

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?	130	1	5	3,32	,828
IMPACTOS ECONÓMICOS					
Criação de empregos	111	1	4	1,49	,616
Construção de equipamentos (infraestrutura)	128	1	5	2,65	,910
Aumento do consumo de bens e serviços	122	1	4	2,21	,718
Aumento da coleta de impostos	114	1	3	1,39	,602
Incentivo à formação profissional na área de turismo	115	1	4	1,47	,582
Inflação (aumento do custo de vida)	102	1	4	1,07	,352
Dependência de capital investidor externo	106	1	4	1,58	,767
Destinação de recursos públicos para repor património local	128	1	5	2,49	,763
Sazonalidade turística	130	1	5	2,82	,731
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS					
Aumento das atividades e serviços culturais	120	1	4	2,17	,640
Participação da população no turismo	122	1	4	1,95	,679
Valorização da herança cultural e histórica	123	1	4	2,14	,681
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)	128	2	5	2,78	,614
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	129	1	5	2,77	,871
Vandalismo	129	1	5	3,42	1,080
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)	127	1	5	2,24	,774
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	124	1	5	2,07	,777
Diminuição da qualidade de vida local	129	2	5	2,91	,905
Diferenças culturais entre visitantes e moradores	128	2	5	2,99	,892
IMPACTOS AMBIENTAIS					
Preservação do meio ambiente	123	1	5	3,05	,756
Preservação de locais históricos	122	1	5	3,02	,787
Maior envolvimento da população	125	1	4	2,04	,700
Maior envolvimento da administração pública	125	1	4	2,05	,717
Promoção da educação ambiental	122	1	5	2,48	,805
Aumento da poluição e resíduos	130	1	5	3,89	,900
Destruição da fauna e flora	130	1	5	3,90	,888
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	126	2	5	3,90	,911
Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos	121	1	5	1,97	,730
N válido (de lista)	97				

Anexo K: Teste de KMO e Bartlett

IMPACTOS ECONÓMICOS

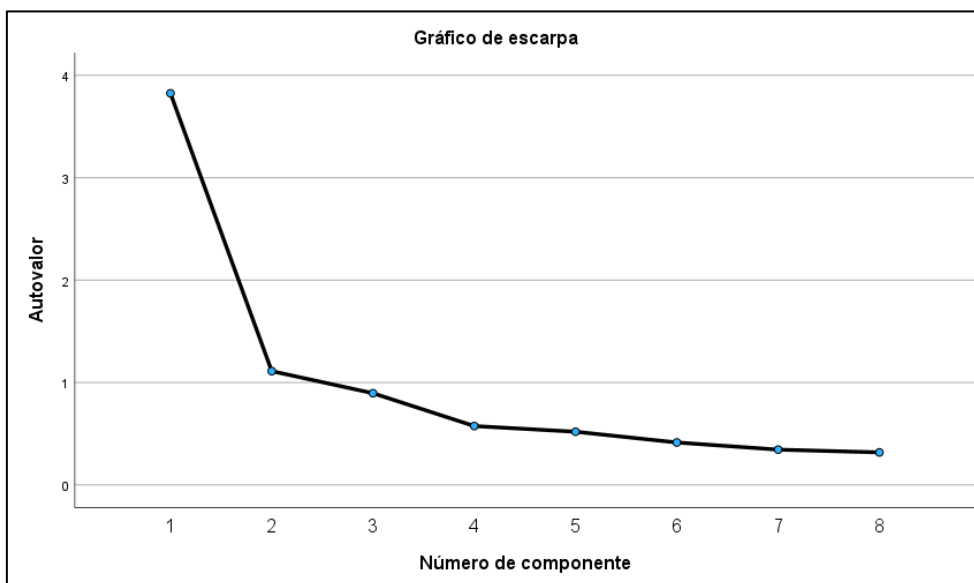
Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,833
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	283,544
	GI	28
	Sig.	<,001

Variância total explicada

Componente	Autovalores iniciais			Somos de extração de carregamentos ao quadrado			Somos de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	3,824	47,803	47,803	3,824	47,803	47,803	2,790	34,869	34,869
2	1,111	13,888	61,691	1,111	13,888	61,691	2,146	26,821	61,691
3	,895	11,189	72,879						
4	,575	7,183	80,062						
5	,519	6,489	86,551						
6	,414	5,177	91,728						
7	,344	4,305	96,032						
8	,317	3,968	100,000						

Método de Extração: análise de Componente Principal.



Matriz de componente rotativa^a

	Componente	
	1	2
Criação de empregos	,758	
Construção de equipamentos (infraestrutura)	,708	
Aumento do consumo de bens e serviços	,808	
Aumento da coleta de impostos	,577	,503
Incentivo à formação profissional na área de turismo	,700	
Inflação (aumento do custo de vida)		,745
Dependência de capital investidor externo		,864
Destinação de recursos públicos para repor património local		,551

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 3 iterações.

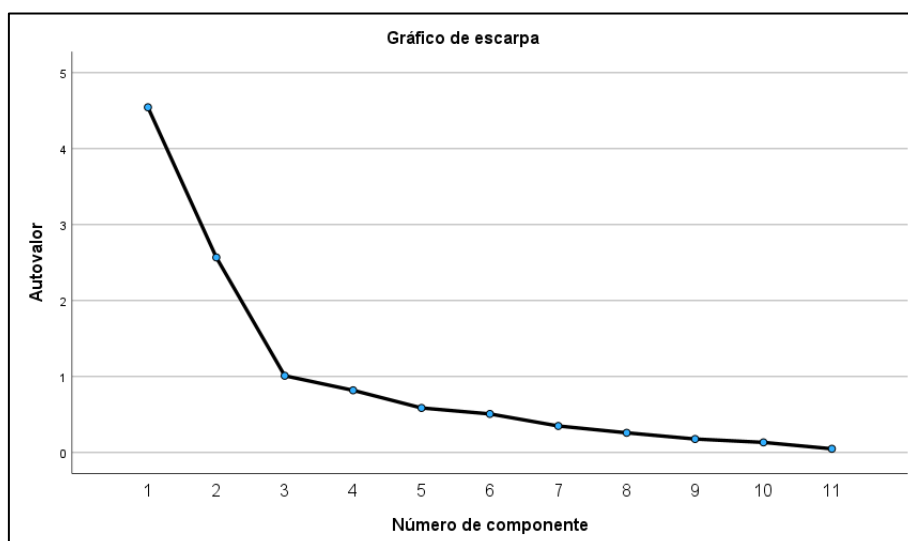
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS**Teste de KMO e Bartlett**

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,797
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	922,296
	Gl	55
	Sig.	<,001

Variância total explicada

Componente	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4,544	41,311	41,311	4,544	41,311	41,311	3,524	32,040	32,040
2	2,568	23,344	64,655	2,568	23,344	64,655	3,047	27,696	59,736
3	1,010	9,182	73,836	1,010	9,182	73,836	1,551	14,100	73,836
4	,818	7,439	81,275						
5	,586	5,329	86,604						
6	,507	4,613	91,216						
7	,349	3,171	94,387						
8	,259	2,353	96,741						
9	,177	1,611	98,352						
10	,133	1,207	99,559						
11	,049	,441	100,000						

Método de Extração: análise de Componente Principal.

**Matriz de componente rotativa^a**

	Componente		
	1	2	3
Aumento das atividades e serviços culturais	,894		
Participação da população no turismo	,874		
Valorização da herança cultural e histórica	,914		
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)		,525	
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	,742		
Vandalismo		,761	
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização)			,790
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)			,751
Diminuição da qualidade de vida local		,899	
Diferenças culturais entre visitantes e moradores		,921	

Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 5 iterações.

IMPACTOS AMBIENTAIS

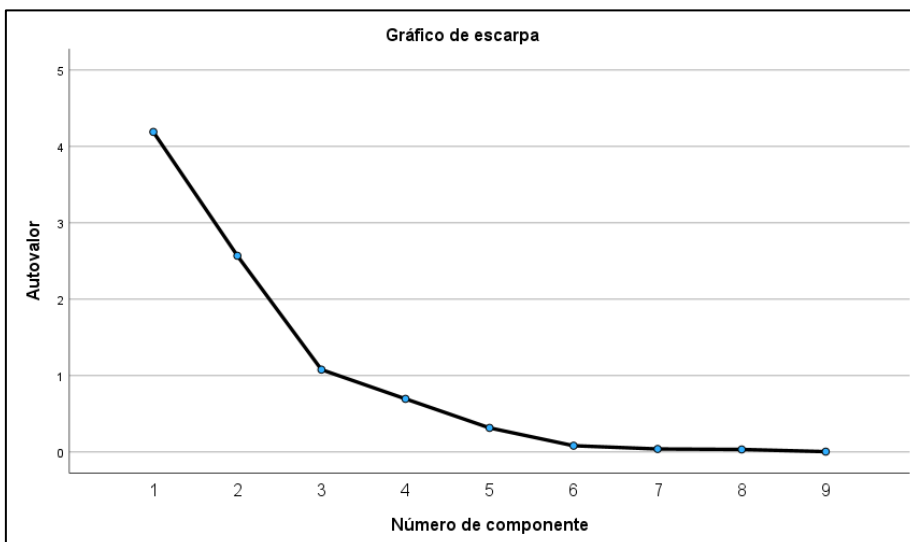
Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,712
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1593,617
	Gl	36
	Sig.	<,001

Variância total explicada

Componente	Autovalores iniciais			Somos de extração de carregamentos ao quadrado			Somos de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4,189	46,549	46,549	4,189	46,549	46,549	3,684	40,932	40,932
2	2,568	28,532	75,081	2,568	28,532	75,081	2,979	33,105	74,036
3	1,077	11,969	87,050	1,077	11,969	87,050	1,171	13,014	87,050
4	,695	7,719	94,769						
5	,315	3,496	98,265						
6	,081	,904	99,169						
7	,039	,429	99,598						
8	,032	,359	99,958						
9	,004	,042	100,000						

Método de Extração: análise de Componente Principal.



Matriz de componente rotativa^a

	Componente		
	1	2	3
Preservação do meio ambiente	,897		
Preservação de locais históricos	,895		
Maior envolvimento da população	,818		
Maior envolvimento da administração pública	,846		
Promoção da educação ambiental	,808		
Aumento da poluição e resíduos		,992	
Destruição da fauna e flora		,992	
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros		,977	
Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos			,887

Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 5 iterações.

**Anexo L: Regressão Linear
Variáveis Inseridas/Removidas^a**

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	REGR factor score 3 for analysis 3, REGR factor score 2 for analysis 2, REGR factor score 1 for analysis 3, REGR factor score 1 for analysis 1, REGR factor score 3 for analysis 2, REGR factor score 2 for analysis 3, REGR factor score 2 for analysis 1, REGR factor score 1 for analysis 2 ^b	.	Inserir

a. Variável Dependente: Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo? b. Todas as variáveis solicitadas inseridas

Resumo do Modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,623 ^a	,389	,333	,630

a. Preditores: (Constante), REGR factor score: 3 for analysis 3, REGR factor score: 2 for analysis 2, REGR factor score: 1 for analysis 3, REGR factor score: 1 for analysis 1, REGR factor score: 3 for analysis 2, REGR factor score: 2 for analysis 3, REGR factor score: 2 for analysis 1, REGR factor score: 1 for analysis 2.

Coefficientes^a

Modelo		Coefficients não padronizados		Coefficients padronizados		t	Sig.
		B	Erro	Beta	Erro		
1	(Constante)	3,272	,066			49,764	<,001
	REGR factor score 1 for analysis 1	,132	,095	,169		1,393	,167
	REGR factor score 2 for analysis 1	-,035	,090	-,045		-,385	,701
	REGR factor score 1 for analysis 2	,023	,111	,030		,207	,837
	REGR factor score 2 for analysis 2	-,096	,086	-,121		-1,108	,271
	REGR factor score 3 for analysis 2	-,178	,079	-,230		-2,256	,027
	REGR factor score 1 for analysis 3	,339	,086	,446		3,943	<,001
	REGR factor score 2 for analysis 3	,113	,086	,148		1,324	,189
	REGR factor score 3 for analysis 3	,016	,083	,021		,192	,848

a. Variável Dependente: Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?

Anexo M: Teste de Amostras Independentes - Habitantes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias							
		Z	Sig.	t	df	Significância		Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
						Unilateral p	Bilateral p			Inferior	Superior
Qual a importância do turismo no PSeP para o desenvolv. sustentável de GPV?	Variâncias iguais assumidas	,600	,440	-,710	128	,240	,479	-,103	,146	-,391	,185
	Variâncias iguais não assumidas			-,712	127,842	,239	,478	-,103	,145	-,390	,184
Criação de empregos	Variâncias iguais assumidas	2,760	,099	-1,018	109	,155	,311	-,119	,117	-,351	,113
	Variâncias iguais não assumidas			-1,033	107,822	,152	,304	-,119	,115	-,348	,110
Construção de equipamentos (infraestrutura)	Variâncias iguais assumidas	1,289	,258	-,816	126	,208	,416	-,131	,161	-,450	,187
	Variâncias iguais não assumidas			-,814	123,315	,209	,417	-,131	,162	-,451	,188
Aumento do consumo de bens e serviços	Variâncias iguais assumidas	2,728	,101	-1,670	120	,049	,098	-,216	,129	-,472	,040
	Variâncias iguais não assumidas			-1,674	119,999	,048	,097	-,216	,129	-,471	,039
Aumento da coleta de impostos	Variâncias iguais assumidas	5,992	,016	-1,516	112	,066	,132	-,170	,112	-,393	,052
	Variâncias iguais não assumidas			-1,532	111,199	,064	,128	-,170	,111	-,391	,050
Incentivo à formação profissional na área de turismo	Variâncias iguais assumidas	1,052	,307	-,755	113	,226	,452	-,082	,109	-,298	,134
	Variâncias iguais não assumidas			-,762	112,917	,224	,448	-,082	,108	-,296	,132
Inflação (aumento do custo de vida)	Variâncias iguais assumidas	1,969	,164	-,690	100	,246	,492	-,048	,070	-,187	,091
	Variâncias iguais não assumidas			-,726	78,562	,235	,470	-,048	,067	-,181	,084
Dependência de capital investidor externo	Variâncias iguais assumidas	1,178	,280	-,167	104	,434	,868	-,025	,150	-,323	,273
	Variâncias iguais não assumidas			-,169	103,999	,433	,866	-,025	,148	-,319	,269
Destinação de recursos públicos para repor património local	Variâncias iguais assumidas	,508	,477	,689	126	,246	,492	,093	,135	-,175	,361
	Variâncias iguais não assumidas			,692	125,976	,245	,490	,093	,135	-,173	,360
Sazonalidade turística	Variâncias iguais assumidas	,027	,869	,035	128	,486	,972	,005	,129	-,250	,259
	Variâncias iguais não assumidas			,035	127,640	,486	,972	,005	,129	-,250	,259
Aumento das atividades e serviços culturais	Variâncias iguais assumidas	5,577	,020	-,522	118	,301	,603	-,061	,117	-,293	,171
	Variâncias iguais não assumidas			-,524	110,769	,301	,601	-,061	,117	-,292	,170
Participação da população no turismo	Variâncias iguais assumidas	,579	,448	-,013	120	,495	,990	-,002	,123	-,246	,243
	Variâncias iguais não assumidas			-,013	117,118	,495	,990	-,002	,124	-,246	,243
Valorização da herança cultural e histórica	Variâncias iguais assumidas	,582	,447	-,642	121	,261	,522	-,079	,123	-,323	,165
	Variâncias iguais não assumidas			-,642	120,998	,261	,522	-,079	,123	-,323	,165
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)	Variâncias iguais assumidas	,001	,971	-,413	126	,340	,681	-,045	,109	-,261	,171
	Variâncias iguais não assumidas			-,414	125,983	,340	,680	-,045	,109	-,260	,170
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	Variâncias iguais assumidas	1,716	,193	,131	127	,448	,896	,020	,154	-,284	,325
	Variâncias iguais não assumidas			,131	123,818	,448	,896	,020	,154	-,285	,326
Vandalismo	Variâncias iguais assumidas	,009	,926	-,155	127	,439	,877	-,030	,191	-,408	,349
	Variâncias iguais não assumidas			-,155	125,889	,439	,877	-,030	,191	-,408	,349

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias							
		Z	Sig.	t	df	Significância		Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
						Unilateral p	Bilateral p			Inferior	Superior
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)	Variâncias iguais assumidas	3,686	,057	-1,648	125	,051	,102	-,225	,136	-,495	,045
	Variâncias iguais não assumidas			-1,660	117,287	,050	,100	-,225	,135	-,493	,043
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	Variâncias iguais assumidas	1,441	,232	-1,257	122	,106	,211	-,175	,139	-,451	,101
	Variâncias iguais não assumidas			-1,262	116,472	,105	,209	-,175	,139	-,450	,100
Diminuição da qualidade de vida local	Variâncias iguais assumidas	,458	,500	-1,593	127	,057	,114	-,253	,158	-,566	,061
	Variâncias iguais não assumidas			-1,599	125,833	,056	,112	-,253	,158	-,565	,060
Diferenças culturais entre visitantes e moradores	Variâncias iguais assumidas	2,105	,149	-,497	126	,310	,620	-,079	,158	-,392	,234
	Variâncias iguais não assumidas			-,500	124,844	,309	,618	-,079	,157	-,390	,233
Preservação do meio ambiente	Variâncias iguais assumidas	,336	,563	-,197	121	,422	,844	-,027	,137	-,298	,244
	Variâncias iguais não assumidas			-,198	120,885	,422	,843	-,027	,136	-,297	,243
Preservação de locais históricos	Variâncias iguais assumidas	,147	,702	-,098	120	,461	,922	-,014	,143	-,298	,270
	Variâncias iguais não assumidas			-,098	119,898	,461	,922	-,014	,143	-,297	,269
Maior envolvimento da população	Variâncias iguais assumidas	3,729	,056	1,965	123	,026	,052	,244	,124	-,002	,489
	Variâncias iguais não assumidas			1,955	117,470	,027	,053	,244	,125	-,003	,490
Maior envolvimento da administração pública	Variâncias iguais assumidas	3,224	,075	1,282	123	,101	,202	,164	,128	-,089	,417
	Variâncias iguais não assumidas			1,278	119,606	,102	,204	,164	,128	-,090	,418
Promoção da educação ambiental	Variâncias iguais assumidas	,174	,677	1,918	120	,029	,057	,277	,144	-,009	,563
	Variâncias iguais não assumidas			1,915	117,728	,029	,058	,277	,145	-,010	,563
Aumento da poluição e resíduos	Variâncias iguais assumidas	2,295	,132	-,236	128	,407	,814	-,037	,159	-,351	,276
	Variâncias iguais não assumidas			-,235	123,826	,407	,814	-,037	,159	-,352	,278
Destruição da fauna e flora	Variâncias iguais assumidas	3,140	,079	-,335	128	,369	,738	-,052	,156	-,362	,257
	Variâncias iguais não assumidas			-,333	122,417	,370	,740	-,052	,157	-,363	,259
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	Variâncias iguais assumidas	,787	,377	,057	124	,477	,954	,009	,163	-,313	,332
	Variâncias iguais não assumidas			,057	123,043	,477	,954	,009	,163	-,314	,332
Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos turísticos	Variâncias iguais assumidas	,003	,960	-1,516	119	,066	,132	-,200	,132	-,461	,061
	Variâncias iguais não assumidas			-1,523	116,987	,065	,130	-,200	,131	-,460	,060

Fonte: autoria própria

Anexo N: Teste de Amostras Independentes – Entidades e Empresas

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias							
		Z	Sig.	t	df	Significância		Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
						Unilateral p	Bilateral p			Inferior	Superior
Qual a importância do turismo no PSeP para o desenvolv. sustentável de GPV?	Variâncias iguais assumidas	1,320	,294	,573	6	,294	,588	,467	,815	-1,527	2,460
	Variâncias iguais não assumidas			,695	5,802	,257	,514	,467	,672	-1,190	2,124
Criação de empregos	Variâncias iguais assumidas	1,032	,349	-,285	6	,393	,785	-,267	,937	-2,558	2,025
	Variâncias iguais não assumidas			-,353	5,521	,369	,737	-,267	,756	-2,155	1,622
Construção de equipamentos (infraestrutura)	Variâncias iguais assumidas	,374	,563	,765	6	,237	,473	,533	,697	-1,172	2,239
	Variâncias iguais não assumidas			,900	5,992	,201	,403	,533	,593	-,917	1,984
Aumento do consumo de bens e serviços	Variâncias iguais assumidas	1,032	,349	-,285	6	,393	,785	-,267	,937	-2,558	2,025
	Variâncias iguais não assumidas			-,353	5,521	,369	,737	-,267	,756	-2,155	1,622
Aumento da coleta de impostos	Variâncias iguais assumidas	2,722	,150	,164	6	,438	,875	,133	,815	-1,860	2,127
	Variâncias iguais não assumidas			,199	5,802	,425	,849	,133	,672	-1,524	1,790
Incentivo à formação profissional na área de turismo	Variâncias iguais assumidas	1,151	,325	,145	6	,445	,889	,133	,917	-2,111	2,378
	Variâncias iguais não assumidas			,180	5,565	,432	,864	,133	,742	-1,718	1,985
Inflação (aumento do custo de vida)	Variâncias iguais assumidas	,521	,498	-,240	6	,409	,818	-,133	,555	-1,492	1,225
	Variâncias iguais não assumidas			-,266	5,695	,400	,800	-,133	,501	-1,376	1,109
Dependência de capital investidor externo	Variâncias iguais assumidas	,643	,453	-,601	6	,285	,570	-,600	,998	-3,041	1,841
	Variâncias iguais não assumidas			-,674	5,803	,263	,526	-,600	,891	-2,797	1,597
Destinação de recursos públicos para repor património local	Variâncias iguais assumidas	9,000	,024	-1,677	6	,072	,145	-1,000	,596	-2,459	,459
	Variâncias iguais não assumidas			-2,236	4,000	,045	,089	-1,000	,447	-2,242	,242
Sazonalidade turística	Variâncias iguais assumidas	,521	,498	-1,561	6	,085	,169	-,867	,555	-2,225	,492
	Variâncias iguais não assumidas			-1,729	5,695	,069	,137	-,867	,501	-2,109	,376
Aumento das atividades e serviços culturais	Variâncias iguais assumidas	2,571	,160	,000	6	,500	1,000	,000	,730	-1,787	1,787
	Variâncias iguais não assumidas			,000	4,000	,500	1,000	,000	,548	-1,521	1,521
Participação da população no turismo	Variâncias iguais assumidas	8,741	,025	,257	6	,403	,806	,200	,777	-1,702	2,102
	Variâncias iguais não assumidas			,343	4,000	,374	,749	,200	,583	-1,419	1,819
Valorização da herança cultural e histórica	Variâncias iguais assumidas	8,741	,025	,257	6	,403	,806	,200	,777	-1,702	2,102
	Variâncias iguais não assumidas			,343	4,000	,374	,749	,200	,583	-1,419	1,819
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)	Variâncias iguais assumidas	,521	,498	,841	6	,216	,433	,467	,555	-,892	1,825
	Variâncias iguais não assumidas			,931	5,695	,195	,389	,467	,501	-,776	1,709
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	Variâncias iguais assumidas	1,127	,329	,257	6	,403	,806	,200	,777	-1,702	2,102
	Variâncias iguais não assumidas			,264	4,699	,401	,803	,200	,757	-1,785	2,185
Vandalismo	Variâncias iguais assumidas	,720	,429	-,846	6	,215	,430	-1,067	1,260	-4,150	2,017
	Variâncias iguais não assumidas			-,890	5,025	,207	,414	-1,067	1,199	-4,144	2,011

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias							
		Z	Sig.	t	df	Significância		Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
						Unilateral p	Bilateral p			Inferior	Superior
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)	Variâncias iguais assumidas	7,347	,035	-1,519	6	,090	,180	-1,333	,878	-3,481	,814
	Variâncias iguais não assumidas			-1,865	5,658	,057	,114	-1,333	,715	-3,109	,442
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	Variâncias iguais assumidas	,495	,508	-1,732	6	,067	,134	-1,333	,770	-3,217	,550
	Variâncias iguais não assumidas			-2,080	5,895	,042	,084	-1,333	,641	-2,909	,242
Diminuição da qualidade de vida local	Variâncias iguais assumidas	,117	,744	-2,291	6	,031	,062	-,933	,407	-1,930	,063
	Variâncias iguais não assumidas			-2,256	4,140	,042	,085	-,933	,414	-2,067	,200
Diferenças culturais entre visitantes e moradores	Variâncias iguais assumidas	,549	,487	-1,125	6	,152	,304	-,600	,533	-1,905	,705
	Variâncias iguais não assumidas			-,957	2,740	,208	,415	-,600	,627	-2,707	1,507
Preservação do meio ambiente	Variâncias iguais assumidas	2,722	,150	1,064	6	,164	,328	,867	,815	-1,127	2,860
	Variâncias iguais não assumidas			1,290	5,802	,123	,246	,867	,672	-,790	2,524
Preservação de locais históricos	Variâncias iguais assumidas	,495	,508	,866	6	,210	,420	,667	,770	-1,217	2,550
	Variâncias iguais não assumidas			1,040	5,895	,170	,339	,667	,641	-,909	2,242
Maior envolvimento da população	Variâncias iguais assumidas	2,722	,150	-,164	6	,438	,875	-,133	,815	-2,127	1,860
	Variâncias iguais não assumidas			-,199	5,802	,425	,849	-,133	,672	-1,790	1,524
Maior envolvimento da administração pública	Variâncias iguais assumidas	5,124	,064	,080	6	,470	,939	,067	,836	-1,979	2,113
	Variâncias iguais não assumidas			,097	5,754	,463	,926	,067	,686	-1,630	1,764
Promoção da educação ambiental	Variâncias iguais assumidas	,495	,508	,866	6	,210	,420	,667	,770	-1,217	2,550
	Variâncias iguais não assumidas			1,040	5,895	,170	,339	,667	,641	-,909	2,242
Aumento da poluição e resíduos	Variâncias iguais assumidas	1,292	,299	-,601	6	,285	,570	-,600	,998	-3,041	1,841
	Variâncias iguais não assumidas			-,491	2,491	,332	,663	-,600	1,222	-4,980	3,780
Destruição da fauna e flora	Variâncias iguais assumidas	1,292	,299	-,601	6	,285	,570	-,600	,998	-3,041	1,841
	Variâncias iguais não assumidas			-,491	2,491	,332	,663	-,600	1,222	-4,980	3,780
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	Variâncias iguais assumidas	1,582	,255	-,816	6	,223	,445	-,800	,980	-3,197	1,597
	Variâncias iguais não assumidas			-,659	2,429	,283	,567	-,800	1,214	-5,232	3,632
Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos turísticos	Variâncias iguais assumidas	,339	,582	-1,357	6	,112	,224	-1,200	,884	-3,364	,964
	Variâncias iguais não assumidas			-1,462	5,368	,100	,200	-1,200	,821	-3,267	,867

Fonte: autoria própria

Anexo O: Diferenças entre localidades**DESCRIPTIVAS**

Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?

	N	Média	Desvio padrão	Erro Padrão	95% de Intervalo de Confiança para Média		Mínimo	Máximo
					Limite inferior	Limite superior		
Aguiar de Sousa	7	3,43	,535	,202	2,93	3,92	3	4
Alvres	7	3,00	,577	,218	2,47	3,53	2	4
Couce	4	4,00	1,155	,577	2,16	5,84	3	5
Belói	9	4,44	,726	,242	3,89	5,00	3	5
Brandão	7	3,00	,816	,309	2,24	3,76	2	4
Branzelo	4	4,00	,816	,408	2,70	5,30	3	5
Bustelo	3	3,67	,577	,333	2,23	5,10	3	4
Campo e Sobrado	9	2,33	,500	,167	1,95	2,72	2	3
Covelo e Foz do Sousa	11	3,45	,820	,247	2,90	4,01	2	5
Fânzeres	2	4,00	,000	,000	4,00	4,00	4	4
Gondomar	2	4,00	,000	,000	3,00	5,00	3	5
Medas e Melres	8	3,00	,000	,000	3,00	3,00	3	3
Recarei	3	3,67	,577	,333	2,23	5,10	3	4
Santa Comba	7	3,29	,488	,184	2,83	3,74	3	4
São Pedro da Cova	2	3,50	,707	,500	-2,85	9,85	3	4
Sarnada	8	3,13	,641	,227	2,59	3,66	2	4
Senande	6	2,67	,516	,211	2,12	3,21	2	3
Sobreira	6	3,50	,548	,224	2,93	4,07	3	4
Valbom e Jovim	3	4,00	,000	,000	4,00	4,00	4	4
Valongo	22	3,14	,889	,190	2,74	3,53	1	4
Total	130	3,32	,828	,073	3,18	3,47	1	5

TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
Qual a importância que atribui ao turismo no Parque das Serras do Porto para o desenvolvimento sustentável das regiões de Gondomar, Paredes e Valongo?	Com base em média	2,686	19	110	<,001
	Com base em mediana	1,368	19	110	,158
	Com base em mediana e com gl ajustado	1,368	19	83,945	,166
	Com base em média aparada	2,743	19	110	<,001

ANOVA

	Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	34,206	19	1,800	3,652	<,001
Nos grupos	54,225	110	,493		
Total	88,431	129			

Fonte: autoria própria

Anexo P: Impactos nas localidades - Habitantes**ANOVA: IMPACTOS E LOCALIDADES: Habitantes****IMPACTOS ECONÓMICOS**

		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Criação de empregos	Entre Grupos	15,026	19	,791	2,695	<,001
	Nos grupos	26,703	91	,293		
	Total	41,730	110			
Construção de equipamentos (infraestrutura)	Entre Grupos	58,285	19	3,068	7,065	<,001
	Nos grupos	46,894	108	,434		
	Total	105,180	127			
Aumento do consumo de bens e serviços	Entre Grupos	19,536	19	1,028	2,443	,002
	Nos grupos	42,923	102	,421		
	Total	62,459	121			
Aumento da coleta de impostos	Entre Grupos	10,007	19	,527	1,597	,073
	Nos grupos	31,010	94	,330		
	Total	41,018	113			
Incentivo à formação profissional na área de turismo	Entre Grupos	15,886	19	,836	3,490	<,001
	Nos grupos	22,757	95	,240		
	Total	38,643	114			
Inflação (aumento do custo de vida)	Entre Grupos	4,850	19	,255	2,729	<,001
	Nos grupos	7,670	82	,094		
	Total	12,520	101			
Dependência de capital investidor externo	Entre Grupos	19,868	19	1,046	2,148	,009
	Nos grupos	41,868	86	,487		
	Total	61,736	105			
Destinação de recursos públicos para repor património local	Entre Grupos	27,138	19	1,428	3,292	<,001
	Nos grupos	46,855	108	,434		
	Total	73,992	127			
Sazonalidade turística	Entre Grupos	17,934	19	,944	2,036	,012
	Nos grupos	50,997	110	,464		
	Total	68,931	129			

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Aumento das atividades e serviços culturais	Entre Grupos	19,249	20	,962	3,239	<,001
	Nos grupos	29,417	99	,297		
	Total	48,667	119			
Participação da população no turismo	Entre Grupos	23,106	20	1,155	3,579	<,001
	Nos grupos	32,599	101	,323		
	Total	55,705	121			
Valorização da herança cultural e histórica	Entre Grupos	21,207	20	1,060	3,051	<,001
	Nos grupos	35,444	102	,347		
	Total	56,650	122			
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)	Entre Grupos	13,800	20	,690	2,167	,006
	Nos grupos	34,075	107	,318		
	Total	47,875	127			

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	Entre Grupos	51,662	20	2,583	6,150	<,001
	Nos grupos	45,361	108	,420		
	Total	97,023	128			
Vandalismo	Entre Grupos	87,177	20	4,359	7,566	<,001
	Nos grupos	62,219	108	,576		
	Total	149,395	128			
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)	Entre Grupos	16,917	20	,846	1,532	,085
	Nos grupos	58,516	106	,552		
	Total	75,433	126			
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	Entre Grupos	20,955	20	1,048	2,021	,012
	Nos grupos	53,392	103	,518		
	Total	74,347	123			
Diminuição da qualidade de vida local	Entre Grupos	46,188	20	2,309	4,249	<,001
	Nos grupos	58,695	108	,543		
	Total	104,884	128			
Diferenças culturais entre visitantes e moradores	Entre Grupos	42,820	20	2,141	3,938	<,001
	Nos grupos	58,172	107	,544		
	Total	100,992	127			

IMPACTOS AMBIENTAIS

		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Preservação do meio ambiente	Entre Grupos	20,413	20	1,021	2,112	,008
	Nos grupos	49,295	102	,483		
	Total	69,707	122			
Preservação de locais históricos	Entre Grupos	22,534	20	1,127	2,172	,006
	Nos grupos	52,392	101	,519		
	Total	74,926	121			
Maior envolvimento da população	Entre Grupos	17,219	20	,861	2,055	,010
	Nos grupos	43,581	104	,419		
	Total	60,800	124			
Maior envolvimento da administração pública	Entre Grupos	18,742	20	,937	2,167	,006
	Nos grupos	44,970	104	,432		
	Total	63,712	124			
Promoção da educação ambiental	Entre Grupos	30,194	20	1,510	3,161	<,001
	Nos grupos	48,232	101	,478		
	Total	78,426	121			
Aumento da poluição e resíduos	Entre Grupos	63,955	20	3,198	8,598	<,001
	Nos grupos	40,537	109	,372		
	Total	104,492	129			
Destruição da fauna e flora	Entre Grupos	61,163	20	3,058	8,223	<,001
	Nos grupos	40,537	109	,372		
	Total	101,700	129			
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	Entre Grupos	61,125	20	3,056	7,545	<,001
	Nos grupos	42,534	105	,405		
	Total	103,659	125			
Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos	Entre Grupos	21,016	20	1,051	2,452	,002
	Nos grupos	42,852	100	,429		
	Total	63,868	120			

Fonte: autoria própria

Anexo Q: Impactos nas Zonas do Parque

IMPACTOS ECONÓMICOS	Região	Norte	Centro	Sul
Criação de empregos	Norte			
	Centro			X
	Sul		X	
Construção de equipamentos (infraestruturas)	Norte			X
	Centro			X
	Sul	X	X	
Incentivo à formação profissional em turismo	Norte			
	Centro			X
	Sul		X	
Aumento do consumo de bens e serviços	Norte		X	
	Centro	X		
	Sul			
Dependência de capital investidor externo	Norte			X
	Centro			
	Sul	X		
Destinação de recursos públicos para repor património local	Norte			X
	Centro			X
	Sul	X	X	
Sazonalidade turística	Norte		X	
	Centro	X		
	Sul			
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	Região	Norte	Centro	Sul
Participação da população no processo de turismo	Norte		X	X
	Centro	X		
	Sul	X		
Valorização da herança cultural e histórica	Norte			
	Centro			X
	Sul		X	
Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestruturas)	Norte		X	X
	Centro	X		
	Sul	X		
Vandalismo	Norte		X	X
	Centro	X		
	Sul	X		
Alienação da comunidade	Norte			X
	Centro			
	Sul	X		
Diferenças culturais entre visitantes e moradores	Norte			X
	Centro			
	Sul	X		
Diminuição da qualidade de vida local	Norte			X
	Centro			
	Sul	X		
IMPACTOS AMBIENTAIS	Região	Norte	Centro	Sul
Promoção da educação ambiental	Norte			X
	Centro			X
	Sul	X	X	
Aumento da poluição e resíduos	Norte		X	X
	Centro	X		
	Sul	X		
Destruição da fauna e flora	Norte		X	X
	Centro	X		
	Sul	X		
Recolha indevida de plantas, minerais, fósseis e outros	Norte		X	X
	Centro	X		
	Sul	X		

Anexo R: Impactos localidades – Entidades**ANOVA: IMPACTOS E LOCALIDADES: Entidades e Empresas****IMPACTOS ECONÓMICOS**

		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Criação de empregos	Entre Grupos	,133	1	,133	,081	,785
	Nos grupos	9,867	6	1,644		
	Total	10,000	7			
Construção de equipamentos (infraestrutura)	Entre Grupos	,533	1	,533	,585	,473
	Nos grupos	5,467	6	,911		
	Total	6,000	7			
Aumento do consumo de bens e serviços	Entre Grupos	,133	1	,133	,081	,785
	Nos grupos	9,867	6	1,644		
	Total	10,000	7			
Aumento da coleta de impostos	Entre Grupos	,033	1	,033	,027	,875
	Nos grupos	7,467	6	1,244		
	Total	7,500	7			
Incentivo à formação profissional na área de turismo	Entre Grupos	,033	1	,033	,021	,889
	Nos grupos	9,467	6	1,578		
	Total	9,500	7			
Inflação (aumento do custo de vida)	Entre Grupos	,033	1	,033	,058	,818
	Nos grupos	3,467	6	,578		
	Total	3,500	7			
Dependência de capital investidor externo	Entre Grupos	,675	1	,675	,362	,570
	Nos grupos	11,200	6	1,867		
	Total	11,875	7			
Destinação de recursos públicos para repor património local	Entre Grupos	1,875	1	1,875	2,813	,145
	Nos grupos	4,000	6	,667		
	Total	5,875	7			
Sazonalidade turística	Entre Grupos	1,408	1	1,408	2,438	,169
	Nos grupos	3,467	6	,578		
	Total	4,875	7			

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Aumento das atividades e serviços culturais	Entre Grupos	,000	1	,000	,000	1,000
	Nos grupos	6,000	6	1,000		
	Total	6,000	7			
Participação da população no turismo	Entre Grupos	,075	1	,075	,066	,806
	Nos grupos	6,800	6	1,133		
	Total	6,875	7			
Valorização da herança cultural e histórica	Entre Grupos	,075	1	,075	,066	,806
	Nos grupos	6,800	6	1,133		
	Total	6,875	7			
Experiência com visitantes (intercâmbio cultural)	Entre Grupos	,408	1	,408	,707	,433
	Nos grupos	3,467	6	,578		
	Total	3,875	7			

Impactos dos produtos turísticos no desenvolvimento sustentável: Parque das Serras do Porto

Melhoria da qualidade de vida da comunidade (infraestrutura, serviços)	Entre Grupos	,075	1	,075	,066	,806
	Nos grupos	6,800	6	1,133		
	Total	6,875	7			
Vandalismo	Entre Grupos	2,133	1	2,133	,716	,430
	Nos grupos	17,867	6	2,978		
	Total	20,000	7			
Perda da originalidade e autenticidade (descaracterização da cultura local)	Entre Grupos	3,333	1	3,333	2,308	,180
	Nos grupos	8,667	6	1,444		
	Total	12,000	7			
Alienação da comunidade local (aspeto cultural)	Entre Grupos	3,333	1	3,333	3,000	,134
	Nos grupos	6,667	6	1,111		
	Total	10,000	7			
Diminuição da qualidade de vida local	Entre Grupos	1,633	1	1,633	5,250	,062
	Nos grupos	1,867	6	,311		
	Total	3,500	7			
Diferenças culturais entre visitantes e moradores	Entre Grupos	,675	1	,675	1,266	,304
	Nos grupos	3,200	6	,533		
	Total	3,875	7			

IMPACTOS AMBIENTAIS

		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Preservação do meio ambiente	Entre Grupos	1,408	1	1,408	1,132	,328
	Nos grupos	7,467	6	1,244		
	Total	8,875	7			
Preservação de locais históricos	Entre Grupos	,833	1	,833	,750	,420
	Nos grupos	6,667	6	1,111		
	Total	7,500	7			
Maior envolvimento da população	Entre Grupos	,033	1	,033	,027	,875
	Nos grupos	7,467	6	1,244		
	Total	7,500	7			
Maior envolvimento da administração pública	Entre Grupos	,008	1	,008	,006	,939
	Nos grupos	7,867	6	1,311		
	Total	7,875	7			
Promoção da educação ambiental	Entre Grupos	,833	1	,833	,750	,420
	Nos grupos	6,667	6	1,111		
	Total	7,500	7			
Aumento da poluição e resíduos	Entre Grupos	,675	1	,675	,362	,570
	Nos grupos	11,200	6	1,867		
	Total	11,875	7			
Destruição da fauna e flora	Entre Grupos	,675	1	,675	,362	,570
	Nos grupos	11,200	6	1,867		
	Total	11,875	7			
Recolha indevida de minerais, fósseis e outros	Entre Grupos	1,200	1	1,200	,667	,445
	Nos grupos	10,800	6	1,800		
	Total	12,000	7			
Descaracterização da paisagem provocada pela construção de equipamentos turísticos	Entre Grupos	2,700	1	2,700	1,841	,224
	Nos grupos	8,800	6	1,467		
	Total	11,500	7			

Fonte: autoria própria

Anexo S: Retrato dos Impactos: visita exploratória

Em tempo, cabe ressaltar algumas adendas quanto a avaliação dos impactos do turismo no Parque das Serras do Porto, afinal a iniciativa de proteger o território é relativamente recente, comparado com as ameaças que remontam algumas décadas. Assim, o objetivo da proteção é preservar os seus valores e isso consegue-se, principalmente, controlando os fatores de ameaça (Espaço Terra e Câmara Municipal de Valongo, 2019). Por isso, a gestão florestal do território é vista como um dos pilares estratégicos na conservação desta área protegida regional (Serras do Porto, 2021).

Apesar destes obstáculos naturais ou provenientes das mãos do ser humano, o território é considerado um refúgio de natureza e um reduto de ruralidade, e ainda assim, consegue albergar espécies de interesse comunitário e destaca-se por sua riqueza e simultaneamente pela fragilidade dos seus ecossistemas. Diante deste cenário, a premência da gestão integrada é justificada para dar continuidade ao trabalho efetuado e estruturado entre os municípios envolvidos (Serras do Porto, 2017).

Portanto, a Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto possui o constante desafio de gerir todos os recursos presentes na Paisagem Protegida Regional da qual tem sob sua tutela e responsabilidade, assim como, contribuir para a disseminação de conhecimentos, efetivar projetos e ações, integrar e despertar nas pessoas o pensamento crítico sobre questões de sustentabilidade, preservação da cultura e história e civismo. Complementarmente, o seu propósito é salvaguardar e valorizar o património presente no território, tendo em consideração o respeito à propriedade, as expectativas e as necessidades das pessoas que nele habitam ou que dele dependem economicamente (Serras do Porto, 2022a). Além disso, os responsáveis pela condução da política terão de analisar a importância do fenómeno turístico e avaliar os seus efeitos, para definirem uma estratégia que sirva os interesses do território, da população residente e dos diversos intervenientes do setor (Essex e Hobson, 2001).

No entanto, apesar desse estatuto de conservação, estas serras têm sido alvo de diversas ameaças e agressões, nomeadamente extensa monocultura de eucalipto, expansão de

espécies invasoras, incêndios florestais, prática desregrada de desportos motorizados, recolha indevida de património, degradação dos cursos de água, deposição de resíduos, vandalismo e ainda, alguma pressão urbana e viária (Serras do Porto, 2017). Embora, também seja alvo de diversas ações de reconversão das florestas e controlo de invasoras, construção de infraestruturas para receber os visitantes e melhoria dos acessos aos percursos, parque de estacionamento com estrutura e informações. Estes impactos identificados são provenientes das diversas atividades presentes no território, no caso do estudo tratou-se dos impactos causados pelo turismo, que foram identificados e mensurados pelos utentes.

Evidenciam-se os diversos impactos identificados no território no momento das visitas exploratórias, num retrato dos efeitos de ações tangíveis e identificados durante a permanência no território. Primeiramente, foram identificados casos de vandalismo em sinaléticas nos percursos e depredação das vedações de segurança dos fojos, vestígios de fogo posto na floresta (Serra de Santa Justa), resultado de fogo posto em contentores de lixo (parque de estacionamento em Campo) e diversas pichações em sinaléticas, placares e centros de receção de turismo (Valongo).



Nomeadamente à poluição, deparou-se com exemplos de lixos deitados em meio à floresta e ao rio, há de destacar que algumas fotografias revelam a provável poluição

oriunda dos locais (pneus, restos de construções, móveis, etc.) e outras de visitantes (beata, embalagem de água, toalhitas, etc.). Outro caso, está nos resíduos de fitas plásticas que as entidades organizadoras de desportos, corridas e caminhadas nas serras, usualmente, não recolhem este material.



Cabe destacar que Gandra e Moutinho (2014), divulgaram o resultado de diversas ações de cariz ambiental feito pelo clube Alto Relevo, onde removeram mais de 1.500 pneus de cavidades, centenas de quilogramas de resíduos, milhares de revistas, lixo, materiais diversos e árvores depositadas no interior dos fojos. Destacam que realizam há muitos anos o trabalho de preservação, desobstrução e limpeza das cavidades, que são muitas vezes alvo de depósito indevido de resíduos por parte da população não informadas, e lamentam, que ainda existem diariamente deposições de resíduo nas cavidades.

Seguidamente, alguns retratos da situação do acesso entre Belói e a Aldeia de Couce, fato frisado pelos populares devido ao estado que se encontra esta estrada com buracos, pontos com retenção de água e poeira. Também, as ações e resultados de plantação de árvores nas Serras de Santa Justa e Castiçal, em contraste, as fotografias revelam o desastre causado por um incêndio numa área na Serra de Pias.



Outro fato apontado pelos entrevistados e respondentes, foi a requalificação dos moinhos e outras construções vernaculares para a valorização do património histórico e cultural. Assim no território verificou-se alguns moinhos em ruínas à margem dos rios Ferreira e Sousa e complexo mineiro de Banjas.



Finalmente, os registos de algumas infraestruturas encontradas no território, como por exemplo, o parque de estacionamento em Campo com casas de banho, amplo espaço, informações em placares e sítio para lavagem de bicicletas, depois, os contentores de lixo

presentes na Aldeia de Couce, acesso ao trilho do Castelo em Campo e, também a escadaria Cuca Macuca que faz ligação entre Valongo e a Capela de Santa Justa.



Neste cenário, seguem alguns atrativos turísticos construídos no Parque, presentes nas Serras de Santa Justa e Pias são os baloiços e tronos romanos que fazem menção à presença antecedente do Império Romano no território.

